

MUDAR DE FUTURO

deBatEs #2

VII CONVENÇÃO NACIONAL
DO BLOCO DE ESQUERDA
7 E 8 DE MAIO 2011 | LISBOA



VII **CONVENÇÃO NACIONAL**
DO BLOCÓ DE ESQUERDA
7 E 8 DE MAIO 2011 | LISBOA

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A VII CONVENÇÃO

DATA, LUGAR E LEMA

1. A VII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 7 e 8 de Maio de 2011, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema **“Mudar de Futuro”**.

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelos delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.
3. Não existem delegadas/os por inerência.
4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda no pleno uso dos seus direitos estatutários, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.
5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.
6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

DIRECÇÃO DOS TRABALHOS

7. A VII Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os e a eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.
8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e

um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações e a proclamação dos resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos

iguais para cada moção.

a) Aproximadamente a meio do debate, os representantes das Moções terão direito a um período próprio de intervenções, com tempos iguais e pela mesma ordem das intervenções de conclusão.

15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 23 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções das/os seus delegados, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

b) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. As/os delegados só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;

b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;

c) Declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBates#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir inicialmente exclusivamente para as respectivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBates#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscri-

tores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBates#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

24. As propostas de alteração aos Estatutos são votadas individualmente, não havendo lugar a votação final na generalidade.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração e às propostas de votação na especialidade relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 16:00 h do primeiro dia de trabalhos até às 11:00 h manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição

das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade – em cada sequência de 3 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15:00 horas do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção directa dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida um(a) representante da lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);
2. Apresentação e votação do Regimento da Convenção (11h15m);
3. Alocução de abertura da Convenção (11h30m);
4. Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);
5. Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m);
6. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 16h00m);
7. Sessão de Encerramento (Domingo 12h30m).

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ÀS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

1. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO A

Nota: seguem as emendas e adendas apresentadas à Moção A, com a resposta dos redactores da Moção. Naturalmente, as propostas que não têm o acordo dos redactores da Moção podem ser apresentadas ao voto da Convenção, se os seus autores assim o entenderem.

EMENDA 1

PROPOSTA DE: EDUARDO PEREIRA E JOSÉ CASTRO

Proposta de Adenda à Moção A

A Regionalização e a Esquerda

O centralismo como modo de funcionamento da administração pública é um dos instrumentos pelos quais as classes dominantes dirigem o Estado, assim condenando a maior parte do país a um crescimento anémico, que mantém as regiões numa situação de subalternidade em relação às economias de aglomeração que se formam maioritariamente na região de Lisboa. As decisões de investimento público afectam o território e são frequentemente a expressão de um centralismo asfixiante.

A exigência da regionalização representa um aprofundamento da democracia e uma oportunidade

única para começar a construir um país menos desequilibrado do ponto de vista do seu desenvolvimento territorial, ao dar às regiões a capacidade de decidir democraticamente do seu próprio destino, assumindo a responsabilidade das suas escolhas. Representa ainda a oportunidade para uma administração pública mais eficiente, porque o centralismo é frequentemente sinónimo de desperdício na gestão de dinheiros públicos. A regionalização é a mais importante reforma que importa fazer na organização territorial da administração pública.

As direcções do PS e do PSD ora se revezam ora convergem na tarefa histórica de inviabilizar a criação de regiões político-administrativas. E no entanto, o apoio social à regionalização faz-se sentir nos mais diversos quadrantes políticos.

O papel da Esquerda não pode resumir-se à denúncia da forma hipócrita como PS e PSD têm gerido este assunto, nem ao justo apelo a que sejam eliminados os bloqueios constitucionais que, na prática, impossibilitam a regionalização.

A urgência da regionalização impõe à Esquerda uma estratégia que consiga fazer crescer o apoio popular a esta ideia e que consiga vencer o centralismo. Essa estratégia passará por desenvolver iniciativas abertas a uma ampla participação, de modo a aprofundar as clivagens existentes nos adversários da regionalização.

Mobilizar energias, fazer convergir vontades, criar

movimento. Este é o caminho do BE na luta pela regionalização.

RESPOSTA: Aceite. A regionalização já foi afirmada nas duas convenções anteriores e não é novidade, mas o texto reafirma esse princípio.

EMENDA 2

PROPOSTA DE: JOAQUIM MEALHA COSTA, FARO

Acrescentar na 1ª linha do 2º parágrafo da 1ª página. Com luta, juntando forças em torno de um programa de acção pela justiça económica e social e pela sustentabilidade ambiental, o país (...).

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 3

PROPOSTA DE LUÍS FAZENDA E JORGE COSTA

Novo ponto 2.1 (não elimina o anterior 2.1, que passa a 2.2):

A intervenção da UE/FMI em Portugal reforça as políticas recessivas e consolida um bloco central alargado de profundo vínculo liberal e autoritário. Esta intervenção é uma ameaça de empobrecimento e precarização contra a grande maioria da população e marca uma evolução política que tem a dívida como centro.

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 4

PROPOSTA DE LUÍS FAZENDA E JORGE COSTA

ponto 2.6 (agora 2.7) substituir por:

A aceleração da crise financeira portuguesa pela actuação conjugada de poderes externos não-eleitos (agências de notação e Banco Central Europeu), abriu caminho à intervenção por parte da Comissão Europeia e do FMI. Esta intervenção passa a subordinar todo a aliança FMI: PS, PSD e CDS retomarão o PEC 4 e podem vir a agravá-lo com medidas anti-populares suplementares.

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 5

PROPOSTA DE LUÍS FAZENDA E JORGE COSTA

ponto 2.7 (agora 2.8) substituir por:

A intervenção da UE/FMI não interrompe o círculo vicioso do endividamento, como está à vista na Irlanda e na Grécia. O Bloco rompe o consenso forçado sobre esta “ajuda” e propõe uma auditoria a toda a dívida externa, pública e privada, de modo a identificar a natureza e os credores das parcelas, suas maturidades e condições. Esse é o passo para a reestruturação da dívida - dos seus prazos, condições - e para a recusa do pagamento de dívidas abusivas e de juros extorsionários. A determinação popular na Islândia mostra, na especificidade daquela experiência, que há caminhos para a insubmissão.

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 6

PROPOSTA DE JOAQUIM MEALHA COSTA

ponto 2.7 Retirar o último ponto final.

Está em outras partes do programa e aqui retira objectividade e rigor ao conteúdo anterior do mesmo ponto.

RESPOSTA: Recusada. É a apresentação do que vem depois.

EMENDA 7

PROPOSTA DE JOAQUIM MEALHA COSTA

ponto 3.8 Introduzir : que coloque o investimento público, centrado na produtividade, no aproveitamento sustentável dos recursos e na criação de equipamentos fundamentais à qualidade de vida dos cidadãos, fora do (...).

Julgo que será errado defender investimento público sem exigir que ele seja orientado para determinado fim e aplicado com rigor.

RESPOSTA: Recusada. O termo escolhido é muito ambíguo e confuso (produtividade pode querer dizer simplesmente mais ritmos de trabalho). Mas é evidente que o investimento público só serve se cria emprego e desenvolve uma economia sustentável.

EMENDA 8

PROPOSTA DE FRANCISCO CASACA

No parágrafo 3.8 acrescentar: "...contra a especulação, através da abolição das dívidas, com excepção de pequenos depósitos, ou através da emissão de eurobonds..."

RESPOSTA: Recusada, a abolição das dívidas não é o tema da resposta europeia.

EMENDA 9

PROPOSTA DE JOAQUIM MEALHA COSTA

ponto 3.10 Acrescentar no final: e condenar a intervenção no norte de África, na rota do petróleo.

RESPOSTA: De acordo, mas já está incluído noutra emenda anterior.

EMENDA 10

PROPOSTA DE JOAQUIM MEALHA COSTA

4.5 Retirar: e o triunfo da democracia acentuará o declínio do poder de Israel e dos EUA na região.

Afigura-se pouco útil fazer futurologia.

RESPOSTA: Recusada, é mesmo importante afirmar que a democracia abre novas portas na região, incluindo para a diminuição dos poderes imperiais.

A seguir a Europa propõe-se que o texto passe a ter a seguinte redacção: *"A Europa deve propor um contrato mediterrânico para os Direitos Humanos e a integração com projectos sociais, económicos e ambientais, contribuindo para a afirmação dos valores democráticos em oposição à emergência de fundamentalismos, que a intervenção externa e a falta de emprego e respostas sociais e económicas podem potenciar."*

RESPOSTA: Recusada. O combate a todos os fundamentalismos é a nossa tradição e reafirmamo-la, mas a cooperação da Europa não deve ter uma condicionante religiosa, mas antes a abertura a todos os povos da região.

EMENDA 11

PROPOSTA DE ALEX GOMES, ANA SOFIA PALMA, ANDRÉ LOUÇÃ PEREIRA, ANTÓNIO RODRIGUES,

BRUNO CABRAL, CARLOS CARUJO, CARLOS CERQUEIRA, EDUARDO GRELO, EMÍLIA GOMES, HENRIQUE GIL, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ GUERRA, LEONARDO SILVA, MAMADOU BA, PAULO COIMBRA, PEDRO POMBEIRO, SÉRGIO VITORINO, RICARDO SALABERT

No segundo parágrafo do Ponto 4.5 a seguir ao que está a bold, propõe-se acrescentar o seguinte:

"Condena e exige o fim imediato da guerra imposta ao povo líbio pelas potências imperialistas sob a tutela da NATO. O Bloco Esquerda apoia o povo líbio na sua luta pela instauração de uma sociedade democrática a quem cabe soberanamente a gestão dos recursos naturais do seu país e do seu povo."

Justificação: a guerra desencadeada contra a Líbia e o seu povo tem, para além dos interesses geoestratégicos das potências imperialistas, um único motivo, o de controlar os recursos naturais do país. O Bloco de Esquerda não pode confundir-se com a retórica cínica da guerra em nome dos direitos humanos e passar em branco nenhuma agressão militarista e imperialista.

RESPOSTA: Aceite. Já estava no texto a recusa das intervenções militares imperiais, que agravam a crise da região e precipitam novas guerras, mas a proposta reforça essa consideração.

EMENDA 12

PROPOSTA DE FRANCISCO CASACA

No parágrafo 6.3 acrescentar: "Criação de legislação que proteja os direitos dos trabalhadores, nomeadamente com o direito de trabalhadores a serem eleitos para a direcção da empresa".

RESPOSTA: Recusado, não tem sido o nosso objectivo eleger trabalhadores para um sistema de gestão.

EMENDA 13

PROPOSTA DE LUÍS FAZENDA, JORGE COSTA

Ponto 6.8 - adenda, no final do parágrafo:

O PCP representa uma parte da história e da organização do movimento operário português. Na luta contra as medidas liberais e em defesa dos salários e do emprego, PCP e BE têm tomado posições conver-

gentes e valorizamos esse facto. No quadro da actual intervenção externa, estas linhas de convergência e diálogo devem reforçar-se. A recente reunião de trabalho entre direcções partidárias, a primeira em sete anos, contribui para esse processo.

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 14

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO, , ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO, RUI ALBERTO, VANESSA PEREIRA

ponto 6.8 O PCP representa uma parte relevante da história e da organização do movimento operário português onde pontifica o seu aparelho burocratizado nos sindicatos e autarquias. Na luta contra as medidas liberais e em defesa dos salários e do emprego, PCP e BE têm tomado posições convergentes e valorizamos esse facto.

RESPOSTA: Recusada, não se trata aqui de analisar socialmente o aparelho do PCP, mas antes de registar convergências e também grandes diferenças ideológicas e políticas.

EMENDA 15

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO, , ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO, RUI ALBERTO, VANESSA PEREIRA

ponto 6.9. Entre o BE e o PCP existem, de facto, diferenças assinaláveis que uma convergência, em prol do combate às políticas recessivas, não compromete. Nesse sentido, na política unitária, o BE considera que a luta social não pode desistir do objectivo da vitória, e para isso exige aproximação de esquerdas com ideias diferentes. Nenhum partido minoritário será capaz por si só de aplicar uma política socialista. Todos os contributos para a unidade são caminhos para a maioria. Na ideologia, para o BE, o socialismo é a garantia do fim da exploração e, portanto, da democracia económica e política, o que exclui a censura e afirma o pluripartidarismo e os direitos sindicais e outros. Assinalamos, neste contexto, que o PCP não se distancia dos regimes do PC Chinês e do PC Cubano e de outros regimes repressivos.

RESPOSTA: Recusada, porque este parágrafo se destina a marcar as diferenças políticas e ideológicas, e não a desvalorizar as formas de convergência que têm existido e que estão tratadas no parágrafo anterior. A unidade nunca “compromete”, mas estimula mais acção social.

EMENDA 16

PROPOSTA DE ADELINO MOTA

ponto 7.6. Os activistas do BE estiveram com empenho e determinação na greve geral de 24 de Novembro, e em todas as luta que se seguiram, (...)

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 17

PROPOSTA DE JOAQUIM MEALHA COSTA

ponto 7.7 Retirar o primeiro parágrafo. Faz lembrar a AOC e tem carácter apenas panfletário...

RESPOSTA: Recusada. Não tem nada que ver com a AOC.

EMENDA 16

PROPOSTA DE ADELINO MOTA

ponto 7.10. O BE defende uma reforma da justiça, tornando-a um serviço público essencial no acesso e apoio efectivo aos cidadãos mais desfavorecidos, melhorando a justiça laboral e a garantia do reconhecimento, em tempo útil, dos direitos de todos. O Bloco criará um grupo de trabalho que estudará a situação da justiça em Portugal apresentando proposta para a resolução dos problemas que afectam este sector.

RESPOSTA: Aceite a primeira parte. Quanto à criação de um grupo de trabalho, isso é função da Mesa a ser eleita e parece excessivo que seja uma decisão de Convenção.

EMENDA 19

PROPOSTA DE FRANCISCO CASACA

No parágrafo 7.10 acrescentar: “Criação de tribunais de jurados escolhidos de entre a população, em vez de juízes profissionais”.

RESPOSTA: Recusada, o sistema de jurados funciona para algumas áreas da justiça, não o queremos tornar obrigatório em todas.

EMENDA 20

PROPOSTA DE LUÍSA BASTOS, RICARDO COELHO, HUGO EVANGELISTA

ponto 7.11 O Bloco de Esquerda recusa os apoios públicos a eventos tauromáquicos e a outros espectáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico aos animais.

RESPOSTA: Recusada, não existiu esse debate nem deve ser esta Convenção a fazê-lo à pressa. O Bloco propôs medidas contra o abuso sobre os animais e essas propostas são um património muito importante para a acção imediata, pelo que não tem sentido dispersar forças num outro debate.

EMENDA 21

PROPOSTA DE RICARDO COELHO

Acrescentar no Ponto 8.1, nº 1 "(...) Reconversão ecológica, de conservação e de eficiência energética (...)"

Justificação: No momento em que se prepara a construção de uma nova central a carvão e a direita defende uma central nuclear, devemos ser muito claros sobre o que queremos quando defendemos uma reconversão do sector energético.

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 22

PROPOSTA DE RICARDO COELHO

Acrescentar no Ponto 8.1, nº 5 "Aumentar a produção alimentar, promovendo a agro-ecologia, (...)"

Justificação: A questão ambiental aparece no ponto 7.7, tornando claro que o BE não está a defender mais uma "revolução verde" para Portugal, mas neste ponto está ausente.

RESPOSTA: Aceite. De acordo

EMENDA 23

PROPOSTA DE JOAQUIM MEALHA COSTA

ponto 8.1.1 Parece-me confuso. Propõe-se a seguinte

redacção:

Um plano de urgência para o emprego com direitos em áreas estratégicas como: reabilitação urbana, transportes de proximidade e mobilidade sustentável, apoios à 3ª idade, à infância e juventude, transformação alimentar e produção de bens essenciais ao consumo interno, eficiência energética, produção descentralizada e microprodução de energia, turismo sustentável.

RESPOSTA: Recusada. A microprodução de energia está incluída no plano energético.

EMENDA 24

PROPOSTA DE JOAQUIM MEALHA COSTA

ponto 8.1.5 Propõe-se a inclusão neste sub-ponto a seguir a: (...) justos entre agricultores, pescadores e distribuição (...).

RESPOSTA: Aceite. De acordo.

EMENDA 25

PROPOSTA DE CARLOS GOMES, ARIANA MEIRELES, SOFIA GOMES

Propomos que no capítulo 8 "O Bloco para as lutas todas" se inclua no ponto 8.3., no fim do texto apresentado:

São evidentes as dificuldades de intervenção do Bloco de Esquerda nas regiões do Interior do país. Razões de natureza ideológica, ancestrais, limitações ou mesmo incapacidade para desenvolver uma permanente acção política devido não só ao número muito reduzido de militantes ou aderentes mas também a alguma imaturidade política dos mesmos, serão certamente algumas das razões. A inexistência de grandes aglomerados urbanos é outro factor condicionante na implantação do Bloco, que nas regiões do interior norte acaba por se expressar de forma mais evidente na estrutura classe média e ou intelectual. O Bloco de Esquerda tem que quebrar esta dificuldade quase endémica em se implantar nas regiões menos populosas e nas classes sociais mais desfavorecidas. As questões agrícolas e as questões do acesso a serviços públicos de qualidade - saúde educação e mobilidade e a importante questão da regionalização são

certamente questões importantes para o Bloco pegar politicamente. São na, actualidade, estas as causas mais fracturantes a mobilizadoras para as regiões do interior norte.

Algo já foi feito neste sentido: As intervenções mais recentes do Bloco de Esquerda em temas agrícolas são um bom sinal. Os projectos de resolução sobre a crise da Casa do Douro e sobre a degradação do Parque Termal das Pedras Salgadas e as intervenções políticas do Bloco relacionadas com as barragens no Tua, Sabor e Alto Tâmega têm vindo a dar credibilidade ao projecto político do Bloco. Há que continuar e aumentar esta dinâmica. Como:

- Retomar a proposta do Banco de Terras, que as deputadas do Bloco levaram ao Portugal rural.
- O Envolvimento na luta pela não taxação das SCUT deve ser um ponto obrigatório de participação política
- A luta pela reabertura das linhas secundárias e regionais das CP é outra oportunidade para a intervenção do Bloco. Mais que a contestação da privatização da CP será a reivindicação da reabertura da linha do Corgo e da electrificação do Douro até ao Pocinho que deve orientar o Bloco nestas regiões e em particular no distrito de Vila Real-Sul. O Plano de desenvolvimento ferroviário do BE é um instrumento de luta que deve chegar a estes locais. Outros há, que vão exigir uma posição política clara: O Bloco não pode escamotear por mais tempo a questão da regionalização. Não basta emitir discursos circunstanciais para não ferir susceptibilidades. O Bloco, em Trás-os-Montes e Alto Douro não pode deixar que o PCP e a Juventude Socialista tomem a liderança na reivindicação da criação desta região administrativa. Seria um erro político grave. Acabaria por alinhar com a direita que contesta esta posição e iria contra a posição firme dos aderentes Transmontanos e Alto Durienses.
- Quanto à melhor forma de fazer vingar as posições políticas do Bloco é importante manter a apresentação das iniciativas parlamentares - projectos de resolução e outros sobre questões concretas das regiões do interior.
- A iniciativa parlamentar deve ainda ser reforçada com a realização das próximas jornadas parlamentares numa cidade transmontana."

RESPOSTA: Aceite, mas com uma redacção mais sucinta de acordo com o texto, e sem considerações excessivas (não é verdade que a regionalização tenha sido "escamoteada" porque foi votada nas duas convenções anteriores e a intervenção constitucional do grupo parlamentar tomou isso em conta). Assim, ficaria, se os autores aceitarem:

São evidentes as dificuldades de intervenção do Bloco de Esquerda nas regiões do Interior do país. Razões de natureza ideológica, limitações da acção política ou a estrutura demográfica são factores condicionantes na implantação do Bloco. O Bloco de Esquerda tem de quebrar esta dificuldade em se implantar nas regiões menos populosas. As questões agrícolas e as questões do acesso a serviços públicos de qualidade - saúde educação e mobilidade e a importante questão da regionalização - são certamente questões importantes para a luta do Bloco. São na, actualidade, estas as causas mais fracturantes a mobilizadoras para as regiões do interior.

Nesse sentido, continuamos o combate pela resolução da crise da Casa do Douro e sobre as barragens no Tua, Sabor e Alto Tâmega. No mesmo sentido, defendemos a reabertura das linhas secundárias e regionais da CP.

EMENDA 26

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO, RUI ALBERTO, VANESSA PEREIRA

ponto 8.3. Em toda a sua actividade, o BE procurou a convergência com sectores políticos comprometidos com posições anti-liberais. O nosso apoio à candidatura de Manuel Alegre obedeceu a esta política unitária, que rompe com tradições sectárias. Continuamos a precisar da mesma cultura unitária de diálogo, movimento e luta em todas as convergências contra as políticas recessivas. Precisamos igualmente dessa mesma cultura de pluralidade para tornar possível um governo de esquerda, que não negligencie a filiação da grande maioria dos trabalhadores no PS, PCP e BE e em correntes de independentes que possam surgir.

RESPOSTA: Recusada. Todo o texto afirma essa cultura de pluralidade e a aproximação aos trabalhadores que votam em diferentes partidos. Mas no contexto em que o PS está a dirigir a operação FMI, esta referência cria toda a confusão sobre o que queremos com o governo de esquerda, e a confusão é inimigo da clareza.

EMENDA 27

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO, RUI ALBERTO, VANESSA PEREIRA

ponto 9.2. O BE representa hoje centenas de milhares de jovens, trabalhadores e reformados e tem como objectivo ser um partido de massas para a luta emancipatória de quem é explorado e oprimido na sociedade capitalista. Mas, para a construção do BE como uma alternativa política para todos os que querem combater o desemprego, a precariedade, a exploração capitalista e a opressão, é fundamental mobilizar muitos mais trabalhadores efectivos e precários, do sector público ou privado, jovens, imigrantes, activistas feministas, LGBT e outros. A divisão e a fragmentação são hoje alguns dos principais obstáculos à mobilização dos trabalhadores e à eficácia das suas lutas.

RESPOSTA: Aceite, é correcto sublinhar os riscos de divisão e fragmentação.

EMENDA 28

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO, RUI ALBERTO, VANESSA PEREIRA

ponto 9.4. Desde a última Convenção o BE cresceu, reforçou a sua intervenção nacional, e apresentou-se em três eleições, obtendo 11% nas europeias, 10% nas legislativas e nas autárquicas entre 3,1% (CM, AF) e 4,3% (AM). Esta última eleição reforçou a necessidade de potenciar e apoiar a acção das organizações locais, mas esse trabalho encontra-se ainda no seu início e exige uma reflexão profunda, até porque a estruturação local do BE se encontra muito virada para a intervenção autárquica, de grande relevância e com

resultados efectivos, embora com reduzido impacto e visibilidade junto do eleitorado estando muito dependente dos ciclos eleitorais e não tendo, em regra, enraizamento na vida associativa, cultural e profissional das localidades.

RESPOSTA: Recusada, porque é uma generalização abusiva. Em bastantes concelhos o Bloco tem enraizamento na vida associativa, cultural e profissional e tem grande impacto visível e permanente.

EMENDA 29

PROPOSTA DE RICARDO COELHO

Substituir no ponto 9.5.2: “feministas e outros” por “sociais”

Justificação: Nós intervimos em diversas áreas, não há motivo para destacarmos uma.

RESPOSTA: Recusada, porque neste parágrafo queremos destacar a luta feminista, sem prejuízo de outros movimentos.

EMENDA 30

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO, RUI ALBERTO, VANESSA PEREIRA

9.5.5. As conferências nacionais temáticas continuarão a ser um instrumento de debate e criação de políticas. O BE precisa de mais debate interno sobre as suas escolhas e de repensar o modelo de estruturação interna de forma a revitalizar-se e a recuperar a chama inicial entretanto esbatida, combatendo a imagem aparelhística que alguns sectores da opinião pública dele já construíram.

RESPOSTA: Recusada, o texto é genérico e não identifica a que se refere, remetendo para uma “imagem” que é certamente subjectiva. A Moção já identifica medidas e formas de acção interna, que são propostas concretas.

EMENDA 31

PROPOSTA DE ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO, RUI

ALBERTO, VANESSA PEREIRA

ponto 9.7. O BE comprometeu-se desde a sua fundação com uma nova cultura de organização, que é uma questão de política, de acção e de comunicação. Não reproduzimos modelos autoritários que assentam numa direcção que controle e subordine cada passo dos seus activistas, mas precisamos de combater a tendência que parece vir ganhando terreno para um modelo de partido amorfo sob a direcção efectiva de uma elite. Sabemos que essa nova cultura de funcionamento não é uma questão de estatutos, mas de praxis, e que estamos aquém das necessidades e da vontade. Só um movimento com muitos milhares de activistas e dirigentes, capazes de animar uma campanha, de se candidatar a uma eleição, de organizar uma luta social, de apresentar proposta política, de estimular uma direcção colectiva a todos os níveis, só com essa força será possível construir um partido de massas.

RESPOSTA: Recusada, mais uma vez é subjectivo (“parece vir ganhando terreno”) e errado (“partido amorfo”). O Bloco tem níveis distintos de actividade, porque não é um partido segundo os modelos da esquerda dos anos 70, mas tem uma intensa actividade militante e social, tendo criado ou ajudado a criar movimentos de massas e acção política em muitas frentes.

2. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO À MOÇÃO B

Proposta de adenda à Moção B - “ Acrescentar Liberdade, Democracia e Socialismo às Lutas Anti-Capitalista e Anti-Totalitária - Sem Democracia Interna não há Perspectiva Política!”

PROPOSTA DE: RODRIGO NUNO PONTES DE GOUVEIA TRANCOSO

Ponto 7. Validação do Voto em Branco (a inserir antes da Conclusão.)

A génese do Bloco de Esquerda no espectro político-partidário nacional, teve subjacente a intenção de contribuir objectivamente para “um agitar de águas” no modo de fazer política. Efectivamente, tal tem sido a imagem de marca da acção do BE ao longo de todo o seu período existencial. Ao BE estão associadas as lutas ditas “fracturantes”, que no seu essencial têm visado a construção de uma sociedade democrática onde a participação activa e plena dos cidadãos se assume como característica dominante. Refira-se a título exemplificativo, a acção preponderante do BE na prossecução da IVG, na defesa do instrumento referendário, na luta contra o desemprego, no apoio aos movimentos de cidadãos contra as arbitrariedades efectuadas pelo Estado e empresas públicas, na reivindicação da igualdade plena de direitos para os homossexuais. O Bloco tem-se assumido assim como um veículo partidário fundamental para a construção de uma consciência colectiva de cidadania, a qual só poderá ter como resultado uma praxis política ao serviço dos reais interesses dos cidadãos em detrimento dos interesses partidários. Esta acção política tem suscitado a oposição dos grandes partidos, mas paulatinamente o BE tem vindo a somar vitórias, pois é uma força em crescendo, com maior implantação junto dos cidadãos, e simultaneamente assiste-se a uma maior participação e intervenção cívica destes na causa pública.

Contudo, ainda persistem no actual sistema político-partidário muitos entraves a uma plena acção dos cidadãos. Um dos sintomas do desagrado patenteado por estes com essa situação é o fenómeno crescente da abstenção. É através desta que os eleitores mostram a sua indignação com o funcionamento partidocrático, julgando na sua boa-fé, que com esse acto estão a penalizar os agentes políticos. Na verdade, apesar dos lamentos e expressões de necessidade de reflexão que os partidos políticos exprimem para comentar o fenómeno da abstenção, nada é feito de concreto para que este tipo de atitude seja modificado. A razão desta total ausência de medidas contra a abstenção, é porque à luz do actual sistema eleitoral, ela é perfeitamente inócua. Independentemente do seu valor percentual, nenhum

Presidente da República, deputado ou autarca deixará de ser eleito. Nenhuma real penalização sobre os agentes políticos se verificará. Compreende-se assim a inacção dos partidos políticos face a este fenómeno. Por outro lado, ao tacitamente estar-se a contribuir para que o fenómeno abstencionista alastre, está-se a atentar contra a própria democracia. A abstenção é a assunção clara de uma demissão, de uma recusa de participação no jogo democrático, de uma delegação em terceiros de decisões que a todos os cidadãos dizem respeito. Deste modo, o BE, sendo fiel e coerente com a sua matriz ideológica, não pode nem deve ficar indiferente a este fenómeno. É sua obrigação ética lutar por uma inversão de mentalidade e consequente comportamento.

Sendo assim, o BE, compromete-se a defender, em articulação com movimentos sociais, a validação do voto em branco! Esta medida traduzir-se-á concretamente na defesa da alteração do preceito constitucional que determina que os votos em branco não são considerados válidos na eleição para o cargo de Presidente da República, bem como na defesa da junção dos votos em branco aos votos que irão ser con-

vertidos em mandatos pelo método de Hondt.

Deste modo, o BE estará a dar a possibilidade a quem acreditando na democracia e simultaneamente rejeita as opções que lhe são apresentadas, poder através do seu voto exprimir essa sua opção com resultados imediatos e efectivos. É o voto de todos aqueles que não prescindem de votar, mas que legitimamente não se revêem em nenhuma das candidaturas políticas apresentadas.

Com a implementação desta medida, os cidadãos terão na sua posse um verdadeiro e eficaz instrumento penalizador da classe política. E esta, ciente dessa possibilidade, irá inevitavelmente alterar a sua praxis política, no sentido de ir ao encontro dos legítimos anseios dos cidadãos. A consequência óbvia desta alteração será a diminuição da abstenção e a emergência de uma mais consciente, responsável e participativa sociedade democrática digna desse nome, objectivo primordial da existência e acção do Bloco de Esquerda!

RESPOSTA: Aceite. De acordo

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

(OS PONTOS NOVOS OU COM ALTERAÇÕES ESTÃO A **BOLD ITÁLICO**)

Artigo 1º

Definição e objectivos

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãos que assume a forma legal de partido político.

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável. Combate as formas de exclusão baseadas em discriminações de carácter étnico, de género, de orientação sexual, de idade, de religião, de opinião ou de condição (*Helena Carmo propõe substituir por **classe social***).

3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de acção política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

Artigo 2º

Símbolo

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na actividade regular do Movimento, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

Artigo 3º

Aderentes

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respectivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente fica vinculado a um distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso exceptuado o prazo definido no nº1. (*proposta de alteração aprovada em MN*)

Artigo 4º

Direitos dos Aderentes

1 - São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas actividades.
- Eleger e ser eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento.
- Ser informado sobre a actividade do Movimento (*Vitor Ferreira propõe acrescentar: **pelo que os órgãos***

dirigentes se obrigam ao envio dos documentos por correio ou internet em tempo útil).

d) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento.

2 - O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 4 do artigo 5º.

Artigo 5º

Responsabilidades dos Aderentes

1 - Promover os objectivos políticos do Movimento e actuar civicamente em conformidade.

2 - Cumprir os Estatutos.

3 - Contribuir para o financiamento das actividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.

4 - No caso de impossibilidade económica pessoal, o pagamento da quota anual pode ser dispensado, por decisão da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional competente (João Brandão e outros propõem substituir por: **sujeita a ratificação da correspondente Comissão Coordenadora Distrital ou Regional que também terá competência para decidir da dispensa caso se verifique ausência de organização concelhia**).

Artigo 6º

Sanções

1 - Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

a) Advertência;

(Mesa Nacional propõe a introdução de uma alínea que diz: **Suspensão de direitos até um ano**)

(Carlos Cabrita e outros propõem a introdução de uma alínea que diz: **Suspensão por tempo determinado do direito a ser eleito para os órgãos do movimento e de o representar**).

b) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional (O Bernardes-Silva propõe introduzir: **que decidirá por voto secreto**), por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final

para a Convenção Nacional.

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicados pela Mesa Nacional (O Gil Garcia e outros propõem que este ponto passe a ser: **Qualquer sanção disciplinar é precedida de um inquérito justo e imparcial, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por cinco aderentes, três designados pela Mesa Nacional, um pela coordenadora distrital onde decorre o inquérito em análise e outro pela coordenadora concelhia**).

5 - As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.

(A Helena Carmo propõe substituir todo o artigo 6 por: **quando a ou o aderente tiver conduta cívica e política contrária aos objectivos do Movimento, compete à Mesa Nacional retirar-lhe a confiança política, por proposta de um dos seus membros ou de qualquer outro órgão**).

Artigo 7º

Órgãos

1 - São órgãos do Bloco de Esquerda:

a) A Convenção Nacional;

b) A Comissão de Direitos;

c) A Mesa Nacional;

d) A Comissão Política;

e) As Assembleias Distritais ou Regionais;

f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;

g) As Assembleias Concelhias;

h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;

i) Os Núcleos.

Artigo 8º

Convenção Nacional

1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do Movimento, é composta pelos aderentes que para ela foram eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.

2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.

3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da

Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objectivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais inter-partidárias.

5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes (O Gil Garcia e outros propõem: **A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois em dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional, por dez por cento dos aderentes que participam activamente na vida do movimento, tomando como indicador o número de aderentes que votam para a eleição de delegados às convenções ou por três por cento do número total de aderentes**).

Artigo 9º

Comissão de Direitos

1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da actividade do Movimento;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária (A Helena Carmo propõe substituir por: **estatutos e quaisquer outras normas que o particularizem, nomeadamente regulamentos que balizam o funcionamento interno**).
- d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento. (O João Almeida e outros propõem acrescentar um ponto: **A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a repre-**

sentantes eleitos pelo Movimento).

2 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direcção (A Helena Carmo propõe acrescentar: **quotidiana**), representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política.

3 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual a pagar por cada aderente.

4 - Compete à Mesa Nacional ratificar (A Mesa Nacional propõe substituir por: **tomar a decisão final**) as listas de candidatura do Movimento a cargos públicos electivos, sob proposta das Assembleias Distritais ou Regionais, bem como a definição das linhas de orientação política dos eleitos, salvo o disposto no número seguinte.

(O Alex Gomes e outros propõem acrescentar duas alíneas:

a) O limite para o exercício de cargos electivos públicos de representação política é de dois mandatos consecutivos

b) O limite para o exercício de cargos de direcção política nos órgãos, nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de três mandatos consecutivos.)

(O Gil Garcia e outros propõem acrescentar um ponto: **As listas para todos os cargos públicos electivos deve basear-se na liberdade de se poderem apresentar listas alternativas de um só elemento e os resultados para o escalonamento final das listas deve resultar de uma votação proporcional se houver mais do que uma lista ou pelo maior número de votos obtidos por cada membro proposto em plenário distrital, expressamente convocado para o efeito.**)

5 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para ratificação (A Mesa Nacional propõe substituir por: **decisão final**) as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias.

(O Carlos Cabrita e outros propõem acrescentar um novo ponto: **Em prejuízo dos pontos 4 e 5 do presente artigo, a Mesa Nacional após não ratificação das listas de candidatura e linhas de orientação política referidas no ponto 4 ou avocação das listas previsto no ponto 5, ratificará e não voltará a avocar, obrigatoriamente, as propostas com o mesmo conteúdo que voltem a ser aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.**)

(O Miguel Madeira e outros propõem acrescentar um novo ponto: **Caso a Mesa Nacional, nos termos de número 4, recuse a ratificação de listas de candidatos propostas pelas Assembleias Distritais ou Regionais, a Assembleia proponente deverá propor uma nova lista à Mesa Nacional**).

Artigo 11º

Comissão Política

A Comissão Política, órgão que assegura a direcção quotidiana do Movimento, **nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu**, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

Artigo 12º

Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelos aderentes respectivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a actividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respectivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor (A Helena Carmo propõe substituir por: **deliberar**) a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos electivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

Artigo 13º

Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direcção quotidiana do Movimento no respectivo âmbito e, de acordo com a política do Movimento, a actividade do

Bloco de Esquerda.

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respectivo Regulamento.

Artigo 14º

Organizações Regionais Autónomas

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Movimento dispõe de organizações com Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das organizações autónomas, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e prevêem autonomia política, organizativa e financeira nos respectivos âmbitos regionais.

3 - As organizações autónomas são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

Artigo 15º

Núcleos

1 - Os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respectivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.

2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional (O Bernardes-Silva propõe acrescentar: **considerando-se tacitamente ratificada passados que sejam 30 dias de calendário sobre a data do anúncio da constituição do núcleo**).

3 - Nas actividades do Núcleo podem participar não-aderentes (A Helena Carmo propõe acrescentar: **não tendo poder deliberativo nem capacidade de constituir hierarquia orgânica**).

Artigo 16º

Grupos de Trabalho

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do Movimento, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomen-

dações em torno de temas específicos ou sectoriais.

2 - Nas actividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.

Artigo 17º

Conferências Nacionais

A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.

(O Adelino Mota propõe a substituição deste artigo por este:

1- A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.

2- As Conferências Nacionais são abertas a todos os aderentes do Movimento.

3- As Conferências Nacionais não tem efeitos electivos.)

Artigo 18º

Sistema de Votação

1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respectivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos (A Helena Carmo propõe acrescentar: **ou quaisquer funções nominais**) do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respectivos regulamentos.

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respectivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respectivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.

(O Bernardes-Silva propõe acrescentar dois pontos:

6 - Quando se trate de eleição para substituição de um órgão em funções, a composição do que o substitua deve incluir um mínimo de 1/3 de novos elementos, sem prejuízo do respeito pelo critério de paridade entre sexos.

7 - No caso em que haja mais do que uma lista concorrente e em que se verifique dificuldade em respeitar este critério, será dada prioridade para o fazer à lista sucessivamente menos votada.)

(O João Almeida e outros propõem a introdução de mais um ponto:

6. Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º).

Artigo 19º

Finanças

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.

2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas actividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objecto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável ao Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação do Tesoureiro, sujeito a ratificação pela Mesa Nacional;

b) Os tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respectivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

Artigo 20º

Casos Omissos

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.

Apresentação e fundamentação das Propostas de Alteração de Estatutos

Proposta de alteração artigo 17 dos estatutos.

PROPONENTES:

ADELINO MOTA

Passa a ter a seguinte redacção:

- 1- A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de carácter específico.
- 2- As Conferências Nacionais são abertas a todos os aderentes do Movimento.
- 3- As Conferências Nacionais não tem efeitos electivos.

Proposta de alterações aos Estatutos do BE

PROPONENTES:

MIGUEL MADEIRA, LUÍSA GONZALEZ, FERNANDO OLIVEIRA E LUÍS COSTA

""Artº 10 – Mesa Nacional

(...)

6 – Caso a Mesa Nacional, nos termos de número 4, recuse a ratificação de listas de candidatos propostas pelas Assembleias Distritais ou Regionais, a Assembleia proponente deverá propor uma nova lista à Mesa Nacional"

Fundamentação:

Esta proposta destina-se a esclarecer a ambiguidade que há nos presentes estatutos sobre o significado da "ratificação" referida no número 4 do artº 10. Normalmente, "ratificar" tem implícito o direito de aprovar ou de recusar (p.ex., quando um tratado é sujeito a ratificação na Assembleia da República, esta

pode aprovar o tratado, ou pode rejeitá-lo). No entanto, tem-se verificado que tal entendimento não é consensual no partido, havendo camaradas que consideram que o poder de ratificar, inclui, não apenas os poderes de aprovar ou de recusar, mas também o poder de alterar as propostas apresentadas (o que, mantendo as analogias anteriores, seria como se a A.R. tivesse poder, não apenas para aprovar ou rejeitar tratados, mas também para alterar unilateralmente o seu conteúdo).

Independentemente da qual interpretação ser a correcta, é indesejável essa ambiguidade, sendo o objectivo desta proposta exactamente que os Estatutos passem a definir de forma clara o procedimento a seguir no caso da Mesa Nacional recusar a ratificação das propostas das Assembleias.

Note-se que esta proposta não pretende de maneira nenhuma que a Mesa Nacional passe a ser um mero "carimbo" de aprovar as listas propostas pelas assembleias distritais/regionais, nem que o Bloco passe a ser uma organização "federal": a Mesa Nacional continuará a ter, como actualmente, o poder de vetar as candidaturas propostas pelas distritais (o que, nos termos desta proposta, levará a que a assembleia distrital/regional tenha que apresentar uma nova proposta, até esta ser ratificada pela Mesa).

Proposta de adenda às propostas de alterações aos Estatutos do BE

PROPONENTES:

ALEX GOMES, ANA LÚCIA MASSAS, ANA SOFIA PALMA, ANDRÉ LOUÇÃ PEREIRA, ANTÓNIO RODRIGUES, BRUNO CABRAL, CARLOS CARUJO, CARLOS CERQUEIRA, EDUARDO GRELO, EMÍLIA GOMES, FRANCISCO FURTADO, HENRIQUE GIL, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ GUERRA, LEONARDO SILVA, MAMADOU BA, PAULO COIMBRA, PEDRO POMBEIRO, PEDRO REIS, SÉRGIO VITORINO, RICARDO SALABERT

Artigo 10º

Mesa Nacional

1 -[.....]

2 - [.....]

3 -[.....]

4 - Compete à Mesa Nacional tomar a decisão final acerca das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos electivos, sob proposta das Assembleias Distritais ou Regionais, bem como a definição das linhas de orientação política dos eleitos, salvo o disposto no número seguinte.

Alínea a) - O limite para o exercício de cargos electivos públicos de representação política é de dois mandatos consecutivos

Alínea b) - O limite para o exercício de cargos de direcção política nos órgãos, nacionais, regionais, distritais e concelhios do Movimento é de três mandatos consecutivos.

8 -[.....]

Justificação:

O Bloco de Esquerda quando surgiu foi uma lufada de ar fresco tanto na proposta como na forma de fazer política em Portugal. Na forma, o princípio da rotatividade dos primeiros deputados na Assembleia da República foi disso exemplo. Apesar dos limites legais vigentes, impõe-se ao Bloco lutar por este princípio e também responder a necessidade de renovação e de formação de novos quadros, assim como de precaver o Movimento dos potenciais perigos da profissionalização e da eternização em cargos de direcção política.

Proposta de alterações aos Estatutos do BE

PROPONENTES:

F.N. BERNARDES-SILVA

1 - Ao artigo 6º

Considerando que:

- a “votação para cargos e órgãos do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto” (artº 18º dos Estatutos);
- o sancionamento de um aderente é uma decisão tanto ou mais melindrosa do que a eleição para um qualquer cargo;

proponho que o número 2 do artº 6º dos Estatutos passe a ter a seguinte redacção:

“2- A competência (...) Mesa Nacional, que decidirá por voto secreto, por iniciativa própria ou (...) Comissão

de Direitos”.

2 - Ao artigo 15º

Considerando que:

- a adesão de um qualquer aderente deve “ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias” (número 1 do artº 3º dos Estatutos);
- “2- Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada” (número 2 do mesmo artº 3º);

tendo em conta a característica de Movimento que o BE assume (número 1 do artº 1º dos Estatutos) a constituição de um núcleo é no mínimo tão importante como uma nova adesão;

proponho que o número 2 do artº 15º passe a ter a seguinte redacção:

“2- A constituição (...) ou Regional, considerando-se tacitamente ratificada passados que sejam 30 dias de calendário sobre a data do anúncio da constituição do núcleo.”

3 - Ao artigo 18º

Considerando que:

- é imperativo conseguir a renovação dos membros dos Órgãos electivos do BE;
 - o esplêndido exemplo de rotatividade que o Grupo Parlamentar vem dando desde o seu início;
- proponho que ao artº 18º sejam adicionados os seguintes pontos:

“6- Quando se trate de eleição para substituição de um Órgão em funções, a composição do que o substitua deve incluir um mínimo de 1/3 de novos elementos, sem prejuízo do respeito pelo critério de paridade entre sexos.

7- No caso em que haja mais do que uma lista concorrente e em que se verifique dificuldade em respeitar este critério, será dada prioridade para o fazer à lista sucessivamente menos votada.”

Proposta de alterações aos Estatutos do BE

Proposta de alteração número 1.

PROPONENTES:

GIL GARCIA, CRISTINA PORTELLA, MARTA LUZ, MANUEL AFONSO E NUNO GERALDES

Proposta de alteração ao Artigo 6º (Sanções), número 4. Onde se lê “Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito (...) por uma Comissão de Inquérito (...) composta por três aderentes indicados pela Mesa Nacional” deve passar a ler-se: “4- Qualquer sanção disciplinar é precedida de um inquérito justo e imparcial, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por cinco aderentes, três designados pela Mesa Nacional, um pela coordenadora distrital onde decorre o inquérito em análise e outro pela coordenadora concelhia.

Fundamentação:

o BE, infelizmente, já expulsou um militante (de Olhão) sem que praticamente o conjunto do partido se tivesse apercebido. Para este ‘final’, a exclusão do camarada em causa, tudo valeu, desde (1) comissões de inquérito para análise de desvios à linha do partido até (2) suposições (nunca confirmadas) sobre as suas contas com o Estado. Foi expulso, assim, um militante do BE (indicado pela coordenadora distrital e ratificado pela mesa nacional (quando ainda não se tinha demarcado do apoio ao candidato do BE e do PS às presidenciais, Manuel Alegre) como cabeça de lista à autarquia de Olhão, eleito vereador. Foi expulso sob acusações mal formuladas, insuficientemente documentadas, sem provas categóricas e com uma só certeza: a Comissão de Inquérito era totalmente afectada à maioria que dirige o BE, sem sequer ninguém verdadeiramente independente da maioria poder fazer parte do ... “inquérito”, na verdade um ‘linchamento’ político e público.

Proposta de alteração número 2.

PROPONENTES:

JOÃO PASCOAL, TIAGO CASTELHANO, HUGO BASTOS, FLÁVIA POLIDO E JOANA MACHADO

Proposta de alteração ao Artigo nº 8 (Convenção Nacional), número 5. Onde se lê: “A Convenção nacional realiza-se com uma periodicidade de dois em dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de dez por cento dos aderentes” deve passar a ler-se, “5- A convenção nacional realiza-se com uma periodicidade de dois em dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente

te por iniciativa da Mesa Nacional, por dez por cento dos aderentes que participam activamente na vida do movimento, tomando como indicador o número de aderentes que votam para a eleição de delegados às convenções ou por três por cento do número total de aderentes.”

Fundamentação: a recusa da Comissão Política do BE em convocar uma conferência extraordinária que pudesse alterar o apoio ao candidato do PS às presidenciais de Janeiro de 2011 (Manuel Alegre) foi na base de uma enorme falácia, que não tinham sido entregues os 10% dos aderentes exigidos pelos Estatutos da organização. Ora todos os bloquistas sabem que independentemente do número de “aderentes” que o BE diz deter, a vida prática do Bloco regista como indicador seguro, dos que seguem de facto a vida do movimento, em torno dos que participam na eleição de delegados a qualquer convenção nacional (e que têm que ter a quota em dia). Esse deve ser, portanto, o critério para se assegurar que uma base significativa do partido possa convocar uma conferência extraordinária mesmo que a sua direcção não goste da iniciativa. De outro modo, todo o poder (discricionário, como se veio a revelar em torno do apoio a Alegre não sufragado internamente e não seguido externamente) fica sempre nas mãos da Comissão Política do BE, o que afecta o pluralismo ‘genético’ que seria a marca do BE. O apoio ao candidato de José Sócrates (sem possibilidades de discussão interna numa conferência extraordinária) teve os resultados que se conhecem para o nosso movimento.

Proposta de alteração número 3.

PROPONENTES:

GIL GARCIA, CRISTINA PORTELLA, JOSÉ FERREIRA, SOFIA RAJADO E LILIANA INVERNO

Proposta de acrescento de um novo ponto número 5 ao Artigo 10º (Mesa Nacional), passando o actual número 5 para número 6. Novo ponto número 5 deve passar a ler-se: “As listas para todos os cargos públicos electivos deve basear-se na liberdade de se poderem apresentar listas alternativas de um só elemento e os resultados para o escalonamento final das listas deve resultar de uma votação proporcional se houver mais do que uma lista ou pelo maior número de votos obtidos por cada membro proposto em plenário distrital,

expressamente convocado para o efeito.”

Fundamentação: Pergunta-se a qualquer bloquista: alguém sabe porque um membro de uma sensibilidade expressiva no Bloco, ainda que minoritária, não pode figurar em lugar elegível para nenhuma lista de candidatos a deputados, a vereadores ou a outros cargos públicos electivos? Será que não têm representatividade interna ou externa suficiente para serem candidatos pelo BE? Será que não têm mérito individual nem capacidades políticas? Será que a sua discriminação constante não é mais prejudicial para o BE e alimenta tendências centrífugas? Ou, inversamente, será que todos os que estão hoje actualmente eleitos o foram por serem representativos e cheios de méritos e de capacidades? Ou será que na origem da sua escolha se encontre outros factores como, por exemplo, pertencerem à maioria instalada e que dirige o BE? O BE não é o partido mais democrático do espectro político nacional? Não é o nosso maior orgulho? Como é possível ver em outros partidos figuras polémicas e, por vezes em divergência, mas presentes em grupos parlamentares ou em autarquias, enquanto no BE todos os deputado ou simples membros eleitos em autarquias têm que necessariamente ser fiéis à maioria ou então nunca serão indicados em lugar elegível para nenhum cargo público? Será isto JUSTO E DEMOCRÁTICO?

Proposta de Alteração aos Estatutos

PROponentes:

**CARLOS CABRITA, FERNANDO LEITÃO CORREIA,
JOAQUIM MANUEL MEALHA COSTA, JOSÉ
MANUEL DO CARMO, PEDRO FERNANDO
OLIVEIRA TAVARES**

De acordo com IV – 12 do Regulamento do Processo Preparatório da VII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda são propostas as seguintes alterações aos Estatutos:

No artigo 6º Sanções, propõe-se que o conteúdo actual da alínea b) passe a c); e que o conteúdo da alínea b) a ter a seguinte redacção – Suspensão por tempo determinado do direito a ser eleito para os órgãos do Movimento e de o representar.

Justificação

Afigura-se necessário criar uma penalização intermédia, entre a advertência e a expulsão.

Muitos dos procedimentos objecto de apreciação para sanção ultrapassam a simples advertência mas não terão que configurar a medida extrema de expulsão.

Ao introduzir-se esta alínea permite-se uma medida disciplinar que consoante a gravidade pode ter uma variação temporal a decidir pela Mesa Nacional após os procedimentos estatutariamente previstos.

No artigo 10º, propõe-se introduzir o ponto 6 com a seguinte redacção:

Em prejuízo dos pontos 4 e 5 do presente artigo, a Mesa Nacional após não ratificação das listas de candidatura e linhas de orientação política referidas no ponto 4 ou avocação das listas previsto no ponto 5, ratificará e não voltará a avocar, obrigatoriamente, as propostas com o mesmo conteúdo que voltem a ser aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

Justificação

A necessidade de promover a autonomia e responsabilização ao nível regional e local impõe também uma clarificação dos níveis de competência e responsabilidade. Importa ainda regulamentar situações que em situação extrema conduzam a impasses sem saída.

As propostas de alteração aos estatutos do Bloco de Esquerda que apresento à consideração da próxima convenção têm como pano de fundo a vivência em dois mandatos, como representante eleita por uma lista minoritária, na comissão de direitos.

Proposta de Alteração aos Estatutos

PROponentes:

HELENA CARMO

Artigo 1º - 2 - “...condição...” (substituir por classe social)

Artigo 6º - suprimir

Este artigo deve ser substituído por outro com o mesmo número mas com a seguinte redacção:

“quando a ou o aderente tiver conduta cívica e política contrária aos objectivos do Movimento, compete à mesa nacional retirar-lhe a confiança política, por pro-

posta de um dos seus membros ou de qualquer outro órgão.”

No caso de tal não acontecer, como me parece provável, proponho que:

a comissão de direitos seja o órgão estatutariamente responsável pela função cabe agora à mesa nacional, uma vez que aquele é o órgão vocacionado para matéria estatutária.

Artigo 9º - c) “...matéria estatutária...” substituir por: “...estatutos e quaisquer outras normas que o particularizem, nomeadamente regulamentos que balizam o funcionamento interno...”

Artigo 10º 2 - “...para tarefas de direcção...” acrescentar: “...quotidiana...”

Artigo 12º 3- “...propor...” substituir por: “...deliberar...”

4 - idem

Artigo 16º acrescentar:

“... não tendo poder deliberativo nem capacidade de constituir hierarquia orgânica.”

Artigo 18º 2 - “...cargos e órgãos...” acrescentar: “... ou quaisquer funções nominais.”

Artigo 20º “...casos omissos nos presentes estatutos acrescentar: “... ou em qualquer outra norma interna.”

Justificação: Considero que as sucessivas alterações feitas, convenção após convenção, têm sido no sentido de esvaziar a comissão de direitos, órgão nacional, directamente eleito em convenção e que, em minha opinião, só faz sentido se funcionar como efectivo garante de normas claras e absolutamente iguais para todas e todos os aderentes do BE.

Penso mesmo que a decisão de entregar à mesa nacional as funções sancionatórias, deixando para a comissão de direitos apenas um eventual último recurso, foi o “golpe de misericórdia”.

Tratando-se as sanções de normas estatutárias e estando garantida a constituição sempre de uma comissão de inquérito, por um lado e de último recurso para a convenção, por outro, só deveria ser a comissão de direitos a responsável por tal matéria (partindo do princípio de que sanções fazem falta, dentro do BE, de-

cisão que continuo a contestar)

Só com uma comissão de direitos fortalecida, podem ver-se compensados os aderentes de um executivo maioritário e sem nenhum outro órgão com igual importância interna.

As restantes questões são de pormenor e explicam-se em si mesmas.

Proposta de Alteração aos Estatutos

PROPONENTES:

JOÃO ALMEIDA, CLÁUDIA OLIVEIRA, SÉRGIO VITORINO, NUNO SERRA, MIGUEL CARDINA, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, CARLOS ANTÓNIO PENEDO CERQUEIRA, MARIA JOSÉ VITORINO, MAMADOU BA, DANIEL OLIVEIRA, DAVID ÁVILA, CARLOS CARUJO, ISABEL LOUÇÃ, ROGÉRIO MOREIRA, JOÃO BAU, LUÍS SOUSA, PAULO COIMBRA

Inclusão de um novo ponto no artigo 10º

Artigo 10º

Mesa Nacional

1. (...)
2. A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo movimento.
3. anterior nº 2
4. anterior nº 3
5. anterior nº 4
6. anterior nº 5

Inclusão de um ponto no Artigo 18º com a seguinte redacção:

ARTIGO 18º

Sistema de Votação

- 1 (...)
- 2 (...)
- 3 (...)
- 4 (...)
- 5 (...)
6. Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação

que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.

Justificação: Pretende-se que na Mesa Nacional co-existam várias vivências e que o órgão não fique refém de uma visão excessivamente centrada na política quotidiana mas que reflecta outras experiências e visões. Considera-se que para este efeito, não ser necessário nenhuma regra para os eleitos locais. Optou-se por fazer alterações em dois artigos para manter a organização e coerência dos actuais estatutos.

Proposta de alteração aos Estatutos

PROPONENTES:

JOÃO BRANDÃO, CECÍLIA HONÓRIO, PEDRO SOARES

Proposta:

Artigo 5º

(...)

4 - No caso de impossibilidade económica pessoal, o pagamento da quota anual pode ser dispensado por decisão da Comissão Coordenadora Concelhia respectiva, sujeita a ratificação da correspondente Comissão Coordenadora Distrital ou Regional que também terá competência para decidir da dispensa caso se verifique ausência de organização concelhia.

Justificação: devemos dotar o Bloco de um mecanismo que permita forma de intervenção sobre casos de eventual facilitismo ou abuso na dispensa de pagamento de quotas.

Proposta de Alteração aos Estatutos

PROPONENTES:

VÍTOR FERREIRA

1 - O ponto 9.2 da Moção A no seu início refere;
O BE representa hoje centenas de milhares de jovens, trabalhadores e reformados e tem como objectivo ser

um partido de massas para a luta emancipatória de quem é explorado e oprimido na sociedade capitalista.
2 - As alíneas a) e c) do ponto 1 do Artigo 4º dos Estatutos, estabelecem os direitos à participação democrática e à informação.

3 - As actuais centenas de milhar de aderentes do Bloco e as novas centenas de milhar pertencem, e serão oriundos dos mais diversos extractos etário / económico.

4 - Milhares de pessoas, em Portugal, têm um grau de instrução, e / ou reformas abaixo do referencial de pobreza, estão desempregados, são precários, ou têm baixos salários que os impede de utilizar ou ter internet.

5 - Há quem tenha questões de princípio face ao uso intensivo da informática e da internet (não opositores do desenvolvimento, e do progresso), sem regulamentação, permitindo ao capitalismo neoliberal maior fuga ao controle das transacções financeiras, o despedimento de milhões de trabalhadores no mundo por informatização de serviços / empresas, e a actividade impune de todo o tipo de máfias.

Gente diferente, que se opõem à moda dominante, não colaborante com esta espécie de fobia e o aumento da fortuna dos patrões da informática. Consideram existir um balanço negativo para os povos, entre as malfeitorias e a informação à distancia de um click. Gente que pensa na hipótese futura, de nova guerra mundial por click de qualquer ditador, ou, da Nato.

Também aqui deve existir o direito à diferença.

6º - É necessária igualdade no acesso à informação, e igual oportunidade de participação democrática na definição da política do Movimento.

Pelo que, proponho uma alteração aos Estatutos, por inclusão de uma adenda à alínea c) do Artigo 4º, que ficaria com a seguinte redacção:

c) Ser informado sobre a actividade do movimento, pelo que os órgãos dirigentes se obrigam ao envio dos documentos por correio ou internet em tempo útil.

CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA VII CONVENÇÃO



PROPOSTA DE EMENDAS À “MOÇÃO A” DA VIIª CONVENÇÃO DO BE

ADELINO FORTUNATO, ANTÓNIO MARINHO DA SILVA, HENRIQUE GUERREIRO,
RUI ALBERTO, VANESSA PEREIRA

As emendas que propomos referem-se à insuficiente caracterização do PCP e à sua relação com o regime do PC Cubano, à melhor especificação da proposta de Governo de Esquerda incluindo uma referência ao PS, à questão da divisão do movimento dos trabalhadores e finalmente a questões de funcionamento interno do BE.

Alguns pontos da Moção A ficariam com a seguinte redacção:

6.8 O PCP representa uma parte relevante da história e da organização do movimento operário português onde pontifica o seu aparelho burocratizado nos sindicatos e autarquias. Na luta contra as medidas liberais e em defesa dos salários e do emprego, PCP e BE têm tomado posições convergentes e valorizamos esse facto.

6.9. Entre o BE e o PCP existem, de facto, diferenças assinaláveis que uma convergência, em prol do combate às políticas recessivas, não compromete. Nesse sentido, na política unitária, o BE considera que a luta social não pode desistir do objectivo da vitória, e para isso exige aproximação de esquerdas com ideias diferentes. Nenhum partido minoritário será capaz por si só de aplicar uma política socialista. Todos os contributos para a unidade são caminhos para a maioria. Na ideologia, para o BE, o socialismo é a garantia do fim da exploração e, portanto, da democracia económica e política, o que exclui a censura e afirma o pluripartidarismo e os direitos sindicais e outros. Assinalamos, neste contexto, que o PCP não se distancia dos regimes do PC Chinês e do PC Cubano e de outros regimes repressivos.

8.3. Em toda a sua actividade, o BE procurou a convergência com sectores políticos comprometidos com posições anti-liberais. O nosso apoio à candidatura de Manuel Alegre obedeceu a esta política unitária, que rompe com tradições sectárias. Continuamos a precisar da mesma cultura unitária de diálogo, movimento e luta em todas as convergências contra as políticas recessivas. Precisamos igualmente dessa mesma cultura de pluralidade para tornar possível um governo de esquerda, que não negligencie a filiação da grande maioria dos trabalhadores no PS, PCP e BE e em correntes de independentes que possam surgir.

9.2. O BE representa hoje centenas de milhares de jovens, trabalhadores e reformados e tem como objectivo ser um partido de massas para a luta emancipatória de quem é explorado e oprimido na sociedade capitalista. Mas, para a construção do BE como uma alternativa política para todos os que querem combater o

desemprego, a precariedade, a exploração capitalista e a opressão, é fundamental mobilizar muitos mais trabalhadores efectivos e precários, do sector público ou privado, jovens, imigrantes, activistas feministas, LGBT e outros. A divisão e a fragmentação são hoje alguns dos principais obstáculos à mobilização dos trabalhadores e à eficácia das suas lutas.

9.4. Desde a última Convenção o BE cresceu, reforçou a sua intervenção nacional, e apresentou-se em três eleições, obtendo 11% nas europeias, 10% nas legislativas e nas autárquicas entre 3,1% (CM, AF) e 4,3% (AM). Esta última eleição reforçou a necessidade de potenciar e apoiar a acção das organizações locais, mas esse trabalho encontra-se ainda no seu início e exige uma reflexão profunda, até porque a estruturação local do BE se encontra muito virada para a intervenção autárquica, de grande relevância e com resultados efectivos, embora com reduzido impacto e visibilidade junto do eleitorado estando muito dependente dos ciclos eleitorais e não tendo, em regra, enraizamento na vida associativa, cultural e profissional das localidades.

9.5.5. As conferências nacionais temáticas continuarão a ser um instrumento de debate e criação de políticas. O BE precisa de mais debate interno sobre as suas escolhas e de repensar o modelo de estruturação interna de forma a revitalizar-se e a recuperar a chama inicial entretanto esbatida, combatendo a imagem aparelhística que alguns sectores da opinião pública dele já construíram.

9.7. O BE comprometeu-se desde a sua fundação com uma nova cultura de organização, que é uma questão de política, de acção e de comunicação. Não reproduzimos modelos autoritários que assentam numa direcção que controle e subordine cada passo dos seus activistas, mas precisamos de combater a tendência que parece vir ganhando terreno para um modelo de partido amorfo sob a direcção efectiva de uma elite. Sabemos que essa nova cultura de funcionamento não é uma questão de estatutos, mas de prática, e que estamos aquém das necessidades e da vontade. Só um movimento com muitos milhares de activistas e dirigentes, capazes de animar uma campanha, de se candidatar a uma eleição, de organizar uma luta social, de apresentar proposta política, de estimular uma direcção colectiva a todos os níveis, só com essa força será possível construir um partido de massas.

QUANTO PESAM AS PALAVRAS?

ADRIANO CAMPOS, HUGO FERREIRA.

Uma direcção e um programa para ir à luta, esse é o sentido do debate nesta Convenção! Maio será um mês de todas as lutas contra quem nos empurra para a crise e para a bancarrota. O alarme da crise social convoca a esquerda para uma batalha necessária: romper o cerco liberal, libertando a luta social para uma saída socialista para a crise. A economia do medo é a escolha de PS, PSD e CDS para por quem vive do trabalho a pagar a crise. Desbaratar o Estado social e ceder à agiotagem financeira é a estratégia deste centrão que tem clientela fixa e refinada. O Bloco de Esquerda não foge às escolhas desse embate, respondendo às grandes questões do presente, como o desemprego, a precariedade, a dívida e a defesa dos serviços públicos. Reafirmar a agenda da defesa do emprego com direitos e dos serviços públicos é crucial como resposta à crise da política FMI/Merkel, assim como na concentração de esforços para uma estratégia da luta social à esquerda.

A cisão como farsa ou a clareza do debate?

Para esse combate importa termos posições claras e esclarecedoras, rejeitando os ardis da simplificação e do debate preguiçoso. No debate desta convenção, o Ruptura/FER optou, mais uma vez, pela tradição esgotada da propaganda. Escolheu, à semelhança da última Convenção, fazer do apelo à união BE-PCP uma proclamação na praça pública, anunciando em seguida a sua cisão com o Bloco como caminho para a união das esquerdas (v. declarações de Gil Garcia), para poucas horas depois a vir desmentir. O ultimato morreu à nascença, de parto prematuro. Não admira que quem classifica, nas suas teses internacionais (pag.3), o Bloco como *"um remake pouco original das velhas e reacionárias utopias do reformismo europeu"* tenha pouca consideração pelo valor das palavras. Mas tal situação revela mais do que a incapacidade de perceber que um processo de unidade não se faz por decreto. A intimação do Ruptura/FER não é aqui um caminho para um governo de esquerda, é um fim em si mesmo: promover a recusa e afirmar a micro-agenda da qual a Moção C é portadora: o entrismo como política inconsequente e redutora, a presença no bloco como tática parasitária para o seu próprio e exclusivo crescimento.

O debate da política de unidades é outro. Valorizar a convergência das esquerdas é uma escolha que o Bloco sempre assumiu, sabendo que a luta social, desprovida de sectarismo e focada nas

escolhas agregadoras contra o centrão é um caminho que implica a construção de confianças mútuas. Foi desse acumular de entendimentos e convergências na luta política e social que permitiu existir, entre BE e PCP, importantes declarações sobre os acordos de fundo na recusa da austeridade e agora o encontro das direcções dos dois partidos. O espaço da esquerda é maior que o somatório dos dois espaços partidários, os diálogos para um governo de esquerda, que rejeite a política da crise, devem incluir essa esquerda grande, onde sabemos que a direcção do PS não cabe. Essa é a proposta e a luta do Bloco, sem receituários de pasquim.

A luta social e o respeito pela militância.

Afirmar a agenda da unidade é, também, ser consequente no activismo político e social. Por isso os/as militantes do Bloco empenharam-se, nos últimos anos, na construção de plataformas e colectivos na luta contra a precariedade e pelo reforço do activismo sindical. Esse esforço obedeceu sempre à recusa das "correas de transmissão" e do sectarismo enclausurador da luta. Os/as militantes do bloco respeitam os movimentos sociais, pois são parte integrante desses movimentos sociais. Por isso, muitos/as de nós estivemos envolvidos/as na manifestação da "Geração à rasca", na sua preparação e no seu seguimento nos mais diversos locais, e fizemo-lo com o respeito de quem quer a democracia toda. O 12 de Março foi, para além de uma megamanifestação popular, uma abertura de possibilidades para o activismo precário, sindical e anti-capitalista. Participar nesse processo é decidir e escolher com quem vai à luta.

Não nos admira que quem, como o Ruptura/FER, elege a distribuição do seu próprio jornal como forma de estar nas manifestações (e nos eventos públicos do próprio Bloco) replicando o seu conteúdo em panfletos vazios e inconsequentes, tenha tanta ligeireza em acusar a direcção do Bloco de *"afunilar este movimento [Geração à Rasca] para outros mais pequenos, controlados por si, como o PI ou o Mayday."* (Debates #1, p.44). E a acusação é de um oportunismo e hipocrisia tais, se nos lembrarmos que é o próprio Ruptura/FER quem sempre tenta estreitar os movimentos com as suas bandeiras e a sua prática controladora. O sectarismo é sempre uma fuga de quem recusa as batalhas essenciais, repudiar essa forma de cobardia política é uma necessidade de quem quer construir uma referência anti-capitalista para a luta social. Nesta Convenção, as palavras devem pesar.

UM BLOCO MILITANTE E A POLÍTICA REALMENTE EXISTENTE

ALEX MATOS GOMES, ANDRÉ LOUÇÃ PEREIRA, ANA SOFIA PALMA, ANTÓNIO RODRIGUES, BRUNO CABRAL, CARLOS CARUJO, CARLOS CERQUEIRA, EDUARDO GRELO, EMÍLIA GOMES, HENRIQUE GIL, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ CARLOS TAVARES, JOSÉ GUERRA, LEONARDO SILVA, MAMADOU BA, PAULO COIMBRA, PEDRO RODRIGUES, PEDRO POMBEIRO, SÉRGIO VITORINO.

Ao longo de 12 anos, o BE acumulou forças e saberes. Nesse percurso, se é verdade que mudou a política em Portugal, afirmando uma esquerda anti-capitalista plural com capacidade de intervenção, devemos reconhecer também que a política nos mudou. Uma mudança positiva que permitiu chegar a mais pessoas, enriquecendo-nos, afirmando a capacidade de intervenção de novas gerações, permitindo uma presença mais efectiva territorialmente. Contudo, a mudança acarretou aspectos menos positivos que não podem ser desvalorizados nem aceites passivamente como o preço inelutável a pagar para construir um movimento anti-capitalista de massas: tendo crescido em termos numéricos, o BE necessita de crescer mais em participação, tendo sido eficaz mediaticamente isto traduziu-se, por vezes, numa submissão à lógica mediática, aos seus tempos e modos, tendo constituído um alargado património de propostas, temos de reconhecer que parte significativa dele foi constituído centralmente.

A cada momento deste crescimento é preciso relembrar a urgência da militância significativa e da renovação das formas de participação política estando cientes das forças com que nos batemos e dos enquistamentos sociais: a mediatização da política escapanos ao controlo, a divisão social do trabalho tende a refazer-se na divisão do trabalho político, a precarização das vidas influencia a capacidade de participação e os movimentos políticos, como os movimentos sociais, não são imunes à apatia, ao individualismo da sociedade de consumo ou aos carreirismos para que uma sociedade capitalista predispõe. E estas circunstâncias não mudam apenas por reconhecermos que implicam dinâmicas castradoras da democracia e da militância. Aliás, a consciência destas dimensões da política realmente existente estava já presente no documento fundador do Bloco de Esquerda, “Começar de Novo”, no qual se traçava um quadro da promoção da apatia, do abstencionismo, da exclusão da política e das formas da política dominante (“há que reconhecer que a política que existe (...) revela-se um factor do seu agravamento: a fulanização aproxima-a de uma feira de vaidades, o minimalismo da dependência face aos media retira-lhe densidade e qualidade, a gestão de influências diminui-lhe a credibilidade”) e um retrato duro dos partidos de massas embarcados nessa lógica: “os partidos de massa transformam-se em federações de interesses que ocultam a ideologia por detrás de programas e declarações minimais de circunstância. A militância, que incorporava em si a ideia

de participação e cidadania activa, dá lugar a um processo de integral profissionalização das actividades políticas e sociais.” Soubemos não cair na “gestão de influências”, na “federação de interesses” e, portanto, não deixámos que a política mudasse a nossa capacidade transformadora.

Só que há questões a repensar sobre o trabalho militante como as que decorrem da profissionalização no BE, do centralismo forte que tem sido o reverso da eficácia política, da necessidade de combater a exclusão da política através uma democracia participativa interna, da política mediatizada que parece instituir-se como o caminho mais rápido para fazer política de massas, de como responder desafios políticos sem cair numa sobrevalorização do parlamento enquanto lugar central da política institucional. Não sendo fácil, desconstruir a política realmente existente passa por desafiar a própria forma dessa política, a centralidade da institucionalização e da mediatização.

O BE definiu-se como movimento político, o que foi uma das formas de procurar escapar à lógica dos partidos tradicionais, e o seu funcionamento é o de um partido. Cabe então perguntar o que se perdeu de possibilidades de horizontalidade e rede, de mecanismos de controlo da direcção por parte das bases, de reforço dos espaços de debate, de existência de grupos de trabalho com capacidade efectiva de proposta, de formas de reinventar a participação interna e de valorizar a militância contra o trefismo.

Esta militância, porque continuamos a “correr por fora”, é o lugar natural de encontro e diálogo dos e com os movimentos sociais, representando politicamente as suas lutas, numa relação dialéctica e sem a lógica controladora. Por isso, o BE não se pode construir se viver centrado sobre si. A intensidade da militância política não se pode substituir à urgência da militância social. E a esquerda política que queremos vive na esquerda social.

Dito isto, há uma série de sugestões a colocar: porque não a limitação de mandatos, a rotatividade nos lugares de representação política? Porque não limitar o número de funcionários nas direcções? Porque não a publicação de um boletim interno? Porque não a publicitação das actas das reuniões das direcções? Porque não tornar os grupos de trabalho mais decisivos na vida do BE?

LEVAR O BE A ROMPER O GUETO ELEITORAL VICIADO! (PELA REDUÇÃO DO PODER POLÍTICO DAS CLASSES DOMINANTES)

AMANDIO CORDEIRO

Levamos a presente documento à VII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda com o propósito de contribuir para uma acção baseada em novos desenvolvimentos ideológicos que rompam com o gueto eleitoral a que são reduzidos os partidos e organizações de esquerda em regimes de Classe Dominante (Classdom). Todo o processo “democrático” encontra-se altamente viciado em virtude do controlo do complexo da comunicação social por parte das Classes Dominantes, tendo conduzido as populações a um estado de refens, sem perspectiva real de saída, às mãos do capital financeiro global. Consideramos essenciais, para a saída do gueto, os seguintes aspectos:

1. O carácter dominante das recentes lutas sociais é a deslegitimação das Classes Dominantes

As Classes Dominantes exercem o seu poder através das suas (sub)Classes Políticas. A base social da renovação das sub-classes políticas é a existência de uma classe média (ClassMed), suficientemente desenvolvida e beneficiadora de uma pequena fatia da riqueza gerada pelo sistema, no limite da garantia da sua subserviência às Classdom. As exigências descontroladas do capital financeiro tem levado a uma maior redução dessa fatia, com enfraquecimento e revolta crescente dessas classes médias, como demonstram as recentes manifestações em Portugal e os levantamentos populares de países mediterrânicos e médio-orientais.

2. O esgotamento ainda não anunciado dos regimes de Classe Dominante

As Classes Dominantes desempenharam um importante papel histórico no desenvolvimento das sociedades. Essa função histórica encontra-se, em numerosos sociedades, em vias de esgotamento porquanto, cada vez menos, o problema que se põe à humanidade não é conseguir um desenvolvimento cada vez maior da produção indiscriminada de bens de consumo e de desenvolvimento de novas tecnologias mas, cada vez mais, o da fome, das desigualdades e injustiças sociais, da poluição e do esgotamento dos recursos do planeta.

3. Fundamentação da luta contra os regimes de Classe Dominante

É imperioso levar a cabo um aprofundamento ideológico que ultrapasse o conceito incompleto de “Luta de Classes”, constando que, histórica e conceptualmente, este princípio, por si só, não conduz à libertação da humanidade dos regimes de Classe Dominante. Mais tarde ou mais cedo teremos que reconhecer que a maior revolução do século passado, a revolução bolchevique, não só não almejou a esse objectivo como não impediu o reforço do poder das ClassDom. A eterna análise dos “erros” do passado não conduziu nem conduzirá a qualquer conclusão.

Em consequência, à Humanidade, não resta outra via senão a de construir um novo edifício ideológico e novos modelos de sociedade que passam, necessariamente, pela redução progressiva do poder político das Classes Dominantes.

4. Papel fulcral da representação parlamentar do BE e do trabalho autárquico

A representação parlamentar do BE foi resultado de políticas assertivas do partido num passado recente e uma conquista, fruto do trabalho abnegado dos seus militantes e da competência dessa representação. No entanto, a participação criativa, a nível local dos seus militantes é condição sinequanon do desenvolvimento em quantidade e qualidade da nossa representação parlamentar. Para isso, a organização autárquica e a representação parlamentar devem ser dirigidas e fomentadas por uma nova cúpula que não esteja, globalmente, demasiado e quase exclusivamente absorvida com o trabalho parlamentar.

A secundarização do trabalho autárquico, de par com o enfraquecimento dos debates e dos comportamentos democráticos (caso gritante da concelhia da Amadora e certamente doutras concelhias) conduzem ao dogmatismo e ao carreirismo dos militantes e quadros, na senda da burocratização completa do partido e da limitação da sua base eleitoral.

5. A política nacional do partido deve ser Reinvidicativa e Pedagógica

A estratégia a curto prazo deve diferenciar-se claramente da estratégia a médio e longo prazo, sendo esta predominantemente ideológica.

Num regime de Classe Dominante a Classe Média é endoctrinada pelo aparelho mediático e corrompida com o interessamento na permanência do regime, permitindo que os seus representantes integrem a subclasse política segundo as suas prestações.

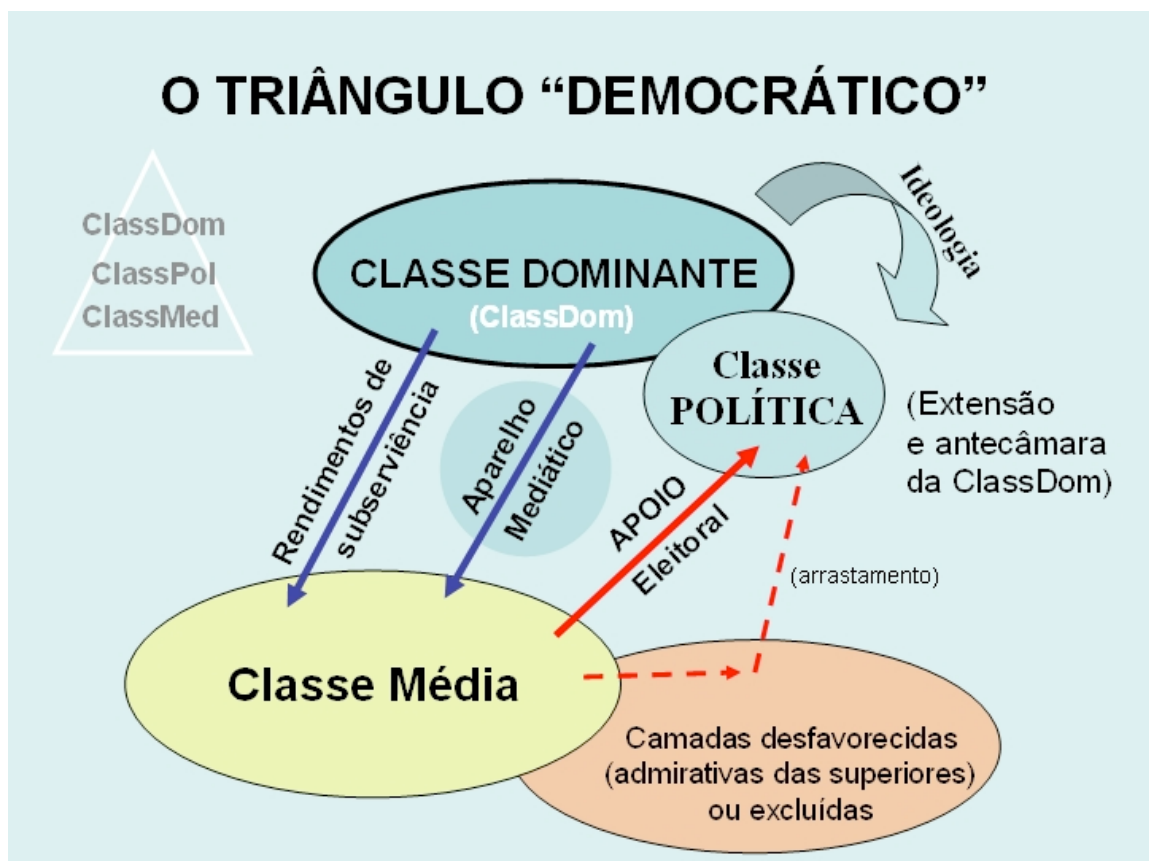
Neste contexto, as forças de esquerda debatem-se por uma arregimentação do eleitorado num horizonte máximo de 15 a 20 % na representação parlamentar. Assim, na sua larga maioria, a subclasse política funciona como um braço ideológico e regulamentar do exercício do poder da Classe Dominante.

Em consequência, para além da promoção de acções reivindicativas por parte de sectores da população, a única solução de saída, num horizonte de médio e longo prazo, é a da pedagogia cívica das populações centrada na consciencialização dos cidadãos sobre os mecanismos de sobrevivência e manutenção do poder político da Classe Dominante (ver esquematização abaixo).

Para isso as acções parlamentar, pedagógica e ideológica, das forças de esquerda deve concentrar-se no objectivo principal: a redução progressiva do poder político da Classe Dominante.

LEVAR O BE A ROMPER O GUETO ELEITORAL VICIADO! (PELA REDUÇÃO DO PODER POLÍTICO DAS CLASSES DOMINANTES)

AMANDIO CORDEIRO



PODIA SER INEVITÁVEL MAS NÃO É: SÃO ESCOLHAS!

ANA CANSADO

O retrato actual de Portugal é uma imagem triste, um país de gente assustada e governantes autoritários. O governo demissionário do PS, apoiado pelo PSD e encorajado pelo Presidente da República, continua a assumir compromissos internacionais idênticos a outros já rejeitados pela Assembleia da República. As instituições internacionais, os dirigentes dos partidos do chamado “arco da governabilidade” mentem descaradamente sobre a inevitabilidade destas medidas e os comentadores de serviço repetem a mesma mentira nos órgãos de comunicação social.

No último ano os cortes nos salários e o aumento de impostos agravou muito a vida precária em que muitas pessoas vivem há pelo menos uma década. A grande probabilidade de perderem parte dos vencimentos e dos subsídios e de sofrerem mais cortes nos apoios sociais, é um pesadelo que se adensa para muitos portugueses. O discurso constante da inevitabilidade soma medo à preocupação e muitas pessoas ficam sem saber que escolhas irão fazer no dia 5 de Junho.

Esta estratégia de terror não é inocente. A direita faz coro sobre a inevitabilidade pois quer desmobilizar o povo português que tem vindo a realizar alguns protestos públicos - como a Greve Geral de Novembro de 2010 e o extraordinário protesto de 12 de Março passado - na sua admirável luta de resistência contra a precariedade e os abusos de que é vítima. A repetição constante da inevitabilidade da sujeição aos mercados faz um eco ensurdecido de tal modo que, mesmo mostrando o agravamento das condições de vida das populações da Grécia e do Egipto após a intervenção do FMI, a maioria dos jornalistas termina os seus relatos declarando a inevitabilidade da ajuda quando o que acabaram de descrever foi uma opção política e não uma inevitabilidade e certamente é tudo menos ajuda aos povos europeus.

Contra o medo é preciso falar verdade e falar mais claro que o ruído da inevitabilidade. Mostrar às pessoas que o dinheiro que lhes é sacado mais o dinheiro que resulta da emissão de dívida serve para garantir os lucros da banca e pagar os desastres das parcerias público-privadas. Não estamos perante inevitabilidades mas escolhas conscientes e racionais. O governo de Sócrates tinha outras opções mas optou e escolheu salvar a banca e cortar

nos salários dos trabalhadores. PS e PSD optam por endividar o país em vez de combaterem os privilégios da banca e de determinados grupos económicos.

A capitulação do governo aos banqueiros teve resposta do Bloco que não cedeu nem à banca nem à chantagem internacional e apresentou propostas de sentido contrário às do governo exigindo uma auditoria à dívida. O Bloco nunca vai deixar de intervir no combate à recessão com alternativas concretas que defendam as pessoas. O Bloco apresenta um plano de urgência para a criação de empregos, regras para o combate efectivo ao défice orçamental com uma reforma fiscal profunda, a reorganização da acção da banca pública para financiar o investimento e controlar os juros e reafirma a defesa dos serviços públicos por um serviço nacional de saúde e uma escola pública para todas as pessoas. O Bloco também faz escolhas e as nossas escolhas põem as pessoas em primeiro lugar. O Bloco saberá dar as respostas necessárias para dar segurança às pessoas agora, até dia 5 de Junho e no longo caminho que vamos percorrer até conseguir vencer as políticas de austeridade e os seus protagonistas.

Nos 12 anos de vida o Bloco tem sido uma voz séria e responsável que tem vindo a demonstrar que as políticas de precarização não são inevitáveis. Desde o início o Bloco tem vindo a propor medidas concretas que podiam ter protegido as pessoas e a economia portuguesa. Neste caminho o Bloco procurou também construir uma esquerda mais ampla. O apoio aos movimentos sociais e às lutas dos trabalhadores, dos precários, das mulheres, em defesa do património, do ambiente e da cultura são uma constante na actividade do Bloco. A actividade parlamentar propositiva e a moção de censura prestígiem o nosso grupo parlamentar. O apoio a Manuel Alegre nas últimas eleições presidenciais assim como a convergência com o PCP para encontrar saídas políticas de esquerda são opções que confirmam a vontade do Bloco em construir uma esquerda grande. Este é o caminho que o Bloco escolhe. Não é inevitável, é uma escolha que tem como objectivo construir um partido de massas para a luta emancipatória do povo português. Contra o medo, pelo direito a ser feliz estamos aqui agora e iremos disputar as próximas eleições para juntar forças pelo emprego e contra a bancarrota.

REGIONALIZAÇÃO NO FEMININO

ANA SOFIA GOMES, ARIANA MEIRELES, BELA IRINA CASTRO

Há mais de 20 anos que o País urge por colocar em prática o processo de Regionalização de Portugal Continental. As assimetrias entre Norte e Sul, Litoral e Interior têm vindo a intensificar-se nos últimos anos, em particular as últimas, confrontando as regiões fronteiriças com Espanha com graves problemas de desenvolvimento, envelhecimento e desertificação.

O Bloco de Esquerda tem tido uma política clara neste sentido. Francisco Louçã já se pronunciou diversas vezes sobre a sistematização da destruição do emprego nas regiões do interior, a escassez de alternativas e apontou a regionalização como o caminho para a justiça na economia no combate às assimetrias e na criação de emprego. No entanto, o Bloco assume constantemente uma postura moderada quando se fala de regionalização. A defesa das cinco regiões correspondentes com as CCDR's descentraliza e regionaliza o Sul e o Norte, mas esquece as disparidades de natureza económica, social e populacional entre Litoral e o Interior que poderão, dentro de algumas das cinco regiões, criar desequilíbrios extremamente perniciosos no que toca à representação institucional e à distribuição de fundos financeiros.

Nos últimos anos a crise económica tem servido de desculpa para o desinvestimento destas regiões. O défice orçamental tem sido o argumento para o encerramento de escolas e de serviços de saúde, e as ilusões dos investimentos publico-privados em auto-estradas e barragens têm sido a desculpa para o desinvestimento na rede ferroviária portuguesa e na destruição do património ambiental e cultural de áreas menos povoadas e que requerem uma maior sensibilidade, como são o caso dos parques naturais e povoações isoladas.

Com o passar dos anos, as populações continuam sem alternativas que não passem pela migração para as zonas litorais ou a emigração. Mas de toda a população há um sector que mais sofre com este adiar, as Mulheres.

Porque são as Mulheres do Interior que têm de se sujeitar a dar à Luz numa auto-estrada sem qualquer assistência médica especializada ou cuidados em caso de complicação no parto. Porque

continuam a ter de ser as Mulheres do Interior a acordar horas mais cedo para levar os seus filhos e filhas à nova escola uma vez que a mais próxima fechou. Porque continuam a ser as Mulheres do Interior as primeiras a ser despedidas quando as fábricas fecham ou a serem aquelas que mais se enquadram no sistema de falso recibo verde. Porque no Interior continuam a ser as Mulheres a abdicar dos estudos em nome da família e em nome desta continua a crescer, paralelamente à crise, o número de agressões domésticas contra as Mulheres. Porque no Interior as Mulheres trabalham tanto, ou mais na terra, que os Homens mas continuam a ter dificuldades de arrendamento e/ou aquisição de terras. A feminização da agricultura é uma realidade do país que não resulta da livre escolha das Mulheres, mas que não deve ser vista como desprestigiante. Muito pelo contrário, a feminização da agricultura deve ser um motor de criação de novas formas de organização feminina, de novas formas de organização da agricultura e da luta emancipatória das Mulheres. No entanto não podemos ignorar que com a crise e o desinvestimento da feminização da agricultura resulta também a feminização da pobreza.

A feminização da pobreza é uma realidade do país que se agrava no seu Interior. É por isso que o seu combate passa por uma regionalização atenta às diferenças económicas, sociais, educativas, culturais e ambientais de cada uma das regiões. É urgente que o Bloco percepcione as idiosincrasias actuais das várias regiões que compõem o nosso território e se comprometa com elas.

É importante que a política de redistribuição do Bloco de Esquerda esteja atento às questões de género e é urgente que as Mulheres do Bloco de Esquerda se façam ouvir nesse sentido. Porque o feminismo passa também pela igualdade de oportunidades e salários entre Mulheres do Litoral e do Interior. É ainda importante desvendar falsas premissas e receios de que as regiões do Interior podem ser novos 'reinados ao estilo Alberto João Jardim' devido ao seu conservadorismo crónico. As regiões e as Mulheres do Interior têm direito a decidir o seu próprio destino, tal como acontece nas zonas mais populosas do país. Além de que, um maior poder para decidir, pode significar maior participação nos processos decisórios.

O FANTASMA DO GOVERNO QUE NÃO VIRÁ

ANA SOFIA PALMA, ANTÓNIO RODRIGUES, BRUNO CABRAL, CARLOS CARUJO, CARLOS CERQUEIRA, EDUARDO GRELO, EMÍLIA GOMES, HENRIQUE GIL, ISABEL LOUÇÃ, JOÃO CARLOS LOUÇÃ, JOSÉ CARLOS TAVARES, JOSÉ GUERRA, LEONARDO SILVA, MAMADOU BA, PAULO COIMBRA, SÉRGIO VITORINO.

É necessária e urgente uma resposta política forte para não nos afundarmos na espiral de austeridade e para isso é preciso juntar forças à esquerda contra o neo e o social-liberalismo. Mas isto é diferente de dizer que “a” resposta a esta situação política é o governo de esquerda. Entre a urgência e a possibilidade de um governo em que o Bloco faça sentido vai toda uma distância. E no espaço desta fórmula podem-se esconder vários equívocos. Para que serve então uma afirmação tão central da vontade de um governo de esquerda?

Se serve para afirmar gloriosamente que se ultrapassou um preconceito juvenil esquerdista de alergia ao poder, não serve para muito porque mesmo que se possa colocar tal problema a certas formas de militância, a afirmação da vontade de ser governo não é lida por este prisma pela maioria da população. E mesmo onde o pressuposto de que há uma esquerda que tem um problema com o poder encontra correspondência com a realidade, trata-se não de uma questão de psicologia mas sim de estratégia: o problema da esquerda anti-capitalista é com os poderes do capitalismo e candidatar-se a gerir algum dos seus avatares só como experiência de exorcismo dos fantasmas que assombram alguns seria um programa mínimo no mínimo estranho.

Se serve para dizer que o BE quer ser maioria, então é apenas um truísmo já que a política serve isso. E se é uma frase de campanha eleitoral, então é ineficaz. Não é por agitar esta fórmula que o Bloco passará magicamente a ser percebido como alternativa de governo.

Se serve para afirmar a necessidade de uma unidade, então falha o alvo porque acaba apenas por se centrar numa impossibilidade que é contraproducente lembrar e que soará desfasada aos ouvidos da maioria. Um governo com um PS social-democrata que não existe é uma miragem e um governo com o PS social-liberal que existe seria enterrar o projecto do Bloco de Esquerda, o que aliás comprometeu as esquerdas anti-capitalistas francesas ou italianas. Um governo de esquerda com o PCP é uma impossibilidade dadas as relações de forças, o que não equivale a dizer que não se procurem novos patamares de trabalho unitário. E, olhando para além dos partidos, a esquerda social é fraca e nela não se pode basear um “governo de esquerda”.

Aliás, este governo é também pressentido como impossível dado o isolamento das esquerdas anti-capitalistas na presente situa-

ção internacional, a sua política seria esmagada por Merkel, pelos especuladores e pelos donos de Portugal. A perspectiva do governo de esquerda não pode ser apresentada como a resposta unicamente nacional à crise. Europeístas de esquerda, sabemos que o primeiro palco de resistência é nacional mas temos também que reforçar que o combate à austeridade será europeu ou será fraco. Aliás, pela sua posição privilegiada na esquerda europeia, o Bloco de Esquerda tem a responsabilidade de impulsionar uma plataforma europeia de luta contra os austeritarismos.

Se é uma forma de defender um conjunto de medidas alternativas que fariam sentido para inverter a política de austeridade, a forma acaba por se transformar em ruído face às medidas e, aliás, é inútil já que essa defesa tem sido a forma social e política das lutas que travamos no quotidiano.

Se pretende dar uma “perspectiva de vitória” numa altura difícil, acaba apenas por ser um reforço positivo desse desespero que procura uma saída eleitoral a curto prazo à crise, arriscando a deixar cair na desilusão quem veja nela “a” alternativa. E se é um “horizonte estratégico” pode tornar-se uma forma de alimentar a ilusão de uma visão pouco “dialéctica” de que uma situação meramente eleitoral irá resolver o que só a luta social pode resolver. Assim, a utilização desta fórmula no presente contexto diz mais do que afirmar a vontade de ser maioria ou a necessidade de plataformas de entendimento à esquerda, não sendo também necessária para apresentar e lutar por um programa concreto de resposta à crise. Não deixando de sublinhar a importância deste momento eleitoral para a relação de forças política no médio prazo, acreditamos na necessidade de um programa de luta anti-liberal abrangente e de uma estratégia de luta pela hegemonia que permita a desconstrução dos mitos liberais. E acreditamos que o compromisso de empenho na próxima campanha eleitoral e o da mobilização na luta social são o mesmo e é este que pode responder às políticas da crise e aos populismos anti-políticos. Face ao horror económico não será “o fantasma do governo que não virá” que pode assombrar o capitalismo, abalar a política da crise ou resolver a crise da política. Mas um outro espectro é possível. E, corredores de fundo numa situação difícil, alimentá-lo-emos com a consciência de correr por fora da hegemonia do centrão que tem sido o espaço da governação da classe dominante e com o fôlego vivificante que respiramos nas lutas populares e que agora mais que nunca temos de tornar vitoriosas.

É PRECISO MAIS E MELHOR DEMOCRACIA NO BE

ANTÓNIO ALMEIDA

O BE depois de ter conseguido em poucos anos de existência, uma representação parlamentar muito significativa, tornou-se, na minha opinião, um partido em muitos aspectos semelhante aos restantes partidos do espectro parlamentar. Muito institucional, defensor das leis das finanças dos partidos, que é um grande sugadouro dos dinheiros públicos, “a democracia tem custos”, tenho ouvido dizer. Um partido de funcionários que se eternizam nos lugares e ao que consta bem pagos, quando há tantos militantes com muitas disponibilidades de tempo, que poderiam fazer muito desse trabalho, em regime de militância apenas com o pagamento de transporte e refeição.

O relatório da Mesa Nacional, sobre as eleições presidenciais é de uma pobreza confrangedora, três linhas e meia. Uma grande poupança de papel que gastaram demasiado, com os nomes de centenas dos subscritores da moção A.

Até parece que nem houve a subscrição de uma convenção extraordinária, de que eu fui um dos assinantes, por estar em desacordo com o apoio a Manuel Alegre, dado pela maioria da Mesa Nacional, na minha opinião como contrapartida de algumas votações de Alegre enquanto deputado do PS e pela sua participação em algumas iniciativas do BE. De que teve medo a maioria, ao não convocar essa convenção? De perder a face, no caso dessa convenção decidir por outra solução.

Contradição, poderão dizer aqueles que sabem que nas presidenciais de 2006 eu até votei em Alegre e não em Louçã. Não, digo eu mais uma vez! Nessas eleições havia um novo presidente para eleger, enquanto que nas últimas a reeleição de Cavaco era mais que certa. Ainda não houve nenhum presidente que não ganhasse a reeleição, não seria Cavaco, o quase “Deus” para centenas de milhares de Portugueses, que a iria perder. Desta vez votei em Francisco Lopes. Sobre as presidenciais de 2006, escrevi em tempos:

...Não sendo Alegre, uma personalidade muito “simpática” para as esquerdas, acho que se devidamente influenciado/pressionado poderia ter desempenhado um papel muito importante, caso Louçã e Jerónimo tivessem em determinado momento desistido a favor dessa candidatura. Penso que poderia ter sido criada uma dinâmica que levasse Cavaco a enfrentar Alegre numa segunda volta e aí estaria criado o cenário perfeito para uma possível divisão na maioria absoluta do PS e do seu Governo. Ou numa circunstância dessas teria o BE medo que o Sócrates desse a cambalhota, apoiasse Alegre e abafasse toda a oposição apoiante dessa candidatura?

Houve ainda, na minha opinião, outro factor para a não desistên-

cia de qualquer candidatura. É a subvenção financeira do Estado para as campanhas, neste caso desde que o candidato obtenha mais que 5% dos votos. Daí a lágrima no canto do olho e depois o suspirar de alívio de muitos bloquistas na noite das eleições, quando foi anunciado na TV que Louçã tinha uma votação superior a essa percentagem.

Nas presidenciais de 2011 é irrelevante quem se vá candidatar, pois a vitória de Cavaco é mais que certa. Ao contrário, as de 2006 eram fulcrais e podia-se ter feito muito mais para evitar a vitória de Cavaco, pelo menos na primeira volta.

O BE ao apoiar Alegre mesmo depois do “apoio do PS”, ficou, aos olhos do povo, metido no mesmo embrulho do Alegre/ PS / Governo. Veja-se o resultado eleitoral de Alegre, comparado com 2006, apesar de tantos apoios.

Talvez, também por isso o anúncio da moção de censura ao governo, em 11 de Fevereiro, para apresentar daí a um mês. Para tentar fazer esquecer ao povo esse desaire eleitoral? E até, pôr-se em bicos de pés em relação ao PC que já tinha alvitrado apresentar essa moção. (Como é que pode haver entendimentos entre os dois partidos, com facadas destas.)

Os promotores da moção C à VII Convenção, denunciam que essa moção de censura não foi debatida na reunião da Mesa Nacional, realizada no anterior dia 5 de Fevereiro. Mais uma situação de falta de democracia nos órgãos dirigentes do BE.

Ao ler o debates#1, uma coisa salta à vista. Quatro páginas e meia, com os nomes de cerca de 650 subscritores da moção A, quando ao que sei bastam apenas 20 assinaturas de militantes para apresentar uma moção à convenção. Não será isto uma forma de pressão psicológica sobre os militantes e em especial sobre os delegados à convenção? Os estatutos não deviam permitir essa situação.

São estas atitudes e muitas outras que não me convencem e me levam a manter uma certa indiferença militante, até porque tenho sido militante político desde 1977, com poucos altos e muitos baixos, fui sindicalista e membro de comissão de trabalhadores e constato ao fim de todos estes anos que o povo, os trabalhadores, as classes baixas em geral, vão de mal a pior. Uns cada vez mais ricos e outros, a grande maioria, cada vez mais pobres ou a empobrecer.

Saída não vejo! As “massas” também não a vêem e não acreditam nas propostas da chamada verdadeira esquerda BE e PC, vejam-se os contínuos resultados eleitorais e as crescentes abstenções. Não vou ser delegado, mas se o fosse, apesar de tudo votaria na moção C.

O DERRADEIRO MOMENTO

CARLOS EDUARDO ERMIDA SANTOS

Com o povo à beira de perder as liberdades conquistadas, urge o Bloco representar-se como solução dos problemas económico-sociais. Porém deve ter em conta que algumas das decisões que tomou, são, na opinião do povo, inadequadas à situação.

O apoio a Manuel Alegre nas eleições presidenciais, o apoio à linha de alta velocidade, bem como a forma como algumas políticas a nível interno do Bloco tem sido colocadas (por vezes relacionadas nos órgãos de comunicação social), entre outras, retiram a credibilidade deste junto do povo por mais que as situações retratadas não correspondam à realidade.

O apoio a Alegre é visto por muit@s como um apoio ao candidato do governo PS e deve-se reconhecer que muitas das ideias que este defende são de tal forma diferentes das defendidas pelo Bloco, que nem no cenário de uma candidatura o mais ampla possível à Esquerda se enquadra.

Quer se concordasse com este apoio, quer não, deveria ter havido um ou mais espaços para diálogo sobre esta decisão mas isso não justifica de todo que vári@s camaradas fossem introduzindo esta questão em espaços não dedicados a esse tema, apesar de compreensível devido à ausência destes. É ainda injustificado recorrerem aos órgãos de comunicação social para denúncia desta e outras situações sem primeiro discuti-las a nível interno.

O apoio do Bloco à linha de alta velocidade possibilita retirar a prioridade a um projecto de renovação e criação de linhas ferroviárias no interior dado que os partidos do Bloco Central afirmam que não existe dinheiro para estes projectos de investimento público, o que por mais falso e errado possa ser, é a percepção do povo.

A nível interno as guerras muito aguerridas, passando por vezes de ataque político a ataque pessoal, desmoralizam militantes. Muit@s foram @s que saíram do Bloco com uma imagem negativa da política interna, devido a este facto e à falta de discussão das políticas. Porém é com razão que das quatro moções presentes nesta Convenção, três criticam a Moção na qual se inserem membr@s da direcção do Bloco. A actuação desta foi feita por vezes com falta de comunicação com as bases do partido e deve portanto rever estas posturas apesar da maioria das soluções políticas que apresenta terem um conteúdo com o qual @s militantes concordam e se revêem. Adicionalmente, a divulgação destes actos aos órgãos de comunicação social contribuiu para uma hostilização perante o Bloco de um povo cínico mediante a actuação dos polític@s do país.

A manifestação da Geração à Rasca evidenciou esse facto à medida que o atributo apartidário da manifestação se tornou anti-partidário, fomentado em parte pela extrema-direita. Nesta manifestação não se ouviram palavras de ordem única e exclusivamente contra os bancos, o FMI e o Centrão: ouviu-se uma crítica relativa à atitude de toda a “classe” política. O Bloco deve ter consciência de que muit@s o incluíram nessas críticas e reconhecer que teve atitudes que contribuíram para tal.

Esta Convenção Nacional do Bloco deve portanto tentar consolidar as políticas que este defende com o que o povo pretende. Deve procurar uma maturidade a nível de diálogo das correntes que o integram. Só assim pode responder de forma coerente, convicta e viável à crise. Basta de perder tempo com querelas.

Estes longos anos de alternância PS-PSD-CDS levaram o país a atingir o ponto de implosão: com a entrada do FMI, a resposta que o Centrão vocifera é mais austeridade para o povo! Não mais! Basta de pagarmos por crimes que não cometemos! Voltou a existir Fome no país e continuam a dizer que @s Famélicos é que tem de chegar ao bolso e dar o tostão destinado ao pão? Que próxima austeridade pode essa ser, senão a lei do trabalha na miséria ou morres enquanto @s burgueses se sentam nas suas Torres de Marfim? Não pagamos a crise de vigaristas nem as crises de historicismo infantil dos mercados.

A campanha eleitoral para as eleições legislativas de 5 de Junho assume assim o papel de derradeira batalha pelo futuro de quem hoje não o tem: uma geração incerta, cada vez mais desorientada por táticas de populismo, da cunha e da estupidificação de massas.

E o Bloco é a Solução. E deve fazê-lo ouvir-se em todo o Portugal: seja em Lisboa, seja na Guarda, seja no Porto, seja em Trás-os-Montes, seja onde for!

Toda a capacidade de mudar rumos está no Bloco e todo o Bloco se deve empenhar e mobilizar nesse sentido! É necessário que @s camaradas tod@s se unam neste esforço e que esta seja a Solução resultante desta Convenção: um Bloco que seja um candidato viável, realista, responsável, coerente e acima de tudo representativo de um povo que já sofreu o suficiente.

Este é o derradeiro Momento camaradas. O que agora iniciarmos irá servir de exemplo para a Luta a nível Internacional e abrirá o rumo ao fim do Capitalismo que corrói as vidas de tod@s nós. Chega de imaturidade, falemos e demonstremos que sem o Bloco de Esquerda nada se faz, tudo se perde e nada se transforma.

DOIS ANOS DE COMUNICAÇÃO NA INTERNET

CARLOS SANTOS

1. O QUE FIZEMOS?

Nos últimos dois anos, o nosso sistema de comunicação na Internet consolidou-se e procurou responder a novos desafios.

O esquerda.net teve, em média, 5.012 visitas por dia em 2009 e 5.251 em 2010. A blocosfera, que engloba também os sites do partido, do grupo parlamentar e regionais, teve uma média de 7.944 visitas em 2009 e 8.630 em 2010.

Nestes dois anos, aumentámos o fluxo de informação e opinião, abrimos rubricas novas, como o e-book, aumentámos o número de colaboradores voluntários (nomeadamente, opinião, correspondentes e tradução) e concluímos as primeiras parcerias com outros órgãos.

Reforçámos a aposta no vídeo, com mais vídeos e mais diversificados - alguns deles tornaram-se um grande sucesso - e passámos a ter mais transmissões directas, nomeadamente entrevistas.

Abrimos uma nova e decisiva presença nas redes sociais. No facebook, no twitter e no Hi5, o esquerda.net é hoje não só uma presença constante, mas também um local de referência, nomeadamente para simpatizantes e activistas. No flickr, tivemos 1.317.726 visualizações de fotos.

Também neste período, alterámos o jornal Esquerda, optando por um novo formato e por um conteúdo do tipo best-of do esquerda.net. A nossa opção visou privilegiar, como público alvo, quem não acede regularmente à internet. A opção permitiu mais regularidade e qualidade e, surpreendentemente, cresce o número de downloads da publicação na internet, mais de 9.000 por número, actualmente.

2. UMA DÚVIDA

Nos últimos dois anos surgiram mais dúvidas, críticas e sugestões sobre o trabalho de comunicação pela Internet no Bloco. Encaro muito positivamente essa situação e penso que oportunamente, após as eleições legislativas, o Bloco deve tomar novas iniciativas de debate sobre comunicação e redes sociais na Internet, a exemplo da Jornada realizada em Novembro de 2009.

Quero, no entanto, abordar uma dúvida que tem surgido: Não devia o esquerda.net dar mais relevo ao que o Bloco faz nas diversas regiões e/ou no trabalho parlamentar?

Naturalmente que existem erros e por vezes algo que o Bloco fez numa região ou uma iniciativa parlamentar deveria ter melhor divulgação no esquerda.net. No entanto, penso que seria um erro aumentar o peso do Bloco no portal, com risco de reduzi-lo a um mero site partidário.

Devemos continuar a encarar o esquerda.net como um projecto de informação alternativa, que aspira a ter uma leitura para além dos filiados no Bloco e isso exige uma dinâmica própria, a produ-

ção de notícias e opiniões que não estão na agenda do Bloco, que acompanham o pulsar da informação geral, sem se deixar submergir por elas.

Certamente que o Bloco precisa de divulgar mais e melhor o seu trabalho. A opção tem de ser a melhoria dos sites distritais e do grupo parlamentar.

3. DESAFIOS

Por último, os desafios que nos estão colocados.

No imediato, vamos enfrentar a campanha eleitoral. É nossa ideia aplicar a experiência que retirámos da última multi-campanha de 2009. Assim, o esquerda.net terá uma área só para as eleições e teremos também uma equipa de cobertura das acções da equipa principal de campanha do Bloco, com fotos, reportagem escrita e vídeo. Não poderemos fazer o debate do programa na internet, que foi tão elogiado em 2009, mas o tempo que temos não permite.

Por fim, e provavelmente o mais importante: responder aos novos desafios que a informação tem constantemente no nosso tempo. Ignacio Ramonet, no seu mais recente livro, refere:

“O planeta média conhece um traumatismo de amplitude inédita. O impacto do ‘meteorito Internet’, semelhante ao que fez desaparecer os dinossauros, provoca uma mudança radical de todo o ‘eco-sistema mediático’ e a extinção massiva dos órgãos da imprensa escrita”.

Vivemos uma situação de aguda contradição nos meios de comunicação: Nunca houve tanta informação e nunca houve simultaneamente tanta crise dos meios de informação e do próprio jornalismo.

As reduções de tiragem dos jornais são brutais e as extinções multiplicam-se. E simultaneamente multiplicam-se os meios de informação na Internet, assim como a produção de artigos não só de opinião, mas também notícias e análises, muitas vezes especializadas.

As redes sociais adquiriram uma divulgação extraordinária e assumem um papel tal, que se tornaram essenciais nas mais recentes revoluções no mundo árabe.

Actualmente, a crise na comunicação não é já e apenas da imprensa escrita e das rádios. Também a CNN, por exemplo, teve uma significativa queda da sua audiência. O choque vai brevemente revolucionar o mundo editorial, com a expansão do e-book e do e-paper. Ao mesmo tempo, a mais recente evolução dos telemóveis e outros instrumentos de comunicação, o crescente peso dos pesquisadores, e não só o google, a multiplicação de redes colocam novos desafios comunicacionais.

Nesta revolução contínua, ter um portal alternativo, agregador de notícias, difusor de uma opinião comprometida à esquerda é como ter uma bússula no meio da tempestade.

CULTURA E EMANCIPAÇÃO

CATARINA MARTINS

O controlo dos meios de comunicação social e a mercantilização da cultura asseguram a hegemonia cultural da burguesia. A inevitabilidade do liberalismo económico, sempre embrulhada na ridicularização da luta e da solidariedade, no mito da meritocracia e no elogio bacoco da caridade, aparece como pensamento único imposto pelos grandes grupos económicos que controlam a televisão, a rádio e a imprensa, mas também o cinema e a edição.

O pensamento dominante tem, para além da defesa da inevitabilidade do liberalismo económico, dois outros alvos: a opressão das mulheres e o assalto à diversidade cultural. Em estudos internacionais sobre género e indústria do entretenimento comprovou-se que há menos de 30% de protagonistas femininos, que nos produtos destinados à infância o desequilíbrio é ainda maior, sendo o estereótipo da mulher/menina que tem como objectivo encontrar o seu amor é omnipresente, e, em Portugal, os dados da ERC assinalam que nos programas de informação há menos de 15% de protagonistas femininos. Quanto à diversidade cultural, o que está em causa é tanto o conhecimento da diversidade como a capacidade de criação local; o imperialismo cultural é tão eficaz na uniformização de consumos como no atear da intolerância.

Em Portugal tem crescido a quantidade de oferta de bens culturais assente na produção massificada das grandes multinacionais da indústria cultural e o Estado continua a demitir-se da necessidade de implementar os serviços públicos que garantam a pluralidade no acesso à informação e à cultura e tem activamente colocado o património cultural refém dos interesses do turismo e da especulação imobiliária. E o diálogo de culturas é simplesmente ignorado: do nosso quotidiano está ausente a diversidade cultural do nosso território e da população que o habita, mas também a dos nossos vizinhos galegos, europeus, mediterrânicos.

A crise tem servido como pretexto para o aprofundamento deste processo, com a fragilização das estruturas públicas de criação e difusão artística, as remodelações nas tutelas das bibliotecas e do património, a caducidade de dezenas de processos de classificação de imóveis e a proliferação de fundações em que o interesse público se subordina aos interesses privados. As recentes alterações à Lei da Rádio e à Lei da Televisão contribuem para a diminuição da diversidade da oferta ao aprofundarem a concentração e fragilizarem o serviço público, com a desculpa de que no actual contexto só as mega-empresas podem sobreviver e que o serviço público é um “concorrente desleal”. Foi também o mer-

cado fragilizado que serviu como desculpa para que em Portugal se procedesse à pior e mais pobre implementação da televisão digital terrestre (TDT) da Europa; assistimos nos últimos anos a um processo de chantagem sobre toda a população que tornou a compra de canais cabo uma necessidade básica da população, enquanto no resto da Europa a TDT era implementada com multiplicação dos canais de acesso gratuito.

A inexistência de redes de serviço público de cultura, e a consequente ausência das instituições culturais e das suas agendas do quotidiano das populações, aprofunda a dependência da televisão tornando os hábitos de fruição cultural em Portugal dos mais pobres da Europa. E a evolução não tem sido positiva: o movimento associativo popular tem perdido força ao longo dos últimos anos, mais recentemente as estruturas independentes profissionais de criação e produção artística e cultural, que estavam a crescer, tiveram de diminuir a actividade como consequência dos cortes orçamentais, o Governo anunciou que no último ano os monumentos e museus perderam quase um milhão de euros de receitas com a quebra de visitantes e, dados do INE referentes a 2009, os teatros e as salas de espectáculos do país, em média, só abrem as portas 6 dias por mês.

Um governo de esquerda tem de defender redes de serviços públicos que garantam o acesso à cultura na sua multiplicidade em todo o território, através de bibliotecas, museus, teatros e centros culturais públicos e de mecanismos diversificados e transparentes de apoio a estruturas de criação e difusão cultural locais. Não poderá descuidar a importância da generalização do acesso à banda larga e a imposição de regras de transparência e de não concentração da comunicação social enquanto mecanismos essenciais no garante da diversidade e pluralidade da informação e da difusão cultural. E terá de articular objectivos de política cultural e educativa e de garantir a presença das artes na Escola Pública.

É imperativo defender o direito da população ao usufruto do seu património cultural material e imaterial e a criação de instrumentos de mediação cultural que efectivem o acesso à cultura. O acesso à cultura – tanto à fruição como à promoção – tem de sair do território da chantagem e do favor de governantes do momento e constituir-se como verdadeiro direito. Não há democracia sem democracia cultural, não há emancipação sem direitos culturais.

NÃO PAGAMOS!

(RETOMAR A LUTA SOBRE AS PROPINAS)

CATARINA PRÍNCIPE E ANA BASTOS

Nos últimos anos, o Ensino Superior Público tem sofrido ataques violentos. O Governo PS/Sócrates, com Mariano Gago, manteve-se à frente do ataque neo-liberal, conseguindo aprovar medidas desestruturantes do Ensino Público com relativa calma, porque com pouca contestação estudantil.

O Processo de Bolonha começou por acelerar a precarização dos ciclos de ensino, reduzindo as licenciaturas a três anos e encarecendo a continuação da formação académica, com propinas, em geral, mais altas para o segundo ciclo. Introduziu ainda métodos de avaliação que aproximam a realidade do estudo à realidade laboral, sem tempo para a autonomia na aprendizagem nem para o desenvolvimento do espírito crítico, conseguindo ainda tirar aos estudantes tempos necessários para a organização e contestação, bem como a participação noutras actividades científicas ou culturais que, não curriculares, são instrumentos de desenvolvimento pessoal.

Por outro lado, com o novo Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), afastaram-se os estudantes dos órgãos de gestão das universidades e faculdades, abrindo-se mais uma porta à privatização, ao prever que as instituições de ensino superior se possam tornar fundações públicas de direito privado (como já aconteceu com a Universidade do Porto, Aveiro, ISCTE). A par de tudo isto, e em cenário de crise económica, o investimento do Estado no Ensino Superior tem vindo a diminuir brutalmente, conduzindo muitas instituições a cenários de sub-financiamento, sem capacidades de continuar o seu funcionamento normal. Este desinvestimento do Estado transferiu para os estudantes a responsabilidade do garante do ensino público.

A Acção Social Escolar foi pensada para ser um garante da igualdade no acesso ao ensino superior. Ela servia para que os alunos mais pobres pudessem ter assegurado todos os gastos necessários para poderem estudar. No entanto, hoje, a grande maioria dos alunos bolsheiros recebe apenas o valor da propina, não tendo qualquer apoio para todas as despesas necessárias à sua sobrevivência. Para além disso, com o decreto-lei 70/2010, apresentado no âmbito do PEC II, sobre as novas regras e cálculos das prestações sociais, uma grande parte dos alunos bolsheiros vão perder a bolsa ou vê-la reduzida (na Universidade de Lisboa, este ano, já 70% dos estudantes viram a sua bolsa reduzida e 48%, as suas candidaturas recusadas. Para o ano, ainda mais estudantes perderão a bolsa porque estão em regime transitório.). Só podemos

prever que, cada vez mais, o Ensino Superior seja para cada vez menos.

Aquando da implementação da propina, ela era, supostamente, entendida como uma forma de melhorar o ensino. Hoje, é claro que isso não aconteceu: temos piores condições do que há 15 anos atrás, menos estudantes com rendimentos mais baixos, menos acção social, menos tudo. Mas o valor da propina continua a crescer. Hoje, é claro que a propina é um mecanismo elitizante do Ensino Superior e um instrumento para a privatização da Escola Pública. E para quem defende que todos devemos contribuir, respondemos que já todos contribuimos quando pagamos impostos. E para quem defende que é impossível existir ensino superior sem propinas, relembramos que somos um dos poucos países em que a propina existe e o terceiro europeu onde ela é mais cara (tendo em conta o custo de vida). A propina não é uma inevitabilidade: ela só existe porque o Estado fez a escolha clara de desinvestir na formação, na educação, no conhecimento, no desenvolvimento e quer que isso se torne responsabilidade dos privados e um privilégio para muito poucos. Reflexo destas políticas são também os empréstimos à formação: já cerca de 15mil estudantes têm a sua vida hipotecada, devendo já cerca de 108milhões de euros à banca. Para além disso, as propinas do 2º ciclo abrem ainda uma contradição: apesar de não terem limite máximo (chegando já aos 37mil euros nalguns casos), o Estado apenas atribui bolsas tendo por referência o valor das propinas do 1º ciclo. Os mestrandos estão hoje colocados num vazio legal: não são considerados continuação da formação base (se fossem, a propina teria o mesmo valor máximo que o 1º ciclo) nem ciclo de investigação, em igualdade com os doutoramentos. Igualar as propinas do 1º e 2º ciclo como medida imediata é ainda romper com a base de sustentação de Bolonha que pretende, ao dividir o ensino em ciclos e, simultaneamente, "exigir" o 2º ciclo como garante de uma formação completa, estabelecer ainda uma divisão maior entre quem pode e não pode financiar os seus próprios estudos.

Temos hoje oportunidade de levar estas questões para o centro do combate político. Compreender a ligação entre financiamento, acção social e propinas é um combate necessário no Ensino Superior. Compreender que a proposta neoliberal para a educação é a proposta da elitização, da privatização e da exclusão é essencial para o desenvolvimento do movimento estudantil. E é urgente.

EUROPA AO FUNDO

CECÍLIA HONÓRIO

A violência com que as transferências do trabalho para o capital são, hoje, feitas na UE é o fim da máscara tratadista. O caminho tem antecedentes, por maioria de razão em Maastricht, mas a degolação das economias “periféricas” foi prevista no Tratado de Lisboa e redesenhada pela reforma jurídica que pôs em marcha a governação económica. O governo PS e o PSD estão e estiveram deste lado, e o CDS só titubeia pelo cálculo nacionalista e eleitoralista. Mas este é, e será, o arco político FMI.

O modelo de transferência das economias periféricas para as do centro capitalista europeu, e das suas instituições bancárias, é hoje um edifício sem fugas. A violência pode ser nova, não tanto o quadro legal, definitivamente revisto no próximo Conselho Europeu.

As seis iniciativas legislativas definem o modelo de supervisão financeira e a reforma do PEC. O PEC, instrumento por excelência da supervisão e coordenação orçamental, foi revisto nas vertentes, “preventiva” e “correctiva”, legitimando a cegueira sobre o policiamento do défice (3%) e da dívida (60%), e telecomandando a despesa pública. A reforma estrutural do Pacto de Estabilidade e Crescimento e o Pacto para o Euro + têm tradução obrigatória nos instrumentos nacionais: PEC (programa de estabilidade e convergência) e PNR (plano nacional de reformas).

Mas se a via jurisdicista reforçou a pressão sobre défice e dívida pública, hoje, nem relatórios, advertências, recomendações, ou sanções. A torneira fechou e a receita FEEF/FMI é a mesma da Grécia e da Irlanda: ataque aos salários e às pensões, estado social mínimo.

E se Alemanha e França têm nas mãos a maior parte da dívida externa nacional também podem desligar o interruptor da democracia dos “devedores”, enquanto os comissários europeus reclamam da vida parlamentar. Na verdade, esta é também uma crise das democracias liberais ocidentais, tal como as conhecemos desde o século XX. E é por isso que só a exigência e a reinvenção da democracia podem salvar a economia.

Para os eurocépticos a hora pode ser de consolo. Para quem, como nós, apostou sempre numa “outra Europa possível” é tempo de combate: nem receita do colapso nem receita nacionalista. A saída do euro seria ainda mais brutal do que a política FMI no aprofundamento da recessão e da punção sobre o trabalho. Por isso, a resposta só pode estar na mobilização social, na resistência popular, no reforço das esquerdas à escala europeia, em todas as lutas, em todas as iniciativas, como a de um milhão de assinaturas contra o FMI.

INVESTIR EM CIÊNCIA PRECARIZANDO CIENTISTAS?

DIOGO FIGUEIRA E MIGUEL HELENO

Nos últimos anos, temos vindo a assistir a um aumento da produção científica em Portugal, assim como do número de pessoas a trabalhar nesta área. Cresce lá fora o prestígio das universidades e dos institutos de investigação, multiplicam-se as publicações e o número de mestres e doutorados. Aplauda-se os 100 anos das universidades do Porto e Lisboa com a certeza de que a produção científica nunca foi tão grande como agora. Mas como se explica este sucesso numa altura em que a austeridade e o subfinanciamento das universidades aniquilam qualquer possibilidade de investimento em equipamento e laboratórios? Se a origem, como é bem visível, não está no melhoramento das infraestruturas, a resposta é simples: a produção científica e os avanços civilizacionais que dela advêm devem-se aos quase 20 mil bolsheiros de investigação. Isso mesmo, bolsheiros.

Ser bolsheiro de investigação é contribuir para a sociedade e receber em troca um subsídio. É trabalho que cria riqueza, mas que não é reconhecido como tal. As bolsas de investigação não são aumentadas há quase 10 anos, o que tem levado a uma perda constante do poder de compra por parte dos investigadores. Só recebem 12 meses, ao contrário do resto dos trabalhadores que têm direito a 14 salários por ano. E o principal problema não são os valores das bolsas, mas sim a inexistência de protecção no emprego, a reforma mínima que os espera (pouco mais do que 400€), e a frustração extrema de uma vida a trocar conhecimento por subsídios.

É comum ouvirmos da parte da direita argumentos que colocam a falta de produção no país como um impedimento para a obtenção de um salário digno, de protecção no emprego e de direitos sociais. Se dúvidas houvesse sobre o vazio deste argumento, elas estinguem-se ao olhar o caso dos bolsheiros, na medida em que estes produzem, aumentam a cada ano a sua produção, mas continuam sem salário, sem protecção no emprego e sem direitos sociais.

Assim, as bolsas de investigação são mais uma face da precariedade que atinge a “geração à rasca” e, mais uma vez, com o estado a fazer o papel de empregador precário, insistindo em explorar e chantagiar os investigadores científicos, por exemplo com a aprovação de estatutos como o de “professor voluntário”,

que pretende incentivar alguns bolsheiros a leccionarem sem remuneração na esperança de um dia (que nunca chegará) serem incluídos nos quadros das universidades.

À precarização das condições de trabalho oferecidas a quem produz ciência, associa-se também o desinvestimento no orçamento de estado para o ensino superior e a limitação dos critérios de acesso às bolsas de estudo para os estudantes mais carenciados. Num momento em que existem 2 milhões de pobres e um desemprego que ultrapassa os 10%, o estado mostra claramente a intenção de restringir as possibilidades de qualificação e aprendizagem que possam permitir criar uma sociedade de inovação, tecnologia e conhecimento como saída para a crise histórica que atravessamos. Ao invés, estão cada vez mais criadas as condições para a existência de profissionais pouco qualificados, com salários baixos e a trabalhar em situação de precariedade fomentada pela crescente flexibilização do regime laboral e pela restrição dos apoios sociais. Ciência exige conhecimento e qualificação. Consequentemente, deve existir o acesso universal e igualitário a todos os que queiram procurar esse conhecimento e qualificação, ao mesmo tempo que se reconhece e se incentiva a sua obtenção. O investimento em ciência e tecnologia é crucial para o progresso civilizacional e deve constituir o paradigma de desenvolvimento e sustentabilidade económica actual. É um modelo de crescimento em que existe a defesa do salário, do emprego e dos apoios estatais numa lógica de sustentação do consumo, de eficiência produtiva e de protecção dos direitos sociais. É uma sociedade em que se promove o aparecimento de novos e variados produtos de melhor qualidade e um ser humano mais consciente, mais culto e com maior capacidade de desenvolvimento pessoal.

O futuro levanta uma questão fundamental: que sociedade pretendemos? De inovação ou de conservadorismo? De pleno emprego ou de precariedade? De defesa dos direitos sociais ou de permanente chantagem? É nestas decisões que a esquerda deve assumir a sua essência revolucionária e promover o bem comum. A moção A da VII Convenção do Bloco de Esquerda representa esse compromisso. Um compromisso com a ciência e com os cientistas.

PUNIBILIDADE DO CRIME ECONÓMICO

DUARTE CANOTILHO

Um dos maiores problemas actuais da justiça portuguesa prende-se com a punibilidade das pessoas colectivas, empresas, gestores e administradores de empresas, que cometem crimes chamados “económicos”, mas que têm graves repercussões na vida do dia a dia de todas as pessoas para além da simples economia. Falamos aqui das empresas que exploram outras destruindo postos de trabalho, falamos dos especuladores, das fugas ao fisco sistémicas, corrupção, burlas, trafico de influências, insider trading, esquemas em bolha e pirâmide etc.

Todas estas situações são actualmente punidas formalmente na lei penal, mas na verdade os tribunais dentro do quadro legal só podem suspender a pena, ou aplicar multa, sendo muito escassos os casos de efectiva pena de prisão. Isto deve-se a uma instrumentalização da realização da justiça aos interesses económicos, em 2 sentidos, primeiro num sentido de ser de difícil prova a pratica de qualquer um destes crimes, e em segundo lugar no sentido de poupar custos para o estado com a detenção e prisão dos que praticam o crime. Ora ainda que o primeiro sentido não seja directamente assumido pelo estado, o segundo é assumido dissimuladamente, e com a justificação de que numa sociedade avançada tem-se de limitar as penas de prisão e que a suspensão da pena só se pratica se determinados critérios de prevenção especial e geral estiverem preenchidos, só que o problema é que as empresas e gestores calculam a multa possível como um custo do “negocio”, que pode ser bem mais vantajoso, e a prova da reincidência é muito complicada, logo outra abordagem é necessária.

A partir deste pressuposto pode-se ver 2 via de intervenção, a primeira é a da direita que numa forma de reacção contra o agente, apenas quer aumentar as penas dos crimes contra o património de forma geral (roubos furtos e afins e não em específico os crimes de que aqui falamos), de forma a manter o status quo ou transformar a situação actual num estado securitário em que obviamente aqueles que menos podem e acabam por cometer crimes, não serão apoiados sendo cada vez mais guetizados e não havendo espaço para a ressocialização, acabando por no fim não

atacar o problema final em que os agentes que praticam os crimes supra referidos como têm possibilidades financeiras maiores conseguem fugir a punição Situação que hoje em dia se verifica nos Estados Unidos. Verdade é que o puro e simples aumento nada resolve, a reacção contra o agente trás mais violência na grande maioria dos casos, e este aumento não iria resolver os problemas de dificuldade de interpretação e aplicação de tipos legais como o de burla e corrupção insider trading e afins...

A segunda via de intervenção é aquela que eu defendo, que passa por uma reforma dentro do sistema. Os crimes económicos graves são crimes que atentam contra mais do que o bem jurídico propriedade; são crimes que atentam contra bens jurídicos como o trabalho, expectativas juridicamente tuteláveis, dignidade da pessoa, economia (e por conseguinte afectam-nos a todos nós indirectamente), família (em todas as suas possíveis accepções), saúde, educação etc.. Quando uma empresa faz uma falência fraudulenta, ou entra num esquema em pirâmide que pode acabar em custos para o estado ou para o contribuinte, não são só os credores dessa empresa que são afectados, mas sim todos nós. Portanto tendo em conta que há efectivamente um conjunto de bens jurídicos muito importante que são postos em causa, há lugar para uma punição efectiva de pena de prisão (e não de pena de multa ou suspensão), para uma efectiva prossecução dos fins de prevenção geral (evitar novos crimes) e especial (sob o concreto agente) e portanto devia-se proceder a uma alteração legislativa no sentido de impedir, ou limitar fortemente a suspensão da pena nos casos supra referidos, e não prever pena de multa mas apenas pena de prisão para estes crimes. Ainda dentro dessa reforma, devia-se clarificar o quadro legal das burlas e corrupções, para dessa forma poder haver uma efectiva punição daqueles que incorrem nesses mesmos crimes, dado que a actual ambiguidade faz com que na grande maioria das vezes aqueles que os cometem não sejam punidos. Sei que é só o inicio e que mais medidas seriam necessárias, mas parece um bom começo.

O PROBLEMA DA OPRESSÃO SOBRE AS MINORIAS

EDUARDO VELOSA, CARLA MENDES, ANDRÉ PESTANA, FLÁVIO MOCHO, CRISTINA PORTELLA

A opressão, ou seja, a utilização das diferenças entre indivíduos, sejam elas de género, orientação sexual, opção religiosa ou etnia, não nasceu com o capitalismo, mas o capitalismo utiliza todas as formas de opressão para maximizar a exploração sobre os trabalhadores e trabalhadoras, dividindo a classe trabalhadora e desmoralizando grandes sectores da sociedade de lutar contra a exploração.

A classe dominante, a burguesia, impõe o machismo, a homofobia e o racismo para desmoralizar a mulher, as pessoas LGBT e os negros, frente a si mesmos e à sociedade acabando por fragilizá-los na luta pelos seus direitos. Cumpre-se, assim, o objectivo da burguesia ao manter e estimular atitudes machistas para pagar menos a uma mulher que a um homem, para despedir, precarizar e dificultar a organização das pessoas LGBT e impor o racismo e xenofobia para explorar de forma escravizante os imigrantes “ilegais”.

Se hoje as mulheres são idênticas aos homens na lei, na realidade isso nunca aconteceu. Recebem menos que os homens, são a maioria dos desempregados e das que recebem salário mínimo, são mais precárias e são forçadas ao cumprimento gratuito da dupla jornada de trabalho ou seja, as tarefas domésticas e cuidado dos filhos e idosos. O estado desobriga-se de criar meios alternativos como creches públicas, lares de idosos, lavandarias colectivas, cantinas, etc. e, assim, economiza recursos para investimentos mais lucrativos para a classe que representa. Esta situação é agravada pela crise ficando a mulher trabalhadora com a maior parte da factura às costas.

Desde a última convenção o movimento LGBT obteve duas grandes vitórias, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a nova lei de identidade de género, mas ainda há muito a fazer. A adopção a casais do mesmo sexo continua vedada, é quase impossível mudar de sexo no SNS, continuam a existir muitos e muitas LGBT a serem precarizados, despedidos ou sem acesso ao trabalho pelo facto de serem LGBT. Vemos as marchas como muito importantes pois leva a luta a onde ela pertence, a rua. Devemos participar activamente nestas, com uma perspectiva de classe, garantindo que estas continuem politizadas, dirigidas pelos activistas e não por empresas.

A burguesia mundial cria o mito que os e as imigrantes são os e as responsáveis pelo desemprego, terrorismo e criminalidade em geral. Estes argumentos servem para dividir a classe trabalhadora, desviando, assim, o descontentamento com a crise e o sistema capitalista, abrindo portas à repressão policial nos bairros onde vivem imigrantes, descendentes de imigrantes e outros sectores da classe trabalhadora. Com o agravar da crise, caso a esquerda não tenha uma resposta à altura, um largo sector da população poderá virar o seu descontentamento contra os imigrantes e negros, e não contra o capitalismo.

Devemos incluir a luta pelo fim da opressão na luta anticapitalista e dar-lhe sempre uma perspectiva de classe. Aquando a luta pela legalização do aborto, o BE, para além de estar em unidade com todos os restantes movimentos pelo SIM, também devia ter exigido que este fosse gratuito e realizado no SNS. Se o aborto deixar de ser gratuito, não serve de muito ser legal para aquelas trabalhadoras que não o podem pagar. De forma semelhante, não basta exigir o acesso à adopção para casais do mesmo sexo, devemos estar também nos locais de trabalho a denunciar a utilização do machismo, homofobia e racismo por parte do patronato para precarizar os trabalhadores. Devemos estar nas marchas a denunciar que o mesmo sistema que nos oprime, nos explora ainda mais, trazendo os e as activistas LGBT para a luta pelo socialismo, contra o capitalismo, para que a luta contra as opressões seja consequente, pois nunca nos podemos esquecer que todas as vitórias dentro do sistema capitalista são efémeras.

Contra as opressões, o Bloco proporá: rede de creches e cantinas públicas para acabar com a dupla jornada e reforço da rede de casas abrigo para mulheres vítimas de violência; punição exemplar da violência doméstica; aborto gratuito no SNS; adopção para casais do mesmo sexo; mudança de sexo gratuita no SNS; legalização de todos os imigrantes ilegais; abertura e participação significativa de negros na Universidade, administração pública, forças de segurança, órgãos de comunicação social, etc; voto aos 16 anos.

PORQUE É QUE OS BANCOS GOVERNAM O PAÍS

FRANCISCO LOUÇÃ

Parece que Marcelo Rebelo de Sousa anda intrigado, o que já não é pouco: num recente comentário na TVI, espantou-se com o domínio exibido pelos principais bancos sobre a política portuguesa. Não é caso para menos, mas também não é para espantos. De facto, o mais importante desses bancos escreve um anúncio em que se apresenta dizendo que está “há mais de 140 anos, acompanhando as voltas que o mundo dá”. Tem razão.

Tem razão e a história já tem pergaminhos. A finança estrangulou o Estado na crise de pagamentos de 1890, e o principal intermediário de um empréstimo de emergência, Henry Burnay, exigiu e conseguiu como condição da sua acção a concessão do monopólio dos tabacos, que era onde se enriquecia nesses tempos. Agora, 120 anos depois, foi mais uma vez a finança a impor as suas condições, forçando o governo a precipitar a intervenção do FMI, que Sócrates preferia que fosse gerida a medidas em prestações. Para isso, a banca organizou uma campanha de televisão e ameaçou cessar os empréstimos ao Estado senão mesmo os pagamentos nos balcões. O governo cedeu de imediato.

A razão dessa manobra foi conseguir uma linha de crédito própria, como está a ser negociado na Irlanda, e salvar um sistema financeiro que se expôs numa alavancagem excessiva e numa economia parasita. Mas a razão mais profunda é a articulação profunda entre este sistema financeiro e a economia das rendas públicas, que entrou em crise quando o Orçamento se desagregou na recessão. Os banqueiros exigem por isso apoios garantidos e o seu quinhão nos impostos futuros.

De facto, durante toda a década, o factor mais importante da transformação da economia portuguesa foi o crescimento das rendas garantidas, que têm várias formas: privatizações de monopólios ou empresas dominantes (como a GALP), Parcerias público-privado – que são o equivalente a um segundo pacote FMI, no valor de 60 mil milhões de euros e até 2050 – e articulação entre a banca e o sector imobiliário. A finança é o centro nevrálgico desta transformação.

Nos dias que correm, os economistas chamam a este sector o dos “bens não transaccionáveis” e frequentemente apelam a que se desenvolva o outro, o das exportações, que é o dos “bens transaccionáveis”. Doce ilusão. O capital assentou arraiais nestes

sectores que não têm concorrência, que estão totalmente articulados com a finança, e que são a construção civil e a especulação imobiliária – construir auto-estradas, gerir hospitais públicos, garantindo sempre taxas de juro que chegam a ser o dobro das que arruinam a dívida pública ao exterior. E, quando a dívida pública é por cinco ou dez anos, esta é por trinta e quarenta anos.

A concentração do poder financeiro nestes sectores da economia acentua a dependência externa, a incapacidade e destruição da estrutura produtiva, assim como estimula os mecanismos da corrupção. É uma economia subordinada e sem futuro, esgotada pela recessão prolongada, e condenada ao ciclo vicioso da austeridade.

Existe ainda uma razão para esta dependência do Estado em relação à finança, que é a articulação profunda entre os governos e as administrações. O que une Miguel Cadilhe, Miguel Beza, Valente de Oliveira, Carlos Tavares, Fernando Nogueira, Armando Vara, António Monteiro, Bagão Félix, Paulo Teixeira Pinto, Azevedo Soares, Alípio Dias, Alexandre Relvas, António Mexia, Rui Machete, chama-se BCP. O que une o mesmo António Mexia, Ernâni Lopes, Murteira Nabo, Manuel Pinho, o mesmo Rui Machete, Proença de Carvalho, Durão Barroso, Miguel Frasquilho, Almerindo Marques, e tantos outros, chama-se BES. E eles têm sido sempre o governo de Portugal.

Face a esta vinculação do poder político à finança, a esquerda afirma o projecto estratégico de uma banca pública capaz de conduzir a distribuição de crédito na economia e de promover uma economia para o emprego. Recusamos naturalmente um BPN2 e um BPN3, o resultado inevitável da nacionalização parcial ou total destes bancos que está a ser discutida no âmbito do PEC4 no momento presente, porque têm uma dívida externa maior do que a do país – só a irresponsabilidade contra os contribuintes poderia admitir essa hipótese que tanto agradaria à finança. Mas tornamos claro, e essa tem sido a posição do Bloco, que o crédito é um bem público, que deve ser controlado por regras públicas e por uma forte banca pública, e que esta é estratégica para o futuro da economia. Começa pela CGD e deve ser determinante no sistema financeiro.

POR UM ESTADO LAICO

FRANCISCO DA SILVA

Os mercados são hoje uma divindade que veio substituir as anteriores religiões em termos de definição e controle do poder político.

Os tempos mudam, o clero é hoje representado pela finança e pela banca, são eles quem define a ética, a moral e os valores, actuando como a maior força conservadora e castradora da evolução social. Os governos não são imunes às pressões destes grupos, tal como nunca o foram em relação às religiões. Como afirmou Marx: “O governo do operário não é francês, nem inglês, nem alemão; é o capital.” Do mesmo modo a crise não é portuguesa, nem francesa, nem inglesa ou alemã; é do capital.

Numa sociedade globalizada, com players como a China, que têm uma economia baseada em neo-escravatura, os trabalhadores são cada vez mais vistos como um custo a reduzir, de modo a poder manter a competitividade e os respectivos lucros. Assim, a crise tem servido como escusa para renegociar direitos adquiridos e lançar milhares no desemprego, no desespero. Estes milhares, constituem uma enorme força de pressão sobre o custo laboral, uma vez que entram no que se chama a reserva de mão de obra.

Isto é o capital na sua essência, não é uma crise do capitalismo. Funciona com a lei de mercado da oferta e da procura: quanto mais trabalhadores disponíveis, menos será o custo do trabalho. Descendo o custo do trabalho, aumenta a margem de lucro, ou taxa de exploração, conseguindo o capital aumentar os seus ganhos, fazendo face à concorrência que a mão de obra quase gratuita por parte da economia Asiática representa. Certamente que a melhor forma de combater esta sobre-exploração dos cidadãos das economias ditas Ocidentais, seria denunciar e combater a neo-escravidão que os trabalhadores chineses sofrem no seu dia a dia. No entanto, a dependência das economias Ocidentais das boas graças do poder político Chinês, deixou este caminho barrado com uma muralha de aço.

Resignam-se assim a reduzir os vencimentos a metade e acabar com o Estado Social, o maior contributo da Europa para o prelo da política. A crise não é mais do que a maneira que o capital encontrou de primeiro, aumentar os oligopólios e segundo, reduzir o custo do trabalho a nível das economias Ocidentais, de modo a maximizar os lucros e socializar os prejuízos e perdas.

Portugal, ao aceitar embarcar neste navio negreiro com o recurso à “ajuda” europeia, não só se resignou a este fado, como conde-

nou as futuras gerações a serem servos do capital.

A Esquerda quer ser poder para inverter este rumo que o capital traçou para nós. Aliás, só tendo como bandeira o combate a estas políticas, a Esquerda poderá reclamar-se alternativa de poder.

É necessário mostrar às pessoas que os mercados, a banca e as agências de ratings podem não ter rosto, mas as suas políticas têm-no. Os mercados não actuam por intervenção divina, actuam por interposta pessoa e os seus veículos têm sido PS, PSD e CDS. A Banca portuguesa reuniu, com toda a legitimidade, para defender os seus interesses; decidiram que o melhor para eles seria o pedido de resgate, mas quem o realizou foram PS, PSD e CDS, que fique bem claro. A Esquerda que é alternativa, não o poderá ser juntando-se aos que têm implementado estas políticas, como alguns defendem.

Há que mostrar às pessoas quais os rostos da crise, quais os rostos dos mercados, quais os seus homens e mulheres de mão. A Esquerda se quer ser governo, não o fará com os homens e mulheres de mão do capital, ao fazê-lo é cúmplice, como facilmente se percebe. É difícil combater um inimigo sem rosto, por isso mesmo é necessário dar rosto a quem ganha com esta crise e a quem a põe em prática, para que não se façam confusões. A Esquerda não irá branquear as políticas do capital levadas a cabo pelo PS, em nome de um capitalismo de rosto humano. Os autores morais da crise nós sabemos quem são, conhecemos bem os donos de Portugal.

Falta mostrar que são os actores materiais que através das políticas, executam estas políticas contra os portugueses. As crises são a essência do capitalismo, são cíclicas e com uma amplitude cada vez maior, coincidentes com o grau de ganância e de exploração associadas a cada época. Os mercados servem hoje de diversão, de bode expiatório, desresponsabilizando os actores políticos que têm desbravado o seu caminho e legislado segundo as suas regras.

Os governos escudam-se por trás do fatalismo desta nova religião, mas são eles os sacerdotes, os evangelizadores, os bispos, arcebispos e papas; no entanto mantém-se incólumes e castos, como se esta Inquisição fora obra de Deus.

É urgente a laicização do Estado, este não pode continuar a ter o capital como a sua religião oficial, para tal é necessário uma Esquerda que pode não saber bem para onde vai, mas sabe que não vai por aí.

DÍVIDA EXTERNA. NÃO A SUSPENDER É PAGÁ-LA

GIL GARCIA, MANUEL AFONSO, JOÃO PASCOAL, CRISTINA PORTELLA, HUGO BASTOS,
EDUARDO HENRIQUES

Na VII Convenção uma das questões centrais será a da dívida. A Esquerda tem de ter uma estratégia para combater este roubo. Mas antes, é necessário fintar um preconceito: esta não é uma questão economicista, mas política. Os média, os comentadores profissionais e tecnocratas vários, dizem-nos que estas são questões académicas e complicadas, sobre as quais o povo dificilmente poderá opinar, quanto mais decidir... Cabe-nos dizer o oposto: esta é uma questão dos trabalhadores. Falamos do destino do valor produzido pelo trabalho, por isso a política a seguir deve, no país, ser decidida por quem trabalha, e no BE pela base do partido.

A dívida externa, sendo um mecanismo “normal” de financiamento dos países, transforma-se, em tempo de crise, numa arma terrível da burguesia. Visa aspirar grandes somas de mais-valia, transferindo-a do Trabalho para o Capital. Serve para que os grupos económicos reponham os seus lucros, enquanto usam a chantagem de dívida para aumentar – através do FMI/FEEF – a taxa de exploração para as próximas décadas.

Se o país pagar esta dívida, não haverá salários dignos, emprego, estabilidade, saúde ou educação; se quisermos estes direitos, teremos que recusar a dívida. Todo o dinheiro público necessário para estes direitos está a ser sugado pela banca. E sê-lo-á indefinidamente, pois a dívida não terá fim. O país ficará em recessão por vários anos e não terá crescimento que lhe permita compensar os juros da dívida. As próximas gerações nascerão endividadas, precárias, exploradas e pobres. Por isso defender o pagamento da dívida e o Estado Social é uma farsa – esse é o discurso do PS e bem sabemos o seu resultado.

O pagamento da dívida não é um dogma. Mesmo a burguesia, em última instância, defende a suspensão. Mas só o faz perante o abismo, depois de exaurir o povo. Historicamente, também os povos lutaram pelo não pagamento da dívida. Foi assim na Argentina, com a Revolução de 2001, é assim hoje na Islândia e veremos isso acontecer nos países da UE.

Na Argentina, depois de décadas de saque, de desemprego massivo, e da destruição da economia nacional, o povo impôs outra política para a dívida. As aspirações populares não foram totalmente cumpridas, não houve uma suspensão total, mas de 50%.

Isso permitiu a criação de 3 milhões de postos de trabalho. Na Islândia, recentemente, o povo decidiu, em referendo, não pagar os valores que a banca britânica e holandesa exigem.

Os exemplos contrários, de países que não romperam com a dívida, também são expressivos: a Grécia vê a austeridade aprofundar-se, a economia descer em 6,5% nos últimos meses e os juros cada vez mais altos. Porquê? Por teimar pagar a dívida. O mesmo acontecerá a Portugal se insistir no pagamento.

Os opinadores oficiais, quando ouvem falar em suspender pagamentos, entram em pânico. Não estranhamos, é para isso que lhes pagam. “Seremos expulsos do Euro!”, “Ficaremos sem financiamento!”, “Será o caos económico!” ou “Isso é convidar o FMI!”. E não vivemos no caos económico e com o FMI já aí? Não estávamos a ficar sem financiamento ou com um financiamento impagável? E a chantagem do Euro, quanto tempo vamos suportá-la? A Esquerda não pode dar eco a estas ameaças. Porque, tal como o pagamento da dívida, a precariedade, os baixos salários ou a baixa taxação da banca também são basilares para a Zona Euro. Qualquer medida efetiva contra os “mercados”, como a taxação da banca e grandes fortunas ou o fim dos offshores, terá como resposta a ameaça da saída do euro ou da fuga de capitais. Por isso, estes assuntos serão decididos, não no terreno económico mas no da luta de classes.

Sendo claros: não propor a suspensão da dívida pública é propor o seu pagamento. É isso que propõe a Moção A. Auditar sem suspender é mascarar o problema, se queremos uma auditoria à dívida é porque ela é injusta. Continuaremos a pagar uma injustiça? Se sim, o pleno emprego, os serviços públicos e o fim da precariedade serão apenas slogans demagógicos. **Por isso a Moção C propõe que o BE, nas lutas e como base de uma Governação à Esquerda, defenda a Suspensão do Pagamento da Dívida Pública.** No mínimo que se faça um referendo sobre o pagamento desta dívida infame. Há que dizer não ao acordo com o FMI e FEEF. Só assim podemos sair da recessão, acabar com a austeridade, ter crescimento económico e direitos sociais. Esta deve ser uma estratégia concertada com os outros países endividados. A suspensão do pagamento da dívida não é apenas viável – é a única política viável. **Dizer claramente não ao FMI e FEEF é um dever.** É o que um Bloco 100% à Esquerda defenderá.

A PROPÓSITO DO ENCONTRO ENTRE BE E PCP: MUITA RETÓRICA POUCA UNIDADE CONCRETA.

GIL GARCIA, MANUEL AFONSO, JOÃO PASCOAL, CRISTINA PORTELLA, ANDRÉ PESTANA, MARTA LUZ, PEDRO VARELA, EDUARDO HENRIQUES, PEDRO MONTEIRO, NUNO GERALDES, JOANA MACHADO.

Perante os ataques de Sócrates à saúde, educação, emprego e direitos laborais, um vasto sector social entrou em divórcio com o PS, sem se dirigir para a direita - pelo contrário, assistimos a uma 'viragem à esquerda' no país, que se efectiva em algum enfraquecimento do Centrão.

Criou-se um novo espaço à Esquerda, que não está integralmente ocupado. Não é uma questão menor: a sua ocupação, por uma plataforma das esquerdas, permitiria uma governação em nome de quem trabalha. Não o fazer é entregar o descontentamento social à direita e condenar os trabalhadores a viver eternamente sob a austeridade que PS, PSD e CDS impõem.

A existência deste espaço à esquerda é um facto. Vê-se nas ruas, com as mobilizações de professores, enfermeiros, trabalhadores dos transportes, camionistas, estudantes, na Greve Geral de 24 de Novembro ou nos protestos de 12 de Março. Mas também já se viu eleitoralmente: a subida do BE nas últimas legislativas é sinal disso, tal como o fato de somado ao PCP atingirem os 20%. Até agora BE e PCP têm fingido não ver esta oportunidade. Nas passadas legislativas, tal como nestas, recusaram-se a construir uma plataforma comum e permitiram que não houvesse uma alternativa de poder à esquerda de Sócrates, facilitando-lhe a vida. Na altura a Moção C propôs o oposto: que a esquerda não se satisfizesse em retirar a maioria absoluta a Sócrates (que foi a estratégia da maioria) e que se unisse para o substituir. Nunca se abriram sequer à possibilidade, de diálogo com o PCP. O diálogo e os acordos concretizados eram sempre com o PS, com António Costa primeiro, em Lisboa, e depois unidade tácita com Sócrates para o apoio a Alegre. Fomos acusados de sectarismo, quando a direcção do BE é que padecia desta enfermidade. A omissão de uma política de unidade com o PC pagou-se caro e avisámo-lo na altura, é (re)ver a nossa intervenção de fecho à VI Convenção do BE, ainda disponível no esquerda.net.

Com os erros se deveria aprender, pelo menos assim o esperávamos. Mas não é o caso. Francisco Louçã (FL), primeiro subscritor da Moção A, declarou na Assembleia distrital de Lisboa a 8 de Abril, que seria 'enganar o povo querer um governo BE/PCP'. Mais, FL deixou a ideia que seria inevitável um governo da direita. O retrato que fez foi que o país estava a girar à direita, que não são possíveis novas greves gerais nem a unidade com o PCP. Nós perguntamos: a manifestação à rasca com 300 mil na rua, não abriu melhores perspectivas para a esquerda?

O que não abre boas perspectivas para a esquerda, é o BE e o PCP, teimarem em manter-se divididos. Assim o país só terá como al-

ternativa novos governos de direita. O BE afixou um outdoor a favor de um governo de esquerda, proposta da Moção C há mais de 4 anos. Mas declara que tal é impossível. Ou seja, defendem uma ideia que não é para concretizar, apenas para ganhar votos, pois BE e PCP não se vão empenhar nisso e vão tratar de conservar os respectivos deputados. Por fim, FL deixou até o vaticínio de que o BE vai baixar eleitoralmente. Mas isto (segundo ele) nada tem que ver com o apoio ao Manuel Alegre que continua a reivindicar. Pois.

Uma leitura atenta da Moção A faz-se para além da retórica. O que a Moção A leva a votos nesta Convenção são apenas declarações vagas: "Na luta contra as medidas liberais e em defesa dos salários e do emprego, PCP e BE têm tomado posições convergentes e valorizamos esse facto" e não concretiza qualquer proposta séria de unidade tal como da reunião PCP-BE de 8 de Abril, de onde só saíram palavras e nenhuma unidade, menos ainda um acordo pré-eleitoral que pudesse travar o centrão.

Por isso propomos que desta Convenção saia a estratégia da construção de uma alternativa de governo alternativo a médio prazo. Na previsão de uma vitória nas legislativas de mais um governo da austeridade, desemprego e precariedade - BE e PCP devem-se juntar num Congresso das Esquerdas. Este deve preparar uma plataforma, aberta a outros sectores, que construa um programa mínimo de governo - que dê resposta à questão da dívida, da precariedade, dos serviços públicos e do desemprego - e que assuma a tarefa de dar uma luta sem tréguas pelo derrube do novo Governo, apresentando-se como alternativa para o substituir no poder. Tudo o resto serão palavras, que se traduzirão numa esquerda dividida, abrindo espaço aos mais cerrados ataques aos trabalhadores.

É essa unidade concreta que propomos, desde a V Convenção. Conhecemos o resultado da política de Juntar Forças sem dizer como, nem com quem - quando fez unidade foi com o PS. "O BE assumirá a tarefa de convocar o PCP para se debater o núcleo duro de uma Esquerda Grande, que possa dar corpo a um Governo das Esquerdas" é o que está escrito na Moção C, preto no branco, sem espaço para ambiguidades. Quem, entre os Bloquistas, quer unidade das esquerdas e não um cheque em branco numa política de unidade abstracta, não tem outra hipótese que apoiar a Moção C.

ATIVISMO NO ENSINO SECUNDÁRIO

GONÇALO PESSA

“Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com nossas mãos entrando em cena, no palco e na vida. Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma” escrevia Augusto Boal numa mensagem do Instituto Internacional do Teatro.

Como dizia Boal, outro mundo é possível, e foi essa capacidade que tod@s temos para transformar o meio em que vivemos, e a necessidade de o fazer, a impulsionadora da criação do grupo de jovens ativistas de Pombal e do AGEI, o coletivo estudantil que formamos na escola secundária, tomando assim nas nossas mãos a efetiva transformação da realidade, e assumindo o nosso papel como atores/atrizes construtores da transformação.

Nós, como ativistas, temos a responsabilidade de agir como catalisadores da luta pela mudança, e foi esse o papel que procurámos desempenhar em diversas ocasiões. A 24 Novembro do ano transacto, por ocasião da Greve Geral, fizemos um piquete à entrada da escola, mobilizando largas centenas de alunos, o que motivou a inexistência de aulas naquele dia. Não o fizemos impondo a revolta, mas mostrando a imperatividade da luta. Agimos como catalisadores. Tod@s nós alun@s somos afetados pela deterioração do ensino público, pelo autoritário estatuto do aluno, pelo desinvestimento nos serviços de ação social, sentíamo-nos portanto tod@s familiarizados com os problemas que foram sendo evocados, mas senti-lo na pele não é suficiente para se consumir o levantamento estudantil, é imprescindível o papel impul-

sionador, que no caso chamámos a nós, ativistas.

Este acontecimento serve também como demonstração da importância do ativismo como promotor da mudança, os estudantes movimentaram-se e ‘sentiram as correntes que os prendiam’, mas foi preciso desencadear essa movimentação. O ativismo serviu como empreiteiro de uma cultura de participação democrática, consciencializador acerca dos mecanismos de opressão, encetando o processo de desagrilhoamento dos mesmos.

O analfabetismo político generalizado, preconceituoso e arrogante, é um frequente entrave à nossa ação, e o seu combate está plasmado no trabalho que temos vindo a desenvolver. A transformação da sociedade pela qual pugnamos não se fará sem que o tornemos residual. Para isso, procuramos desencarcerar o ensino praticado pela escola dos programas limitadores da aprendizagem, expandindo-a com a introdução a debate de variadas matérias sociais, tendo também contado com a presença do camarada José Soeiro para um workshop sobre participação cívica.

Vimos na criação artística e na expansão da oferta cultural mecanismos de pluralização do espaço escolar, que têm conferido à nossa luta revolucionária um cariz fortemente atrativo, servindo como despertadores para o ativismo, para a vida como cidadã(o). Estas têm sido as expressões mais relevantes do trabalho que temos desenvolvido ao longo deste ano letivo como ativistas no ensino secundário, e que nos tem vindo paulatinamente a abrir o espaço de intervenção no meio escolar.

AVALIAÇÃO DO MANDATO QUE AGORA TERMINO NA COMISSÃO DE DIREITOS

HELENA CARMO

Balanços genéricos não servem para nada, em minha opinião - tipo: fizemos o que podemos, não tem exigência nenhuma e exigência é fundamental para que cada um e cada uma dos aderentes saiba o que cumprimos e o que não cumprimos. Houve casos em que houve acordo de todas as pessoas da comissão e outros não, houve aderentes que não disseram mais nada após as nossas respostas mas outros disseram, nomeadamente um aderente do Algarve e a Isabel Faria.

Claramente não cumprimos com respostas em tempo útil, vários meses separam o pedido da resposta, em todos os casos.

Outro aspecto para mim fundamental é o facto de não termos tido uma atitude reflexiva sobre as nossas funções nem propositiva. A única função que cumprimos foi a reactiva, a questões que

nos chegaram e mesma essa tarde.

Devo realçar o lado bom, uma camarada que cumpriu diligentemente uma função de secretariado, uma maioria que foi compa-recendo.

A indução de um ritmo muito lento, a reboque das reuniões da mesa nacional e em minha opinião, o mais negativo, tempos de resposta dilatadíssimos, reflexo de sucessivas dificuldades em marcar reuniões.

Acrescento a auto-imposta opção de anulação de funções, numa leitura de competências mais que minimalista, fugindo ao assumir de debates e deliberações incómodas e conflituantes com as decisões da mesa nacional. Daqui decorre mais um mandato re-activo, sem nenhuma iniciativa propositiva nem reflexiva!

A ALTA TENSÃO É APENAS UM EXEMPLO

HELENA CARMO

Para mim a organização política é instrumental e valorizo-a bastante nesse papel que, acho eu, é muitas vezes colocado a fazer o pino, como se fossem os activistas que são instrumentais...

Quero, queremos mudar a realidade da sociedade em que estamos inseridos. Faço, fazemos uma avaliação macro contra o capitalismo que é o “culpado” de tudo... mas estou numa realidade concreta e tenho de saber que a percepção do confronto com o sistema é vivido por mim de maneira diferente do que acontece com a maior parte da população, todavia eu sou, como a maior parte da população, alvo das selvajarias que o capitalismo nos impõe e aqui é que eu tenho de ter os olhos abertos, os ouvidos abertos e sobretudo a massa cinzenta disponível para perceber que os seres humanos são todos iguais, reagimos contra o que sentimos como nefasto. Então tenho de realçar os que me parecem ser os pontos mais flagrantemente nefastos no meio em que me insiro. Este é o meu ponto de partida em toda a minha actividade de cidadã.

No caso do Movimento Contra a Alta Tensão em Zonas Habitadas tem resultado porque a selvajaria é muito flagrante e multiplica-se por muitas zonas geográficas, já que o sistema precisa de energia para “o tal desenvolvimento”.

Eu poderia ter ficado por Sintra, mas as pessoas de lá mostraram que queriam ir mais longe, outras pessoas de outros sítios contactaram-nos.

Onde é que entra o Bloco como instrumento potenciador? Creio que a dois níveis:

- como apoio para o conhecimento técnico e para a formalização legislativa alternativa; por um lado e, por outro, para a multiplicação de situações.

Quanto ao trabalho legislativo tenho de saudar a Rita Calvário, penso que posso personalizar nela, o trabalho do grupo parlamentar, soube fazer uma proposta de qualidade, fundamentada tecnicamente, abordando os diversos aspectos e com calendarizações exequíveis.

Já na multiplicação de situações tenho de dizer que não se fez nada, bom, quase nada.

E esta é em minha opinião, a tal função instrumental da organização política. Temos uma situação gritante, sabemos que ela existe em múltiplos locais, sabemos que está em crescente tomada de consciência pública e não fazemos de “caixa de ressonância”. Porquê? Falta de acreditar no assunto? Falta de pessoas? Falta de sentido de oportunidade?

Para mim é um pouco de cada uma destas coisas e ao mesmo tempo a soma de todas. No terreno parecemos um pouco à deriva, corremos atrás de campanhas generalistas, importantes, claro, mas que têm pouco eco nos cidadãos menos receptivos à actividade política.

Para mim o paradigma dentro do Bloco não pode centrar-se na actividade parlamentar. Tem de equilibrar mais os pratos. Sem enraizamento local nas situações concretas, ficaremos continuamente saltitando de campanha em campanha, sem reforçar a cidadania e sem consolidar o campo dos que acreditam que é possível derrotar o capitalismo.

A PRETO E BRANCO

JOÃO ALMEIDA

Nunca como hoje a realidade esteve tão a preto e branco. Este nunca tem naturalmente como limite a minha memória histórica. É claro que o cinzento não partiu para o exílio. Mas o facto é que a evolução política nos últimos anos conduziu o País a dois pólos: Os das políticas de austeridade, neoliberais e partidários das doutrinas do choque, e os das políticas alternativas e de esquerda. Preparamo-nos pois para um eventual governo a três (PSD-PS-CDS) e duas oposições que por força das circunstâncias serão ainda mais convergentes na AR na próxima legislatura (Bloco e PCP).

Mas a sociedade portuguesa viveu também um momento original no passado dia 12 de Março. O descontentamento demonstrado teve vários alvos e sendo impossível responder a todos os descontentamentos temos a obrigação de encontrar respostas para alguns deles. A questão que está colocada ao Bloco neste momento é se quer simplesmente cavalgar o descontentamento demonstrado, como até aqui, ou, por outro lado, reconhece a necessidade de apresentar uma resposta diferente. É para mim claro que deve procurar uma resposta nova que convença os que se manifestaram a 12 de Março que existe aqui um espaço para lhes responder e os representar institucionalmente. Naturalmente que essa resposta será também convincente para muitos dos eleitores que consecutivamente se abstém dos actos eleitorais e se sentem afastados da Política.

Se nos distanciarmos um pouco vemos fenómenos de descontentamento um pouco por todo o lado. Infelizmente a esquerda não tem sabido dialogar com esse descontentamento porque não tem tido a capacidade de encontrar uma resposta nova, politicamente tangível, para as pessoas. Só assim se compreendem fenómenos como o Tea Party e a extrema-direita nacionalista e xenófoba a crescer na generalidade dos países europeus. A esquerda tem de saber encontrar novas respostas em torno dos Serviços Públicos e do Estado Social, aprofundando a Democracia e fazendo as pessoas sentirem-se representadas. Dando-lhes a confiança de que a sua participação é relevante e pode ser alargada para além dos momentos eleitorais.

Nas próximas eleições o que se pedirá aos eleitores é que escolham entre Passos Coelho e Sócrates. O programa de governo será o mesmo e será ditado pelo FMI ou pelo Fundo da Senhora Merkel. A dúvida é quem será o Primeiro- Ministro e não o que irá fazer.

Existem, no entanto, outras questões em jogo nas próximas eleições. Uma das quais é de extrema importância para o povo da esquerda e em particular para o Bloco: Qual vai ser o resultado obtido pelas esquerdas que têm protagonizado as respostas alternativas à crise e à austeridade?

A resposta à preocupação subjacente a esta questão pode ter contornos diversos. Já não é questionável que o crescimento de um se faz à custa do decréscimo do outro, pelo contrário, os sucessivos resultados eleitorais demonstram que concorrem a eleitorados diferentes. O que não quer dizer que uma aliança consiga somar votos à soma das partes, mas uma aliança eleitoral está por variadíssimas razões fora de questão. Por enquanto não passa de um horizonte de trabalho e onde há muito caminho a percorrer. É necessário mais trabalho de convergência e amadurecimento de ambos os partidos. Mas a soma dos deputados que conseguirem eleger é uma questão importante. Nas últimas legislativas Bloco e PCP conseguiram eleger 31 deputados com 17,67% dos votos. Como se sairão desta vez? Como combaterão a pressão do voto útil e o papão da chegada da direita mais liberal e privatizante desde o 25 de Abril ao poder?

E abrindo um parêntese internacional. Já alguém se perguntou como é que os Verdes alemães conseguiram ganhar as eleições em Baden-Württemberg? É certo que os temas de campanha terão sido muito importantes e entre eles a questão do nuclear, mas sem a credibilidade e experiência obtidas por terem estado no Governo da Alemanha com o SPD provavelmente seria o SPD a liderar o Governo Regional.

Nesta eleição a preto e branco teremos de saber encontrar a convergência possível com o PCP (e eventualmente com o candidato do PTP no círculo da Madeira). Temos de dizer ao País que existe uma política diferente e que apesar das diferenças que temos, nos comprometemos, em conjunto, a participar num governo que queira romper com as políticas de austeridade e recessivas. Que promova o emprego, o crescimento económico e o estado social, garantindo serviços públicos de qualidade que não ponham em causa a já de si diminuta igualdade de oportunidades. Um entendimento com este propósito que represente 20% do País não é uma coisa de somenos. É pelo contrário, uma responsabilidade e uma obrigação de ajudar a criar a Esquerda Grande que seja capaz de mudar o nosso País.

A MOÇÃO B E AS RESTANTES MOÇÕES

JOÃO PEDRO FREIRE

A Moção B é constituída por militantes da base do Bloco de Esquerda. Estamos comprometidos com o Bloco de Esquerda e identificamos o Bloco como o nosso espaço político para intervirmos diariamente. Rejeitamos visões dirigistas, centralistas e verticalistas de organização. Lutamos por uma organização mais horizontal, construída de “baixo” para “cima”, em que os militantes possam permanentemente exprimir os seus pontos de vista e intervir directamente na formação das decisões do Bloco de Esquerda.

Defendemos também que a organização do Bloco de Esquerda pudesse ser mais permeável aos movimentos e grupos sociais, permitindo que esses movimentos pudessem participar, através dos núcleos, concelhias e distritais, na vida do Bloco de Esquerda. Na nossa opinião, o Bloco de Esquerda não precisa de “tutores” para continuar a crescer e consolidar-se como partido-movimento da esquerda socialista e anti-capitalista.

Os novos movimentos sociais, mostram que as lideranças constroem-se na luta concreta e que não há predestinados para líderes. Um partido-movimento não precisa de “líderes” no sentido que é dado pelos partidos burgueses. Um partido-movimento socialista tem de ser um colectivo de activistas comprometidos com a luta pelo socialismo, e, permanentemente ligados aos movimentos e lutas sociais e de classe.

Lutamos firmemente por mais e melhor democracia no Bloco de Esquerda. Defendemos que a luta pela democracia interna no Bloco de Esquerda, exige outra direcção política que corte com qualquer vestígio de “centralismo democrático” e de organização vertical.

Apresentando-se como Moção B, os seus subscritores não descartam a possibilidade de se assumirem como alternativa à actual direcção política do Bloco de Esquerda.

A Moção A, que tem como primeiro subscritor o camarada Francisco Louçã, representa a direcção política que, para o bem e para o mal, tem dirigido o Bloco desde a sua fundação. Não ignoramos, até aplaudimos e registamos como notável, o trabalho desenvolvido pela direcção vigente e pelo grupo parlamentar. Mas consideramos que, mais do que nunca, o Bloco precisava, da parte da Moção A, muito mais transparência. A Moção A representa uma coligação de “associações” (PSR, UDP e PXXI) que não se assumem como tendências, como os Estatutos definem. No entanto, continuam a ter uma actividade como se ainda fossem partidos, não se sabendo se o que desenvolvem – portais, revistas, sessões e congressos – o fazem como bloquistas e com os meios do Bloco ou como algo que não tem nada a ver com o Bloco ... A transparência é absolutamente imprescindível para a democracia!

A Moção C, ligada ao grupo Ruptura, mas constituída estatutariamente como tendência, possui um posicionamento que criticamos seriamente, já que parece estar com meio-pé dentro do Bloco e pé-e-meio fora do Bloco. Há um claro sectarismo e algum esquerdismo exacerbado que rejeitamos liminarmente. Os camaradas que subscrevem a Moção C, a começar pelo seu primeiro subscritor, devem muito claramente afirmar, uma vez por todas, o que pretendem. Há camaradas com uma postura combativa e séria à volta da Moção C, os quais certamente também não se revêem no sectarismo dos dirigentes do Ruptura, nem no tipo de organização dirigista e vertical que possuem. Apelamos a estes camaradas para lutarem por um Bloco de Esquerda mais democrático, mais combativo, e rejeitem enfraquecer o Bloco com apelos divisionistas a novas organizações.

A Moção D aposta sobretudo na defesa de mais democracia interna, abdicando de se apresentar como alternativa à actual direcção política do Bloco de Esquerda. Não estamos de acordo com esse posicionamento, mas não rejeitamos o diálogo com estes camaradas.

POR UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA !

JOÃO PEDRO FREIRE

“A esquerda nasce do protesto, mas tem de saber passar à afirmação de alternativas que mobilizem.” (in, Moção B) Para as próximas eleições para a Assembleia da República, é incontornável a discussão e apresentação de uma alternativa de esquerda de governo com sentido democrático, socialista e que represente um corte com todas as políticas de austeridade, dos PECs e de desregulação.

O Bloco de Esquerda, para essa alternativa de esquerda, deve assumir-se como mais um instrumento político. Não somos, só por nós, a alternativa. Mas somos parte imprescindível dela.

Deveremos apelar a uma nova cultura de diálogo entre as diversas correntes de esquerda. Sem isso, qualquer alternativa ficará só por mais apelos a adicionar aos milhares que já se fazem, desde Abril de 1974, sem consequências práticas.

Hoje em dia, há uma maioria social, transversal, politicamente difusa, que rejeitando as consequências de políticas de austeridade, está aberta a mobilizar-se por outras políticas de justiça na economia, de justiça social. É, como dissemos, uma maioria transversal a todo o espectro partidário português. Esta realidade não pode nem deve ser ignorada.

No curto prazo, deveria caber ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista a iniciativa para a definição dessa alternativa de governo. Já que são os partidos que têm representado a iniciativa parlamentar na apresentação de medidas políticas alternativas, em áreas como o combate à precariedade, a defesa dos serviços públicos e a defesa do Estado Social.

Uma iniciativa para uma alternativa, entre o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, seria um bom exemplo de convergência e de afirmação, que, decerto, mobilizaria muitas vontades. Mas essa iniciativa teria de se dirigir transversalmente às bases sociais do PS (sem a base social do PS, será muito difícil qualquer alternativa de governo à esquerda), do Bloco de Esquerda e do PCP, falando só em partidos que têm tido representação parlamentar. Não pode, no entanto, ficar por aqui. Daí a necessidade vital de se ter de perceber muito bem, sem paternalismos, nem esquemas arcaicos, os movimentos sociais, como o da chamada “geração à rasca”.

As próximas eleições são já em 05 de Junho. Estão à porta!

Seria muito importante que as esquerdas soubessem ter uma postura, entre si, de diálogo e de abertura à convergência, durante a campanha eleitoral.

A proximidade das eleições, impede qualquer aliança pré-eleitoral. Seria desejável que isso fosse possível. Não o sendo, a campanha eleitoral deverá servir também para que as esquerdas assumam a diversidade das suas propostas. Seria muito importante que essa diversidade pudesse ser discutida fraternalmente e sem

agressões. Assim também se prepararia uma possível futura convergência.

O Bloco de Esquerda e o PCP não são, só por si, o universo das esquerdas. Uma convergência entre estes dois partidos, no curto prazo, teria sempre de saber acolher outras organizações e personalidades. Até pessoas que, com proveniência política mais de direita, possam ter iniciado um processo de abertura a novas políticas de justiça social. Seria também uma forma de se perceber o que, hoje em dia, se passa com a dinâmica dos movimentos sociais.

O Bloco de Esquerda deveria explicar que nos dias de hoje, é necessário perceber que as políticas nacionais têm uma forte dependência do enquadramento europeu. Por isto, é fundamental que o Bloco de Esquerda defenda também uma alteração radical no processo de construção europeu. As propostas que defendemos para Portugal, devem ter uma componente europeia com um mesmo sentido democrático, socialista e anti-capitalista. Este é um debate que também interessa desenvolver à esquerda, de uma forma fraterna, principalmente com as correntes que, como o PCP, possuem uma visão soberanista na construção europeia.

A defesa da nacionalização com socialização da banca, o fim dos paraísos fiscais, a taxação das grandes fortunas, por exemplo, pressupõe um forte movimento na Europa, nesse sentido.

Um salário mínimo digno e justo em Portugal é uma reivindicação nacional articulada, no plano europeu, com a exigência de um salário mínimo europeu. A Europa para ser mais justa, não pode continuar a ser um espaço com assimetrias sociais imensas.

De igual modo a defesa de saída de Portugal da NATO, deveria ser acompanhada por uma campanha europeia pela extinção desse bloco político-militar.

A rejeição da opção pela energia nuclear deve estar presente na campanha do Bloco de Esquerda, com o apelo a uma séria opção pública pelo investimento nas energias alternativas e renováveis. A luta contra a precariedade no quadro da definição de relações de trabalho estáveis, justas e dignas, deveria ser um dos eixos principais da intervenção bloquista.

Articulando-se com os movimentos sociais, o Bloco de Esquerda deveria mostrar-se disponível para apoiar e incentivar (no respeito pela autonomia dos movimentos sociais) todas as Iniciativas Legislativas Populares que vierem a ser pensadas e implementadas. Este pode ser um mecanismo importante contra o afunilamento que maiorias absolutas e/ou maiorias de circunstância vão criando.

FACTOS E FANTASIAS

LUÍS FAZENDA

1 - Há 7 anos atrás houve uma reunião entre as Direcções de BE e PCP, a pedido do Bloco. Era secretário-geral do PCP o deputado Carlos Carvalhas que chefiou a delegação do seu partido. A luta contra o Código de Trabalho teve especial centralidade nesse intercâmbio de pontos de vista. Em Abril de 2011 é mais uma vez o BE que solicita um encontro à Direcção do PCP onde os aspectos relativos à luta contra a intervenção do Fundo Monetário Internacional, a ofensiva contra o salário directo e indirecto, os despedimentos a bel-prazer do patronato e, previsivelmente, da administração pública, foram o centro da proximidade na acção dos dois partidos. Os intervenientes assentaram num quadro de consultas, um ganho considerável no histórico conhecido.

2 - O Bloco tem tido os sinais e os gestos de aproximação nas esquerdas mas não pode naturalmente alterar aquilo que é o posicionamento próprio e autónomo de todos os intervenientes. A esquerda do PS não consegue sequer ter um modelo alternativo para a UE e são agnósticos sobre a Nato, regressam sempre ao PS onde a gestão dos negócios com o capitalismo privado ombréia com o neo-liberalismo envergonhado. Mas não desistimos de encontrar caminhos de convergência, mesmo que o PS não faça parte dessa equação, não faltam, que remédio, lutas pelos serviços públicos onde nos vamos juntar contra a privatização social que nos querem impor, contra a democracia. O PCP não alterou, em alguns aspectos consolidou, a sua visão sobre o socialismo e a política internacional, afastada de um projecto de democracia socialista e agnóstico sobre a China, 2ª potência mundial e cúmplice dos EUA. Como se compreende bem, não andaremos a discutir os projectos ideológicos de partidos, grupos, associações, ou personalidades da esquerda alternativa. Não faltam, objectivamente, lutas no parlamento e fora dele com o PCP e outros sectores, para mobilizar resistências e forçar alguma conquista social, num quadro de defensiva das forças trabalhadoras e populares. O Bloco sempre achou que a situação de defensiva da esquerda alivia sectarismos e secundariza divergências ideológicas, sobre isso não mudamos de opinião, nem oscilamos às conjunturas. A apreciação que podemos fazer sobre outros actores à esquerda

merecem o mesmo respeito que as formulações e comentários vários sobre o combate do BE que nos dirigem.

3 - Julgar que o processo de convergência às esquerdas é um desejo de hoje e uma realidade para ontem e pode não existir depois de amanhã, é talvez um produto internet, contudo, não tem tradução social e política. Entendamo-nos a propósito do processo: não há unidades à esquerda para ir negociar com o partido-campeão das privatizações. Certo? Este é o ponto de partida, o resto é contrabando por conta do PS em época de saldos. Um processo de convergência de esquerdas tem componentes políticas e partidárias mas também tem componentes sociais, laborais, associativas, cívicas, a quem se pede uma enormíssima ampliação do espaço social de apoio da coligação política que venha a sustentar um Governo de Esquerda, de inversão das políticas de 30 anos em Portugal, com nacionalizações de sectores estratégicos, doa quem doer, e uma economia orientada para o emprego e para as PME's privadas. Aqueles que sobrestimando a situação de mobilização popular, e até as fragilidades desse processo de convergências às esquerdas acham, por puro voluntarismo, que se decretam coligações e (passe-se) até vitórias eleitorais e governos a curto prazo, estão naturalmente em stress sobre o País de 700 mil desempregados e convém pôr os pés no chão, onde há espaço para crescer mas onde temos de fermentar ainda muita confiança na esquerda alternativa. Convém não procurar castigar o BE, único partido que tem procurado uma política unitária pela insuficiência de um pólo à esquerda, ou então anula-se o único veículo que a tem tentado.

4 - O BE tem um projecto socialista próprio e tem mostrado vias para soluções imediatas de esquerda no quadro nacional. No projecto, numa qualquer plataforma de unidade, até na busca plural de convergências não seremos partido-mochila de ninguém, não vamos a tiracolo de ninguém. Convergências à esquerda, amplas, sim, para lá chegar esqueçam fantasias.

HOJE SINTO REVOLTA

LUÍS SÁ

Hoje sinto revolta!...

Hoje sinto revolta por mim, pela minha família, pelos meus amigos, pelo meu país, pelo nosso futuro...

Hoje sinto revolta pela injustiça de ver os nossos governantes exigirem sacrifícios a todos nós quando eles são os exemplos primeiros do oposto, usufruindo de mordomias incompreensíveis, luxos, regalias... Quem são eles, mais do que nós, verdadeiros trabalhadores e motores da sociedade, para quererem que sejamos nós a pagar a suposta crise económica, quando nela não tivemos culpa alguma, mas sim os interesses capitalistas que têm governado, em completa anarquia, nos últimos anos, a nossa civilização, enriquecendo à nossa custa e servindo-se de pura especulação para nos «roubar» diariamente, seja através dos bens de consumo, seja através das ajudas governamentais («nossas ajudas»!), que somos nós que pagamos impostos honestamente, ao contrário desses senhores do capitalismo...)... Vivemos num suposto Estado de direito e, como tal, deveríamos ter a possibilidade de escolha sobre o destino da nossa contribuição para o fundo monetário do país! Eu escolho não pagar reformas a políticos que continuam a exercer «descaradamente» outras funções no governo e nas pseudo-instituições do Estado, fundações, institutos, etc... que existem para suportar uma máfia de interesses comerciais, políticos, familiares... Eu escolho não pagar a empresas de construção civil exorbitâncias, enriquecendo-os desmesuradamente, em obras sem nexo algum como 10 estádios de futebol, um TGV ou um mega-aeroporto... (as fortunas que se gastam em estudos, projectos, expropriações, etc., são impressionantes!... e mais uma vez para beneficiar interesses económicos de determinadas entidades públicas e privadas... a rede mafiosa adensa-se!). Eu escolho não pagar a presidentes, vice-presidentes, assessores, assessores dos assessores, secretários, administradores, gestores... de empresas públicas, bancos e outras instituições que tais, sob o argumento de uma crise que eles próprios geraram e da qual deveriam sofrer as consequências, ao contrário de estarem a enriquecer cada vez mais através de ajudas do Governo e do aumento das taxas de juros e preços dos produtos de consumo!... Eu escolho não pagar a privatização do Serviço Nacional de Saúde, na qual o único objectivo é o lucro e não o bem-estar do doente em toda a sua dimensão bio-psico-social (o Estado NÃO pode ter lucro com o sector, mas sim investir e ter prejuízo se tal for necessário – é para isso que pagamos impostos! E o mesmo se aplica à Educação e Justiça!...) Eu escolho não pagar portagens e sistemas de pagamento de portagens virtuais (completamen-

te inconstitucionais!, um assalto descarado aos nossos bolsos!) de auto-estradas construídas com o dinheiro dos meus impostos (sem alternativas de circulação viáveis!)... Eu escolho aplicar as minhas contribuições em impostos na Educação, Saúde, Justiça e Assistência Social do meu país! (pagando salários condignos a todos os professores, profissionais de saúde, advogados, etc.; pagando reformas condignas a quem realmente delas necessita – é um atentado aos Direitos humanos fornecer a um idoso uma reforma inferior ao salário mínimo nacional!!! Como pode alguém sobreviver com menos do que isso?!), porque essas sim, são as bases de um Estado coeso, estável e com uma visão de futuro! Apostemos na investigação, na inovação, na modernidade... Deixemo-nos da mentalidade tacaña que tanto nos caracteriza, de pensarmos «curto», a breve prazo, olhando apenas aos nossos interesses pessoais... Pensemos a longo prazo, concebamos estratégias de futuro!... Sigamos o exemplo daqueles países onde efectivamente existe qualidade de vida!: Noruega, Finlândia e Suécia estão entre os países mais bem sucedidos do mundo! Lá não existem mega-construções, salários exorbitantes e luxos para membros do Governo e instituições do Estado, gastos supérfluos em projectos megalómanos... tudo é simples e funcional... a função pública representa 30% da população activa, ao contrário dos 17% de Portugal... (e ousam dizer que existem funcionários públicos a mais... completamente errado! Não confundamos função pública com administração pública! Esta última sim, representa 2-3% da população activa e gasta mais do que todo o restante da função pública!!! Salários superiores a 10000 euros são escandalosos!)... Estabeleçamos um patamar máximo de vencimento e de reforma justos! Que exista apenas uma reforma! Que quem esteja reformado, não possa trabalhar! (está a ocupar um posto de trabalho indispensável para os mais novos!) Não pode existir mais do que uma reforma! (uma reforma de um nosso governante, administrador, gestor público, etc., chega para pagar muitas reformas a idosos!) Não nos envolvamos em mais mega-construções, - reabilitemos o património já edificado! Construamos uma sociedade baseada no bem-estar do cidadão e não nos interesses económicos!

Eu sonho... que um dia o meu país venha a ser tudo aquilo que considero ser uma verdadeira nação: estável, justa, tranquila... o local em que os meus filhos cresçam em pleno gozo dos seus direitos, liberdade, felicidade e harmonia entre todos...

A (CON)TRADIÇÃO DAS TOURADAS

LUÍSA BASTOS, RICARDO COELHO, HUGO EVANGELISTA

Em grande medida, o grau de desenvolvimento de uma sociedade vê-se pela forma como trata os seus animais. O sofrimento animal provocado por humanos não é apenas cruel, porque desnecessário, é também degradante para o próprio ser humano. A luta contra todos os maus-tratos para com animais não humanos é, portanto, uma luta humanista e faz parte do património da esquerda.

Esta é uma luta que tem fundamentação científica. Os animais sencientes (incluindo os mamíferos) são capazes de sentir dor e prazer, medo e ansiedade e criar expectativas, desejos e laços familiares. A sua repetida exposição a uma situação de abuso e sofrimento leva a uma alteração dos padrões de comportamento como a apatia, movimentos repetitivos, agressividade e padrões de descanso alterados.

Assim, não existe justificação moral, científica ou política para perpetuar o sofrimento de animais em espectáculos de entretenimento.

Este entendimento tem mobilizado milhares de pessoas em manifestações contra as touradas nos últimos anos, com o apoio de muitos e muitas militantes do Bloco de Esquerda. Os argumentos de que “quem não gosta não vai” e de que “esta tradição faz parte da cultura portuguesa” já não encontram paralelo noutros temas e por isso não demovem os e as activistas anti-touradas, que justamente contestam a realização de espectáculos que enaltecem o prazer do exercício da força sobre um ser indefeso.

Face ao declínio desta actividade em Portugal, a pressão criada pelos empresários tauromáquicos sobre o poder autárquico tem vindo a crescer. De facto, o aumento da percentagem de bilhetes oferecidos pelas autarquias subiu de 20% para 40% entre 2007 e 2008, estratégia delineada para a renovação do público que assiste às touradas e que expõe esta relação entre a indústria tauromáquica e o poder local, ao mesmo tempo que este desinveste noutras áreas, inclusive cultural.

Estima-se que em 2009 um milhão de euros dos contribuintes foi usado para financiar a tauromaquia só por esta via. Os maiores gastadores são a Câmara de Angra do Heroísmo, com 275 mil euros dados em diferentes apoios e a Câmara de Santarém,

com 168 mil euros gastos na compra de bilhetes. Estas duas autarquias têm sido importantes bases de sustentação da tourada em Portugal. De facto, da primeira saiu a candidatura da Festa Brava da Terceira como Património Imaterial da Humanidade, e da segunda saiu uma petição a favor das touradas, encabeçada por Moita Flores, seu presidente.

Acrescente-se a criação no ano passado da secção de tauromaquia no Conselho Nacional de Cultura pelo Ministério da Cultura da aficionada Gabriela Canavilhas. O objectivo foi muito claro: dar uma legitimidade institucional a este ritual de tortura.

Do outro lado da fronteira, a acção da esquerda pelo fim das touradas tem vindo a trazer frutos. Depois da sua proibição na Catalunha, multiplicam-se por todo o Estado Espanhol os protestos para estender o fim da tourada ao resto do país, com o apoio de aliados nossos da Izquierda Anticapitalista, Izquierda Unida, Esquerra Republicana de Catalunya e outros partidos de esquerda. No sul de França, o retrato repete-se, agora que as touradas se deslocam da Catalunha para o outro lado da fronteira. Esta é também a nossa luta.

Logo em 1999, o Bloco opôs-se à legalização dos touros de morte. Nos últimos anos, em várias autarquias, eleitas e eleitos do BE têm-se oposto ao apoio das touradas pelas autarquias. Em Sintra a nossa acção permitiu criar um regulamento municipal que impede que a autarquia apoie a realização de espectáculos com animais.

Não tendo uma posição fechada sobre as estratégias a seguir, o Bloco de Esquerda deve assumir a sua oposição às touradas defendendo, nomeadamente, a recusa do uso de dinheiros públicos para financiar estes espectáculos e promovendo um debate alargado sobre este tema.

A luta pelos direitos dos animais faz parte do património progressista. Não é uma luta separada das outras, mas antes mais uma face da luta por uma sociedade mais justa.

FEEF/FMI

MARIANA MORTÁGUA

A intervenção do FEEF/FMI resulta de um conjunto de políticas de austeridade implementadas pelo PS/PSD que esvaziaram o país de opções, sem resolver os seus problemas estruturais.

A economia portuguesa terá que lidar com dois problemas no futuro: o endividamento externo, sobretudo privado; e a dívida privada que se transformará gradualmente em pública.

Desde a entrada na União Monetária que Portugal viu decrescer a sua competitividade. Dois factores a destacar neste processo: a configuração institucional da UM e um enviesamento estrutural que desequilibra a proporção entre produção de bens transaccionáveis e não transaccionáveis.

A opção por uma moeda forte impôs um escudo sobrevalorizado que eliminou as vantagens competitivas internas. Simultaneamente, a obsessão pelo défice favoreceu as privatizações baratas aproveitadas pelos grupos económicos com recurso a endividamento a baixo custo. A burguesia portuguesa cresceu às custas de um sector altamente lucrativo garantido pelo Estado e patrocinado pela banca, que explora monopólios naturais em sectores não transaccionáveis.

Sem uma política industrial capaz de orientar o crédito para as empresas exportadoras, já comprimidas pela concorrência externa, este enviesamento foi consolidado.

Para além de uma moeda à partida desvalorizada, através do BCE a Alemanha foi capaz de manter quase nula a sua inflação, o que facilitou a compressão dos salários internos. As periferias, que enfrentavam taxas de inflação superiores, perderam assim competitividade por via do aumento dos custos do trabalho, já que os salários acompanharam a inflação.

Nas últimas décadas, a Alemanha beneficiou dos desequilíbrios na configuração europeia. Os seus superávits foram mantidos através das importações das periferias, pagas com recurso ao endividamento externo junto dos bancos da Europa do Norte.

O segundo problema tem a ver com a transformação de dívida privada em pública. A especulação financeira sobre a dívida pública provocou o aumento da proporção da dívida que serve apenas para pagar juros, que se tem constituído enquanto forma de transferência de capitais públicos para o sector financeiro. Os bancos portugueses têm sido os grandes compradores de dívida nacional, na tentativa de beneficiarem dos juros altos em contexto de crise de financiamento.

A crise de liquidez enfrentada pela banca portuguesa, altamente endividada, rapidamente se poderá transformar numa crise de solvabilidade, prevendo-se a injeção de capitais públicos nos bancos privados, o que significa uma nova explosão da dívida pública.

As políticas de austeridade procuram resolver o problema da competitividade através do modelo germânico, impondo um processo de deflação salarial em toda a Europa periférica, empurrando-a para a bancarrota.

A política de défice zero, necessária para um euro forte que beneficia a Alemanha, não tem impacto na competitividade portuguesa, já que “contas em ordem” não aumentam, por si só, as exportações. Também os salários são hoje um factor menor a levar em conta nos custos das empresas, principalmente quando comparados com outros custos, como o do financiamento.

Simultaneamente, a austeridade mina a possibilidade de consolidação das contas públicas. Ao atacar os salários e o emprego os pacotes de austeridade estão a comprimir a procura interna, desencorajar o investimento e a aumentar a necessidade de medidas sociais. Estão portanto a alimentar um ciclo recessivo.

Uma solução de esquerda para a crise implica uma reestruturação do modelo europeu que favoreça a convergência através de políticas de pleno emprego e crescimento. Implicará um reajuste nos custos do trabalho no sentido de alinhar a inflação e os salários alemães com o resto da Europa, não o contrário.

A nível nacional, requer a adopção de uma política industrial de favorecimento dos sectores transaccionáveis e o controlo dos canais de crédito, garantindo que os recursos não são monopolizados pelos sectores rentistas. Exige ainda uma política justa de distribuição de rendimentos pela via fiscal e o combate à evasão. O emprego e os salários, directo e indirecto (serviços públicos) são imperativos para dinamizar o mercado interno e recolocar o trabalho e o investimento produtivo no centro da economia.

Por seu lado, para conter o endividamento público é preciso atacar as suas causas estruturais. A auditoria à dívida proposta pelo Bloco de Esquerda traria transparência ao debate. Temos o direito de saber que parte da dívida é ilegítima, proveniente de contratos de PPP ruinosos para o Estado ou de juros puramente especulativos.

Tanto a nível Europeu como nacional, é papel da Esquerda expor as contradições das políticas neoliberais, apresentando alternativas. Perante o cenário de crise nos próximos anos, perpetuado pela intervenção do FMI/FEEF, o Bloco de Esquerda deverá empenhar-se no debate ideológico contra a inevitabilidade das políticas recessivas. Para isso é urgente continuar a juntar forças em torno de propostas de esquerda, concretas, que se configurem enquanto alternativas à política da bancarrota.

EU GOSTO MUITO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

MÁRIO TOMÉ

Eu gosto muito dos movimentos sociais. Com os movimentos sociais a gente pode fazer muita coisa apartidária. Os movimentos sociais dão cor à política, têm ideias próprias, que convém serem as nossas...

A relação do Bloco de Esquerda com os movimentos sociais:

– a asserção categórica e por todos aceite de que o BE não quer ter correias de transmissão não tem impedido, no entanto, práticas individuais e de órgãos colectivos que dificultam uma relação clara e saudável com os movimentos sociais na sua diversidade. A “praxis” tem sido de molde a que se trate ainda de um objectivo não conseguido na sua totalidade. Atitudes de sobrançeria ou exclusão *ab initio* de movimentos em que não se note ou não pareça vir a conseguir-se «hegemonia» ou ainda em corte de compromissos por motivos decorrentes da nossa pseudo superioridade da abordagem da realidade e/ou da proposta política. Tal resulta em sectarismo que desmente a abertura do Bloco e a importância por si alardeada conferida ao(s) movimento(s) social.

Sabemos que a diversidade, pluralidade, amplitude, heterodoxia quer dos componentes do movimento social quer também já da própria esquerda e até do partido, exigem que a relação deste com os movimentos e organizações sociais e de massas assegure toda a independência e mútua autonomia. Esta independência e autonomia assegurarão a melhor e máxima cooperação na luta do movimento real.

Cada militante do Bloco integra-se no movimento real participando activamente na organização e funcionamento **independente** das mais diversas organizações de massas e organizações sociais.

Aí vai agir como indivíduo. A acção prática é sua e compromete-o a si; é ele ou ela quem ali está e não o ou a «representante do partido»; obviamente com a sua concepção própria – os elementos formadores da consciência e da opinião (entre os quais o nuclear será, naturalmente, a política que ajudou a construir no seu partido.

No partido somos todos diferentes e todos iguais. Nas organizações sociais e de massas também.

A Moção A reafirma explicitamente, e muito bem, que a recusa de «correias de transmissão» é uma questão de *praxis* e não de estatutos e resoluções. Decerto.

Mas a praxis ainda está condicionada pela história de cada um de nós, de cada corrente fundadora e, mesmo aqueles que nunca pertenceram nem pertencem a qualquer corrente, estão também,

ainda muitos, sob influência da cultura política que o Bloco nasceu para combater e alterar.

O velho é dotado de uma grande subtilidade para resistir e, se possível, liquidar o novo.

A questão crucial é, então, como conseguimos ter uma praxis correspondente às ideias novas. Porque se o não for tratará rapidamente de as tornar velhas.

O que se passou com a manif anti-Nato de 20 de Novembro, e com a contra-cimeira Nato e a forma como foi descrita no Relatório da Mesa mostra que a praxis ainda está no século passado quando correspondia à ortodoxia da abordagem do movimento pelos partidos.

A PAGAN passou de uma organização onde «devíamos investir» para um empecilho, ainda por cima esquisito, a «deixar cair».

Qualquer das ideias é velha e a praxis correspondente é foleira.

A PAGAN continua como é, e nunca deixou de ser, com alguns bloquistas que são, **por si próprios**, da PAGAN.

Os movimentos existem e são importantes por si e não em função da utilidade que possam ter para a **nossa** visão **própria** das coisas (por mais gerais que sejam) ou da oportunidade que lhes atribuamos.

A base da revolução é o movimento de massas; as organizações sociais polarizam ideias e comportamentos nas mais diversas áreas. O partido “limita-se” a tentar compreender os parâmetros objectivos que determinam a luta de classes e a complexa subjectividade de lhe dá corpo e sentido, aprofunda o conhecimento da realidade, propõe e põe em evidência (quando não ainda em prática) nomeadamente pela acção própria (o próprio Bloco age como uma organização social) políticas adequadas aos interesses dos trabalhadores, destinadas a gerar respostas e alternativas, ganhar representação e apoio, estimular a dinâmica do movimento, etc.

Há um sentido do movimento social e de massas, uma ideologia que a esquerda diversa constrói, em oposição à ideologia dominante, mas que o proletariado com a sua luta se encarregará de substituir, muito simplesmente, pela **Política** contra o capital, por um governo socialista e pela sociedade sem classes.

Aí está o Bloco.

MOÇÃO A - DUAS GRANDES QUESTÕES A APROFUNDAR

PEDRO SARAIVA

Em primeiro lugar clarifico a minha posição: Sou subscritor da Moção A e, se for eleito delegado, votarei a favor dela.

Em segundo lugar, independentemente de considerar os seus contributos políticos como muito positivos, não deixo de pensar que ela poderia ir mais longe em temas para mim fundamentais. Assim:

1 - Plataformas políticas e lutas comuns no espaço da União Europeia

A grande maioria dos activistas do Bloco, na qual eu me incluo, tem grande falta de informação no que respeita a este tema, embora dê para entender, e até se vá tendo alguma noção concreta, sobre a complexidade da matéria.

O capital e as direitas, com as organizações social-democratas capturadas, impõem despidoradamente a sua receita neo-liberal por todo o lado, e, servindo-se particularmente da especulação, vão garrotando os povos e os países um a um. Parecem-me evidentes para grandes massas (estarei equivocado?) os caracteres comuns não só de tal receita, como dos problemas que suscita, com consequências gravosas para a maioria da generalidade dos próprios cidadãos. Portanto parece-me fácil de compreender a **necessidade** de resposta(s) comum(s), nos campos político e social, que ultrapassem posições internacionalistas mais ou menos habituais.

É aqui que entra a minha percepção sobre a enorme dificuldade em fazê-lo, a ponto de pensar que, a curto prazo, tal não é possível pelo menos em toda a União Europeia. **Sê-lo-á, contudo, em parte da mesma?** A Moção A não nos esclarece sobre o assunto. Pela minha parte lembro:

Objectivamente Grécia, Irlanda e Portugal (mais a Espanha na calha, ainda por cima com uma enorme taxa de desemprego) encontram-se em situações de grande semelhança quanto a aspectos negativos. O que é que, nesta altura, bloqueia não só a elaboração e defesa de **plataformas políticas** comuns, como **a colaboração/convergência de movimentos, em todos ou parte destes países, capazes de fomentar acções comuns de luta social, se possível simultâneas?** Como procurar torneir os obstá-

culos que se sente existirem?

Em termos genéricos, penso ainda que o mesmo se deve procurar fazer, sem sectarismos, em relação a outros países: **se tal for possível será sempre desejável, mesmo que só em dois.**

Apelo a contributos concretos de camaradas com experiência na matéria.

2 - Mudança estrutural na economia portuguesa, política industrial que privilegie os sectores produtivos, recuperação das pescas, soberania alimentar

A Moção A aborda, bem, estas questões, nomeadamente nos pontos 7.7 e 7.8 e ainda nos números 1 e 5 do ponto 8.1. No âmbito de **"uma política de esquerda para um governo de esquerda"**, trata-se, na minha opinião, de matérias que não se esgotam no âmbito da VII Convenção, merecendo que o respectivo debate seja depois prosseguido e aprofundado.

Com efeito, se é verdade que Portugal consome mais do que aquilo que produz, então impõem-se medidas a prazo capazes de equilibrar tal situação. Se assim não for, o problema do défice estrutural não vai ser ultrapassado.

Em tal perspectiva, existe uma forte ligação entre todas estas questões. O Bloco já se pronunciou sobre a necessidade de tornar públicos vários sectores estratégicos, como é o caso da energia, o que implica "desprivatizar" muitos deles. Na minha opinião têm também carácter estratégico os sectores ligados à produção alimentar, faltando ainda identificar alguns na perspectiva de "privilegiar" os sectores produtivos da indústria.

Procurando minimizar as minhas componentes ideológicas permito-me insistir na seguinte questão: **Será possível conseguir os objectivos atrás referenciados, da Moção A, sem investimento público em tais sectores?** E ainda: Será que o capital privado tem investido de maneira significativa nos mesmos? Se o não tem feito, será possível que o venha a fazer no contexto de uma governação de esquerda compatível com os objectivos do Bloco? **Obviamente penso que não.** E vós outr@s que pensais?

PLATAFORMA DE ARRITMIAS PARA UMA NOTA SÓ

ROBERTO ROBLES

O Bloco de Esquerda é um movimento de cidadãos e cidadãs que se inspira numa cultura cívica de participação convergente.

Utiliza a livre expressão de pensamento como factor de caracterização e de enriquecimento político colectivo.

A participação convergente e a liberdade de expressão devem articular-se responsabilmente, numa harmonia de objectivos e comprometimento colectivo.

Concretizando, com recurso a uma imagem musical, diríamos que uma banda de jazz está-nos mais próxima do que uma orquestra. Na banda de jazz encontramos tudo o que observamos numa orquestra: harmonia, emoção e comprometimento colectivo. A diferença é que no jazz há espaço para o improviso, mesmo sem a liderança ficar de fora. Enquanto um dos músicos faz o seu solo, os demais integrantes dão-lhe suporte. E quando o solo acaba, o próximo músico sabe exactamente quando iniciar o seu. Tudo graças a um líder que não é visto como maestro, mas como um companheiro experiente capaz de interpretar o objectivo do colectivo.

Também a feliz designação de Bloco, enquadra-se perfeitamente neste desígnio de harmonia, emoção e comprometimento colectivo, no qual não é coartado o “improviso” crítico que deve enriquecer o Movimento.

Vivemos tempos mediáticos, em que pretendem que a realidade seja aquilo que nos é servido.

Também temos consciência que o Bloco cresceu e interage cada vez mais com a sociedade.

Contudo, os profissionais que se sustentam na área da contenda política, já esgotaram a sua prosa no reconhecimento desta alma nova que tem vindo a impor-se na sociedade portuguesa. O fio-lão do Bloco como fonte inesgotável de notícias continua lá, mas agora é preciso cavalgar o hino de finados para uma derrocada épica deste BE.

Saltitam entre colar-nos a um prostíbulo de zaragateiros fraticidas ou a um clube de astronomia de estudantes adolescentes.

Por trás do reposteiro, os “Donos de Portugal”, inicialmente pacientes e condescendentes com uma esquerda “engraçada” que julgavam limitar-se a credibilizar a sua política, sentem-se cada vez mais acossados e já não se satisfazem em mandar disparar. Sonham em aniquilar. E eles obedecem.

Neste contexto, a riqueza da nossa livre expressão pública corre o perigo de alimentar os corvos da seara, mas ela continua a ser indispensável, com risco de sermos absorvidos pelo esgoto da

política concertada e autoritária, que tem merecido o desprezo de cada vez mais portugueses, traduzido nos números delirantes da abstenção.

Cientes que a ética comunicacional dos nossos articulistas é cilindrada pelos objectivos a atingir, a nossa pluralidade de pensamento tem sido apresentada como desmembramento e/ou divórcio dos nosso parlamentares com as estruturas internas.

Por tudo isto, a nossa resposta tem necessariamente de passar por um fortalecimento da voz do aderente, enquanto indivíduo ou inserido em qualquer estrutura do Bloco.

Não se negando a panóplia de informação que nos chega ou que está disponível, por outro lado, está também tacitamente aceite o fatalismo das estruturas locais terem apenas um papel receptor.

As vias de comunicação bilaterais estão criadas, mas é preciso dar-lhes credibilidade e funcionalidade. Caso contrário, os menos persistentes optam pela indesejável resignação.

Com estes pressupostos, considero assim indispensável:

- Que todas as opiniões expressas nos órgãos internos e nas comunicações externas, sejam indubitavelmente consideradas como parte fundamental da nossa identidade política, rejeitando-se qualquer pólo fechado e dominante
- Que a complexa batalha da participação seja concretizada através de uma aposta mais incisiva na estimulação da adequada discussão interna das questões mais pertinentes
- Que os aderentes respondam presencialmente a este desafio da participação, sob risco de anular qualquer esforço de promoção da discussão interna
- Que aqueles que expressem externamente opiniões pessoais divergentes do aceite pelo colectivo, procurem salvaguardar empolamentos políticos para além do sentido que cada um lhes entende dar

O subscritor desta Proposta deixa, assim, o seu apelo crítico para uma maior participação responsável dos aderentes do BE na expressão dos objectivos colectivos, na certeza, porém, que “quando um músico faz o seu solo, os demais dão-lhe suporte”. E na certeza, igualmente, que os “improvisos” críticos, constituem um dos fortes aliciantes que nos trouxeram a este Movimento, desde que não se percam de vista as estratégias colectivamente definidas para atingir os objectivos de uma sociedade mais justa e solidária.

O POVO NÃO SAIRÁ À RUA SE O GOVERNO FOR DE CONFIANÇA

RUI LOUREIRO

O sistema capitalista está falido. Temos todas as provas dadas ao longo da história recente, mas foi preciso mais um acontecimento para que o tenhamos presente. E como se não bastasse, o FMI, a estrela do topo do pinheiro capitalista vem certificar todos os ataques aos nossos bolsos que já esta pseudodemocracia de cerca de 30 anos nos tem vindo a presentear.

Depois dos novos democratas que nos atiraram para um fosso de uma concorrência sem preço, levamos com os grandes capitais que nos prometeram mundos e fundos e que afinal só nos levaram a guerras pelo mais forte do grupo. Por último, depois de nenhuma vitória ser alcançada com tal estado das coisas, depois de restar apenas a guerra por um buraco menos apertado, restaram-nos apenas uns fundos: o fundo vazio dos bolsos, o fundo do buraco financeiro e o Fundo Monetário Internacional.

Num período de pré-campanha eleitoral os três maiores partidos portugueses guerreiam-se pelo lugar de maior poder. Eis que da sua pseudo-guerra surge uma “nova” nova realidade para os portugueses. Os neo-keynesianos de Olivier Blanchard aterram na Portela e sagram-se novo governo para felicidade de qualquer um daqueles três – PS, PSD e CDS-PP.

E agora. E agora nada... vai ser mais do mesmo. Austeridade, austeridade e mais austeridade se assim os portugueses quiserem. E com tantas formas de sair da crise, os maiores partidos portugueses encontraram aquela que seria previsivelmente a mais consensual entre eles, atendendo que o FMI só vai fazer com que tudo o que sempre desejaram fazer aos portugueses seja feito, mas agora com a facilidade da desculpa de ser obra de uma entidade externa.

O RESULTADO: MAIS CORRUPÇÃO

Para que se saiba, o FMI nada vai resolver. Nada, que não fosse resolvido por outro caminho bem menos penoso, não fosse a aptidão daqueles para – num sentido até algo bíblico – preferir receber peixe em vez de ir aprender a pescar.

Neste Estado lamentavelmente corrupto, em que a maior incidência reside no sector bancário/ financeiro/grande investidor, o FMI só vai ajudar a enriquecer os poucos que já muitos têm, em detrimento de todos os outros que já nada possuem e que ainda mais vão ter de dar mais.

Vejam-se os exemplos já dados ao longo deste governo de Sócrates em que são tomadas medidas excepcionalmente favoráveis apenas para os bancos – que por sua vez já têm lucros excessivos – e que vistas pela comunidade externa como excelentes e corajosas, quando na verdade são feitas à conta dos mais desfavorecidos. Nove mil milhões de euros são dados aos bancos que depois cortam o apoio que o estado necessitava para pagar a dívida externa enquanto que aos reformados, pensionistas e fun-

cionários públicos lhes é retirado um bem essencial: a reforma, a pensão e o salário, consoante os casos. É isto que vai continuar a acontecer por muito e longos anos e aprovar vejam-se os casos da Grécia, da Irlanda e da esquecida Islândia – o primeiro país a tornar-se insolvente.

O BEIJO DE JUDAS: A SOLUÇÃO

Mas é da Islândia que devemos retirar a esperança, esse caso tão esquecido porque de uma forma simples o povo retirou o tapete ao FMI, num acto de extrema coragem.

A Islândia teve a ousadia de dar a volta sem ajuda externa. A esta bateu com a porta com tal força que, curiosamente, já ninguém ouve falar delas: da crise e da Islândia.

A Islândia entrou na bancarrota em 2007. Quando se viu apertado, o PP (Partido Progressista) depois de perceber o mal que havia feito, incorreu ao FMI que por sua vez sem dó nem piedade impôs à Islândia empréstimos a juros praticamente usurários. O esforço das famílias islandesas que perduraria por 30 anos, significava pagamentos de 350€/mês ao FMI e em que grande parte desta ajuda seria para tapar o buraco de um único banco que deu origem ao problema aquando da sua falência.

A resposta foi clara: apareceram movimentos cívicos que exigiram que os custos das falências bancárias teriam de ser suportados pelos accionistas dos Bancos e seus credores.

O resultado levou a um referendo e 93% da população recusou a assunção dos custos da má gestão bancária. Com isto caiu o Governo, e em 25 de Abril de 2009, novas eleições ditam que Aliança Social Democrata conjuntamente com o Movimento Verde de Esquerda formassem uma coligação que lhes garantiu 34 dos 63 deputados da Assembleia.

Este novo Governo aprovou uma nova Constituição e acabou com a economia especulativa. Foram postas em prática grandes reformas fiscais sem no entanto “estragar” os serviços.

Graças à política de não se subjugar aos interesses descabidos do neo-liberalismo e de se subjugar ao capitalismo selvagem, a Islândia, conseguiu sair da recessão no terceiro trimestre de 2010 sendo que os Islandeses colaboraram por saber onde ia parar o seu dinheiro.

O Governo islandês conseguiu sair da bancarrota com o apoio do povo.

E há aqui algumas lições a tirar: o povo continua a ordenar e a exigir. O governo não pode mentir, e acabaram as mais descaradas corrupções e fraudes que perduraram durante anos. Os responsáveis foram condenados e dificilmente terão a mesma oportunidade, estes e outros tantos para ferir os desejos do povo.

ESPAÇO PÚBLICO, CIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS DEMOCRÁTICOS

RUI MATOSO

A renovação do espaço público -enquanto espaço público político e esfera da deliberação- nas cidades portuguesas deve ser uma exigência da esquerda democrática e por isso do BE através de uma política construtivista. É no espaço público, nas instituições públicas e serviços públicos que ainda se faz notar a presença da hegemonia da mentalidade burguesa cujo objectivo é manter o sistema de clientelismo (de maior ou menor escala) ao serviço dos seus interesses, isto é, da apropriação dos bens públicos pelo sector privado ou por particulares.

Esta inércia de um certo atavismo pequeno-burguês é fruto e gerador de um consenso anestesiante que promove o conservadorismo nas relações sociais, mantendo intocável o status quo daqueles que “desde sempre” detém o monopólio do capital simbólico e, mesmo que não o usando sob a forma de violência simbólica, impedem estrategicamente o surgimento do pluralismo social e cultural. A isto, autores como Habermas têm designado como « refeudalização da esfera pública », instrumentalizada pela acção estratégica e burocrática.

Como efectivamente em Portugal o uso do espaço público é fortemente condicionado pelo poder político, a este cabe um papel determinante na configuração de uma cidadania activa ou, antes pelo contrário, de uma passividade pardacenta - para usar um atributo cromático do Livro do Desassossego. E esta é sem dúvida uma visão e uma opção política, a escolha entre uma postura empreendedora que promova a vitalidade e a coesão social das comunidades num espaço público relacional, ou uma postura conservadora que privilegia a predominância de um Estado paternalista.

Por esta via pseudo-consensual, e imposta de cima-para-baixo, a escala territorial mais apta à interactividade sociocultural - o território local - transforma-se paulatinamente em gerador e acumulador de interpassividade. Os indivíduos e os colectivos da cidade percebem-se assim como meros utilizadores de um serviço pronto-a-consumir, reduzindo ao mínimo o investimento na construção de relações sociais críticas e criativas.

Ora, sem um espaço público renovado, o poder é entendido como

dominação e a opinião pública como lugar das manipulações dos meios de comunicação social, cujo efeito mais patente é a despolitização geral das consciências e a trivialização da vida pelo espectáculo generalizado, a homogeneização e um consenso pré-fabricado, ultra-congelado e pronto-a-consumir.

O Bloco de Esquerda deve assumir esta preocupação pela renovação de um espaço público nas cidades, pelo comum, pelo mundo, pois esse é o cerne da acção política enquanto combate contra as «necessidades» económicas, as «forças» da ordem e os «fantasmas» colectivos. É que o desafio de voltar a ter a política como coisa pública, embate hoje contra uma deserção generalizada. Neste sentido, é óbvio que as grandes manifestações mediáticas são sempre bem-vindas, mas é no quotidiano das pequenas e médias cidades portuguesas que se mede o grau de conflitualidade que procura alternativas sociais, políticas, ecológicas ou culturais, ou pelo contrário, a apatia generalizada gerada pela transmissão metódica do medo de existir e de intervir.

O BE deve procurar pela via normativa, no parlamento, e pelo activismo dos seus aderentes e das suas concelhias, promover a acção pública como dimensão instituinte, procurando refundar as instituições públicas no sentido do combate às forças da reprodução social (reprodutora das desigualdades), e apoiando estrategicamente formas de inovação social em direcção a um horizonte cosmopolita, abrindo espaço às diversas emancipações e contra os populismos e caciquismos locais.

Na prática, urge ultrapassar o sintoma «medo da cidade» (Bauman), contribuindo para a criação de condições e circunstâncias locais onde possam emergir outras vozes, vozes desalinhadas, vozes imigrantes, vozes precárias, vozes críticas....ou, como diz David Harvey, a liberdade da cidade é muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe, é o direito de mudar a cidade de acordo com os nossos desejos colectivos. Mas é aí que começam as dificuldades: a formação de direitos políticos colectivos em torno de solidariedades sociais e a luta por outra mentalidade que destrua definitivamente os mantras neoliberais dos últimos anos.

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL OU APENAS AGITATIVISMO INSTITUCIONALISTA - O QUE QUEREMOS

TEODÓSIO ALCOBIA, HELENA CARMO

Sabemos que a luta política não se faz em linha recta. O mínimo de experiência aconselha a que se usem todas as possibilidades para derrubar o capitalismo. Consegui-lo foi apenas possível em momentos de ruptura social intensa e ficaram por fazer plenamente as aprendizagens suficientes para “copiar a receita”. Temos a convicção de que se devem aproveitar todos os instrumentos ao nosso alcance: instituições electivas formais, organizações populares e de classe, estruturas organizativas formalmente políticas, grupos informais e ad hoc e o mais que a imaginação humana invente para se rebelar. Mas uma coisa é clara; só grandes massas de gente em acção colectiva conseguem o impulso necessário para construir caminhos progressistas e inovadores. É desta leitura da realidade que retiramos as decisões que vêm norteando a nossa escolha política ao longo dos quase 40 anos que levamos de cidadania activa. Muitos momentos nos obrigaram a reflexões, reavaliações, até algumas paragens, umas mais impostas, outras mais voluntárias.

Tendo lido e observado o nascimento do Bloco de Esquerda, sentimo-lo como nova oportunidade para caminharmos, integrados nesta concretização do projecto novo, mas breve, breve percebemos que a prática interna em muito é incongruente com o que se exige publicamente.

Revemo-nos em boa parte do que têm sido as avaliações e as propostas políticas aprovadas e concretizadas ao longo dos anos, mas preocupa-nos uma fissura que, em nossa opinião, tenderá a alargar-se, entre a viabilidade e justeza das propostas feitas no plano institucional e a sua percepção no plano da realidade vivida pelas pessoas.

As leis que o BE apresenta podem ser as melhores mas se as pessoas não vivenciam nem percebem como torná-las reais, de pouco servem.

É importante ouvir os dirigentes bloquistas na tv, mas quando existe um problema na empresa ou no bairro, os trabalhadores, as populações têm de encontrar activistas bloquistas.

Claro que é mais fácil escrever do que fazer, mas os mecanismos ao dispor do trabalho político organizado, precisam de considerar esta, como uma questão central.

Quando as pessoas reclamam contra os políticos, não interessa nada dizer enfaticamente que os políticos não são todos iguais. Não, os tipos sérios não são iguais aos vigaristas, seja na política seja na medicina ou em qualquer outra actividade humana.

Mas o que as pessoas querem dizer com esta afirmação de repulsa, é que os mecanismos construídos para esta actividade são auto-protectores e impedem a “ingerência do exterior”. Ou seja, como o BE escrevia no “começar de novo” nós, bloquistas, temos

de escancarar a política, trazê-la para a interferência das pessoas, retirá-la do institucional, do formal.

Não interessa para nada autarquias em que se discute a saúde numa quinta-feira às 18 horas na sala menos central do concelho, sem aviso efectivo às pessoas...

Não interessa para nada sindicatos que não inscreveram durante anos, as precárias e os precários; que têm estatutos blindados onde nenhuma lista alternativa consegue efectivamente apresentar-se a votos; onde os dirigentes são substituídos apenas por morte...

Não interessa para nada um parlamento em que muitas leis são apresentadas, boas e más, mas em que todas as leis boas ficam na gaveta e todas as más são rapidamente impostas às pessoas. De pouco valem deputados bloquistas de elevada qualidade se não forem apenas o iceberg de uma rede de intervenção permanente, a todos os níveis da vida social.

Este diagnóstico dos aspectos públicos replica para o que se passa nas estruturas internas do BE.

A nós dois, permanecermos enredados nos dois órgãos nacionais eleitos, sem que esse esforço de democracia interna exigente e participada tenha eco pela pirâmide organizativa abaixo, é desgastante e exige rotatividade.

Sabemos que os sinais explícitos e implícitos que a comissão política faz saber por todas as estruturas do BE têm ido mais no sentido de indicar o que fazer e como fazer; do que de recolher opiniões, debater, absorver sugestões e propostas enriquecedoras. Não gostamos de ficar incrustados a “lugares eternos”.

Convenção após convenção exigimos debate sobre o funcionamento interno, sempre recebendo como resposta a desvalorização destes aspectos que modelam o trabalho quotidiano nas estruturas do BE, um pouco como que a título de consolação foram-se comprometendo os dirigentes nacionais, nos debates preparatórios, pelo menos nas duas últimas convenções, com a realização de uma conferência para debater o funcionamento interno, nunca agendada e muito menos realizada, apesar dos critérios de funcionalização não serem conhecidos; de não se conhecer as razões que diferenciam as possibilidades de cada um dos grupos de trabalho nacionais; das diversas situações de conflitualidade interna crescente em vários distritos. Será que vai ser desta??

Manter-nos-emos nas estruturas de base do BE onde continuaremos esta luta pelo direito pleno à participação efectiva e útil dos activistas. Por essa via estamos certos de contribuir para reforçar as ferramentas da transformação social em que continuamos a acreditar.

PARA A CONSOLIDAÇÃO E COERÊNCIA TÁCTICA DO BE

VÍTOR RUIVO

Como apoiante da moção A deixo aqui alguns comentários ao seu texto:

1. Em meu entender dois temas deverão ser mais desenvolvidos e debatidos no futuro imediato, se possível ainda no período pré-eleitoral. Um, a questão da nossa recusa à proposta de saída do euro, desenvolvendo os aspectos que nos levam à recusa e por menorizando os argumentos e propostas alternativas.

O outro é o das nossas propostas relacionadas com a produção económica não se limitarem às já anteriormente avançadas mais a produção agrícola, mas abordarem também áreas como a pesca e a indústria num todo de conjunto de prioridades nacionais, relações de concorrência ou cooperação na Europa e no mundo, etc.

2. Sobre a situação no Mundo Árabe o texto é bastante genérico. Por isso acho muito importante a proposta do ponto 9.5.3 para ser levada à prática desde já, ainda mais quando são evidentes pelo menos três posições distintas públicas de representantes do BE. Julgo importante que a Convenção clarifique uma posição maioritária a partir da qual se devem incentivar acções públicas de apoio às revoltas árabes, à luta da Palestina e de rejeição da intervenção externa na Líbia, seja ela dirigida pela ONU, pela Nato, ou por coligações avulsas de países.

3. Valorizo muito os acrescentos dos pontos 5.3 e 5.4 sobre o populismo e o autoritarismo. Daí decorre a necessidade de agirmos, não apenas com os sectores da base PS, mas, muito mais do que até aqui, com os sectores de abstencionistas e contra os partidos, que correspondem a grandes estratos jovens e não só, e que podem ser campo de manobra e crescimento da direita.

4. Valorizo absolutamente a recusa da existência de “outro PS” e de qualquer táctica de acção em função disso. Se agora, com o PS no governo nesta conjuntura tão miserável e direitista, o apoio a esse posicionamento é francamente minoritário e até muitos dos seus defensores dentro do BE o rejeitam, tal pode voltar ao de cima quando o PS passar à oposição, renovar a direcção e retomar um novo ar de esquerda. Então é que será bem importante a posição defendida na moção estar consolidada no Bloco.

5. Valorizo bastante as posições dos pontos 6.8 e 6.9 sobre o PCP. Até gostava mais do texto anterior em que o BE não só valorizava o facto da convergência na acção como se dispunha a promovê-la mais. Este espírito, numa linha de franqueza, sem golpes nem

sectarismos estéreis, é importante para combater a estreiteza e os erros da direcção do PC e para, nesta área, abrir caminho à maioria social à esquerda. Nesse sentido, saúdo a reunião hoje mesmo realizada entre as direcções do BE e do PCP, que abre novas perspectivas de convergência e de alargar o espaço de luta e de credibilidade para um governo de esquerda.

6. Sobre as alianças sociais que o BE defende (ponto 7.7.) julgo que este ponto deverá ser mais desenvolvido também, com base numa maior análise actual das classes em Portugal (depois de ter caracterizado os donos do país é necessário caracterizar a sociedade).

7. A proximidade de eleições antecipadas dá força e urgência às propostas do ponto 8. Aqui reflecto uma sugestão que já avancei na intervenção que fiz no último Encontro nacional do Trabalho do BE.

Com a marcação das eleições, PS e PSD, com o CDS à ilharga, iniciaram a artilharia de argumentos, mentiras e demagogias a ver qual é o que melhor engana o povo e obtém o melhor resultado eleitoral. Todos se atacando imenso, mas todos defendendo o mesmo e aterrorizando o povo para que este se resigne ou se abstenha.

Juntamente com eles, os banqueiros e os seus instrumentos de terror (mercados, bolsas e ratings), os grupos económicos, mediáticos, figurões da sociedade e da política, suas instituições oficiais e não oficiais, portuguesas, europeias e FMI, todos intensificaram uma campanha diária e fortíssima para subjugar a população, os eleitores, ao horror económico e social.

Por isso, seria muito importante, na luta política eleitoral, nos movimentos sociais, na rua, nas próximas manifs (25 de Abril, 1º de Maio, etc...) que nós e os outros à esquerda, social e partidária, alargássemos espaço e muito mais apoio, para além da rejeição do desemprego e da precariedade, da austeridade inevitável, e da rejeição genérica “destas políticas”, para as propostas concretas de política alternativa, e tivéssemos condições para levantar consignas gerais mais avançadas, por exemplo: “Não queremos aqui – governos do FMI!” e “Nem direita, nem bloco central – governo de esquerda para Portugal!”

Seria, será, um contributo para fazer caminho na construção da maioria social e da “esquerda grande” que o povo precisa substanciar, barrando espaço ao populismo de direita.

ALGUNS AVANÇOS E INSUFICIÊNCIAS DA MOÇÃO A

VÍTOR RUIVO

1. Um dos pontos que mais me agradou nas alterações que teve, do texto anterior da Moção para a versão final, foi o ponto 9.5. O seu desdobramento agora proposto, ainda que em curtos tópicos, é muito importante para a acção e organização do BE em cada distrito e como um todo, e para a sua melhoria no conhecimento e na intervenção concreta, de forma continuada, nas principais frentes de trabalho (aquelas indicadas de 9.5. a 9.5.5.), de modo a que se comece a ultrapassar a predominância de iniciativas apenas no mediatismo dos acontecimentos políticos.

Para que o Bloco se ligue e ajude muito mais o povo simples na luta do dia a dia e, mais por aí do que apenas pela agitação e divulgação das suas posições, ganhe a influência tão necessária para a maioria social que desejamos.

Nesse sentido, algumas sugestões e comentários:

Onde o texto do ponto 9.5. diz "...que os activistas de uma empresa e sector se encontrem para escolher as melhores de acção colectiva.", talvez devesse dizer "se organizem para..."

No ponto 9.5.2. eu acrescentaria a "...reflexão, ..." o seguinte "conhecimento dos principais sectores económicos e sociais de cada distrito..." continuando o que já está "debate interno..." até ao fim da frase.

Sobre a importância do ponto 9.5.3. falo num outro texto que enviei para o DeBatEs 2.

Finalmente a proposta de criação de estruturas distritais para os activistas no mundo do trabalho! (Ponto 9.5.4.). Antes tarde do que nunca! Aqui no Algarve (modéstia à parte, desde sempre com muita insistência minha) de há muito que criámos um grupo de trabalho para essa área, que, de CCD em CCD, uma vez mexeu algo outras se apagou por completo. Com a actual CCD, constituiu-se um grupo para a luta contra a crise e os PECs mas que a pouco e pouco parou, ainda mais com as presidenciais e a luta contra as portagens da A22.

Esperemos que, após as eleições, a concretização desta proposta e a sua articulação com a coordenadora nacional do trabalho, tão inoperante até aqui, dê nova força a este trabalho – afinal aquele onde se concentra hoje "a chave da questão social" do país.

No ponto 9.7., no período que termina "...e que estamos aquém das necessidades e da vontade." acrescentaria a palavra "colectiva" o que, em minha opinião, lhe daria mais sentido e conteúdo.

2. As duas curtíssimas linhas do ponto 9.5.5. terminam dizendo "O BE precisa de mais debate interno sobre as suas escolhas." Esta importante conclusão encerra um mundo de aspectos e de diferentes opções, que estiveram muito presentes, nomeadamente nas recentes polémicas a propósito do apoio ao M. Alegre e à apresentação da moção de censura.

Sobre a tão polémica questão do apoio ao M. Alegre, a Moção apenas escreve o curtíssimo texto do ponto 8.3. que, do modo como está, é aceite, julgo, pela esmagadora maioria do BE. Mas a moção não diz nada sobre "o resto", sobretudo sobre o papel e a postura do Bloco na candidatura e na campanha, sobre as nossas insuficiências e fracassos. E como, partindo de um objectivo táctico correcto para as presidenciais, acabámos tão colados ao PS e ao governo...

Apenas uma sugestão: se queremos que o grosso das intervenções e do debate da Convenção não se afunile em demasia nestas polémicas, relegando para segundo plano outras questões de maior importância na luta política e social, mais ainda neste período pré eleitoral, será necessário que os defensores desta moção, na prática os responsáveis maiores pelos êxitos mas também pelos erros da actividade do BE, sejam capazes de ter espírito auto-crítico e de assumir as falhas, num ambiente de abertura e até de natural reconhecimento das diferentes opiniões, mesmo entre os protagonistas e "correntes" que têm apoiado a moção que tem sido maioritária.

CALENDÁRIO DE DEBATES

CALENDÁRIO APROVADO PELA COC PARA DEBATES ENTRE MOÇÕES PARA A VII CONVENÇÃO

		MOÇÃO A	MOÇÃO B	MOÇÃO C	MOÇÃO D
Açores	19/4, às 21h	Zuraida	-	Ana Paula Amaral	Jorge Céu
Aveiro	13/4, às 21h	João Semedo	João Pedro Freire	Hugo Bastos	Aleixo
Beja	16/4, às 15h	Rita Calvário	-	Manuel Neves	Alcobia
Braga	16/4, às 15h	João Semedo	João Pedro Freire	Gil Garcia	Armando Herculano
Bragança	16/4, às 21h	Luís Vale	-	Nuno Geraldès	-
Castelo Branco	18/4, às 21h	Alberto Matos	-	João Pascoal	Jorge Céu
Coimbra	15/4, às 21h	José Pureza	-	Manuel Afonso	Aleixo
Évora	16/4, às 17h	Mariana Aiveca	-	Marta Luz	Alcobia
Faro	17/4, às 15h	Miguel Portas	Luís Costa	Manuel Neves	Alcobia
Guarda	13/4, às 21h	Helena Pinto	-	André Pestana ou Flávia Polido	Alcobia
Leiria	15/4, às 21h	Ana Drago	-	Hugo Bastos	Jorge Céu
Lisboa	15/4, às 21h	Luis Fazenda	-	Gil Garcia	Alcobia
Madeira	17/4, às 15h	Pedro Soares	Rodrigo Trancoso	Eduardo Henriques	Cristiana de Sousa
Portalegre	16/4, às 15h	Helena Pinto	-	Sofia Rajado	Cristiana de Sousa
Porto	15/4, às 21h	Francisco Louçã	João Pedro Freire	Cristina Portela	Armando Herculano
Santarém	17/4, às 17h	Cecília Honório	-	Délio Figueiredo	Jorge Céu
Setúbal	18/4, às 21h	Jorge Costa	-	Eduardo Henriques	Antº João Sequeira
Viana do Castelo	16/4, às 21h	Jorge Teixeira	João Pedro Freire	Joana Machado	Armando Herculano
Vila Real	16/4, às 15h	Luís Vale	-	Nuno Geraldès	Aleixo
Viseu	13/4, às 21h	José Gusmão	-	Délio Figueiredo	Jorge Céu

LOCAIS DOS DEBATES

Açores	Hotel Camões - Ponta Delgada Largo de Camões, 38
Aveiro	sede de Aveiro R Combatentes da Grande Guerra, nº 81, sala 1 K
Beja	Casa da Cultura de Beja Rua de Afonso de Albuquerque
Bragança	sede de Bragança R. Alexandre Herculano 106 - 1º, sala C
Braga	Junta de freguesia de S. Vitor Rua S. Victor, 11
Castelo Branco	sede da Covilhã Av Anil Lt 5 Rc Fracção J
Coimbra	Casa Municipal da Cultura R. Pedro Monteiro
Évora	sede de Évora Rua de Portel, 5 r/c, Senhora da Saúde
Faro	IPJ de Faro Rua da PSP
Guarda	Junta de Freguesia de S. Miguel Av. da Igreja
Leiria	Ateneu Desportivo de Leiria Rua Vasco da Gama, nº 17
Lisboa	Hotel Barcelona Rua Laura Alves nº 10, Campo Pequeno
Madeira	sede regional Rua Brigadeiro Oudinot 10 - 2º F
Portalegre	sede de Portalegre Rua Cândido dos Reis, 22
Porto	sede do Porto Rua da Torrinhã, 151
Santarém	sede de Santarém Rua Arco dos Manços 3
Setúbal	sede da Moita Rua Miguel Bombarda, nº 63-1º
Viana do Castelo	sede de Viana R Eça Queirós Torre Liceu 3º Piso Fracção AG
Vila Real	sede de Vila Real Tv. da Portela 12 - 1º
Viseu	sede de Viseu Rua das Ameias 6 - 1º

INFORMAÇÕES ÚTEIS

ALOJAMENTO

Os/as camaradas que vêm de fora da área metropolitana de Lisboa e necessitam de alojamento têm a opção do alojamento solidário (em casa de outros/as camaradas) ou podem optar por assumir a sua despesa de alojamento. Para este último caso, fizemos uma listagem de alojamento na proximidade da Convenção, com indicação de contactos e preços. Consulta o verso da folha.

ALOJAMENTO SOLIDÁRIO:

Pedido alojamiento:

Se optares pelo alojamento em casa de outro/a camarada, pedimos que nos contactes por email, até ao dia 1 de Maio, para

alojamento@bloco.org ou tel# 213 510 510, dando as seguintes informações:

:: Nome

:: Idade

:: Telemóvel / tlf

:: Se vens de carro ou de transportes colectivos

:: Se tens alguma alergia (cães, gatos, etc.)

:: Se tens problemas de mobilidade (subir escadas, etc.)

OFERTA DE ALOJAMENTO SOLIDÁRIO:

Se puderes albergar camaradas de fora do distrito na tua casa, agradecemos que nos contactes até ao dia 1 de Maio, para **alojamento@bloco.org** ou 213 510 510, com as seguintes informações:

:: Nome

:: Telemóvel / tlf

:: Posso oferecer dormida para ___homens e ___ mulheres

:: Moro em (rua e localidade)

:: Posso assegurar transporte próprio

:: A minha casa é acessível com os seguintes transportes públicos

:: Tenho animais domésticos (cão, gato, etc.) esta informação é importante para as pessoas com alergias

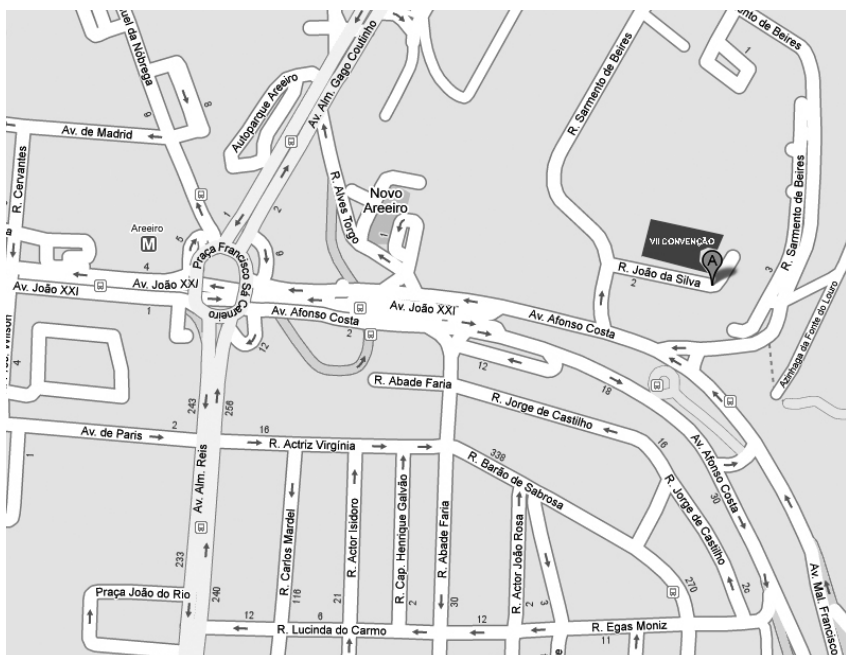
:: Hora limite para chegar a minha casa

ALIMENTAÇÃO

No espaço da Convenção vai estar em funcionamento permanente um bar com serviço de pastelaria. Estará disponível um kit refeição (sandes, fruta, sopa, bebida) que irá custar 3,5 Euros. Para quem preferir outro tipo de serviço, e não conhecer a zona, poderá consultar uma lista de restaurantes e snack-bars na proximidade da Convenção que será incluída na pasta de delegado/a.

CRECHE

As inscrições para a creche onde os/as delegados/as poderão deixar os/as filhos/as durante o período em que decorrem os trabalhos da Convenção devem ser feitas para (**creche@bloco.org**) até ao dia 2 de Maio. Agradecemos que indiquem nome e idade da criança, além do contacto telemóvel do encarregado de educação.



ACESSOS PARA O COMPLEXO MUNICIPAL DO CASAL VISTOSO

ALOJAMENTO

PARA TER ACESSO AOS PREÇOS INDICADOS,
AS PESSOAS DEVEM IDENTIFICAR-SE COMO SENDO DO BLOCO.

Nome	Telefone	Morada / Site	Single		triplo /4pax/5pax	Peq.Alm
PENSÃO FONTE LUMINOSA	218404896	Al. D. Afonso Henriques 70,6ºE 1000-124 LISBOA www.fonteluminosa.pa-net.pt	34.00 €		54.00 €	sim
PENSÃO RESIDÊNCIAL O PARADOURO	218153256	Av.ª Almirante Reis, Nº106 - 7ºAndar residencial.paradouro@gmail.com	35.00 €		60/80	não
RESIDÊNCIA CAPITAL	217995490	Av. Elias Garcia, 87, 1050-097 Lisboa reservas@residenciacapital.com	35.00 €		51.00 €	sim
RESIDENCIAL LUENA	213558246	Rua Pascoal Melo 9-r/c 1000-230 LISBOA www.pensaoresidencialluena.pt	38.00 €		50.00 €	sim
ALBERGARIA CHILE	213530630	Rua António Pedro 40 1000-039 LISBOA albergaria.chille@mail.telepac.pt	45.00 €		75.00 €	não
HOTEL A.S. LISBOA	218429360	Av. Almirante Reis, 188 1000 - 055 Lisboa www.hotel-aslisboa.com	xx		xx	não
RESIDENCIAL LAR DO AREEIRO	218493150	Praça Francisco S Carneiro 4 1000-159 LISBOA www.residencialardoareeiro.com	58.00 €		75.00 €	sim
HOTEL ALBERGARIA PAX	213561861	Rua José Estêvão 20-r/c 1150-202 LISBOA	30.00 €		xx	sim
HOTEL LUTÉCIA	218411300	Av. Frei Miguel Contreiras, 52 1749-086 Lisboa lutecia@mail.telepac.pt www.hotel-lutecia.pt	89.00 €		149.00 €	sim
HOTEL ALTIS PARK	218434200	Avenida Engº Arantes e Oliveira, 9 1900-221 Lisboa reservations@altisparkhotel.com	75.00 €		115 €	sim
HOTEL ROMA	217932244	Av. de Roma, 33 - 1749 Lisboa info@hotelroma.pt	65.00 €		90.00 €	sim
POUSADA JUVENTUDE LISBOA	21 353 26 96	R. Andrade Corvo, 46 1050-009 Lisboa lisboa@movijovem.pt	xx		16.00 €	não
POUSADA JUVENTUDE PQ. NAÇÕES	21 892 08 90	Rua de Moscavide, Lt 47 - 101 1998-011 Lisbo lisboaparque@movijovem.pta	xx		13.00 €	não

ORDEM DE TRABALHOS

SÁBADO

11H00 | Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional

11H15 | Apresentação e votação do Regimento da Convenção

11H30 | Alocução de abertura da Convenção

11H50 | Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração

15H00 | Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação

16H00 | ABERTURA DAS URNAS - Eleição dos Órgãos Nacionais:
Mesa Nacional e Comissão de Direitos

DOMINGO 12H30

Sessão de Encerramento

deBatEs #2

índice

3. PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A VII CONVENÇÃO

6. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO ÀS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

15. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

26. CONTRIBUTOS PARA OS DEBATES DA VII CONVENÇÃO

65. CALENDÁRIO DE DEBATES

66. INFORMAÇÕES ÚTEIS

67. ALOJAMENTO

68. ORDEM DE TRABALHOS

FICHA TÉCNICA

EDITOR: BLOCO DE ESQUERDA

MORADA: RUA DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA

ANO: 2011

Nº DEPÓSITO LEGAL: 257898/07

IMPRESSÃO RAINHO & NEVES, LDA

MORADA: RUA DO SOUTO, 8, APARTADO 103 / 4524-909 SANTA MARIA DA FEIRA

TIRAGEM: 6 MIL EXEMPLARES

VII **CONVENÇÃO NACIONAL**
DO BLOCÓ DE ESQUERDA
7 E 8 DE MAIO 2011 | LISBOA

COM ESTE GOVERNO
NÃO VAMOS A LADO NENHUM

PRECARIEDADE NÃO É FUTURO



Bloco
Justiça na Economia

ATÉ QUANDO VAMOS LEVAR PORRADA?



HÁ OUTRA RESPOSTA
COMBATE AO DESPERDÍCIO | JUSTIÇA FISCAL
INVESTIMENTO NO EMPREGO

Bloco
de Esquerda

www.esquerda.net

200 mil pessoas sem subsídio

QUEM FICOU SEM EMPREGO NÃO PODE FICAR SEM APOIO



Bloco
de Esquerda

PARA ELES HÁ FARTURA PARA NÓS SOBRA A FACTURA



Bloco
de Esquerda

esquerda.net

CADA DIA FOGEM 3 MILHÕES DE EUROS

E OS BANCOS? PORQUE NÃO PAGAM?

Imposto das empresas: 25%
Imposto dos bancos: 5%



Bloco
de Esquerda

esquerda.net

PORTUGAL
FORA DA NATO

Bloco
de Esquerda

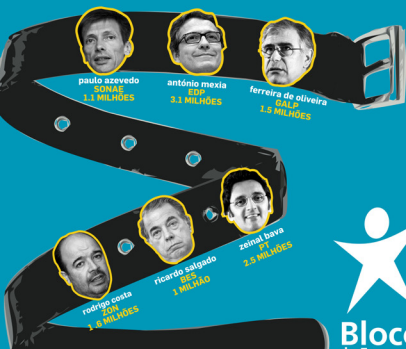
NEM UM CÊNTIMO PARA GUERRAS



esquerda.net

esquerda.net

O CINTO DELES NUNCA APERTA



Nome	Net Worth
Paulo Azevedo	1.1 MILHÕES
António Mexia	2.1 MILHÕES
Ferreira do Oliveira	1.5 MILHÕES
Rodrigo Costa	1.8 MILHÕES
Ricardo Salgado	1 MILHÃO
Zé Maria	2.9 MILHÕES

Bloco
de Esquerda

CRIAR EMPREGO
NA REABILITAÇÃO URBANA
INVESTIR NA SAÚDE E EDUCAÇÃO

COM DESEMPREGO PERDEMOS TODOS



Bloco
de Esquerda

esquerda.net

Bloco
de Esquerda

QUEM TEM LUCROS NÃO PODE DESPEDIR



EUROPEIAS 2009